

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Verônica D'Angelo de Oliveira

Da Primavera Árabe à Tempestade Decisiva: os processos que levaram ao conflito
no Iêmen (2011-2015)

Mestrado em Relações Internacionais

São Paulo

2022

Verônica D'Angelo de Oliveira

Da Primavera Árabe à Tempestade Decisiva: os processos que levaram ao conflito
no Iêmen (2011-2015)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Conflitos internacionais e violência nas sociedades contemporâneas”, sob orientação do Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser.

São Paulo

2022

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Oliveira, Verônica D'Angelo de.

O482 Da Primavera Árabe à Tempestade Decisiva : os processos que
levaram ao conflito no Iêmen (2011-2015) / Verônica D'Angelo de
Oliveira. – São Paulo, 2022.
100 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Reginaldo Mattar Nasser.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2022.

1. República do Iêmen – História – Séc. XXI. 2. República do
Iêmen – Política e governo – Séc. XXI. 3. República do Iêmen –
Relações exteriores – Séc. XXI. 4. República do Iêmen – História –
Séc. XX. I. Título.

CDD 953.3053

Verônica D'Angelo de Oliveira

Da Primavera Árabe à Tempestade Decisiva: os processos que levaram ao conflito
no Iêmen (2011-2015)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Conflitos internacionais e violência nas sociedades contemporâneas”, sob orientação do Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Prof. Dr. Bruno Huberman (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Profa. Dra. Mariana Medeiros Bernussi (Ibmec São Paulo e Universidade Anhembi Morumbi)

São Paulo, 11 de março de 2022.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador Reginaldo Nasser por todos os ensinamentos, discussões e conselhos desde o primeiro momento deste projeto, mesmo muito antes dele ser perto do que acabou se tornando. Sem ele, nada teria sido possível.

Depois, gostaria de agradecer a todo o corpo do programa San Tiago Dantas, professores, funcionários e colegas, com quem tive oportunidade de aprender e dividir muito. Um agradecimento especial para a Isabela Agostinelli por ser uma das pessoas mais geniais e profundamente generosas que eu já conheci e para o Mauro da portaria que alegrou todos os dias em que estive na sede do programa.

Não seria possível deixar de agradecer também todos meus colegas do GECl que a cada reunião me estimularam com as discussões e me lembraram o motivo de ter escolhido começar o mestrado para início de conversa.

Além disso, gostaria de agradecer imensamente aos meus amigos por todas as vezes que ouviram meu desabafo ou fingiram interesse pelo lêmén comigo: vocês são absolutamente incríveis e indispensáveis. Um abraço especial para: Raíssa, por literalmente segurar minha mão, Luca, Barbara, Carina, Vane e todas as meninas do meu grupo preferido da vida.

Por último, mas os mais importantes, agradeço aos meus pais pela paciência em todas as vezes que tive que adiar ou recusar um compromisso, mesmo sem entender muito bem o que eu estava fazendo. Amo vocês mais do que qualquer coisa.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os processos que levaram ao atual conflito no Iêmen, entre a saída do então presidente Ali Abdullah Saleh em 2011 após as manifestações da chamada Primavera Árabe até o início da Operação *Tempestade Decisiva* liderada pela Arábia Saudita em março de 2015. Nosso principal argumento é que disputas entre elites domésticas e suas articulações com elites estrangeiras possibilitaram a saída do então presidente e deram condições para a intervenção militar no país.

Palavras-chave: Iêmen; guerra civil; intervenção militar.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the processes that led to the current conflict in Yemen, between the departure of then President Ali Abdullah Saleh in 2011 after the manifestations of the so-called Arab Spring until the beginning of Operation Decisive Storm led by Saudi Arabia in March 2015. Our main argument is that disputes between domestic elites and their articulations with foreign elites made it possible for the then president to leave and created conditions for military intervention in the country.

Keywords: Yemen; civil war; intervention.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo analizar los procesos que condujeron al actual conflicto en Yemen, desde la salida del entonces presidente Ali Abdullah Saleh en 2011 tras las manifestaciones de la llamada Primavera Árabe hasta el inicio de la Operación Tormenta Decisiva liderada por Arabia Saudí en marzo 2015. Nuestro principal argumento es que las disputas entre las élites domésticas y sus articulaciones con las élites extranjeras posibilitaron la salida del entonces presidente y crearon las condiciones para la intervención militar en el país.

Palabras clave: Yemen; guerra civil; intervención.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Família Al-Ahmar	57
Figura 2 – Nomeações do Governo Provisório nas Forças Armadas em abril de 2012.....	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número estimado de mortes por ataques aéreos no Iêmen (2002-2012)	79
---	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Península Árábica	41
Mapa 2 – Estado do Iêmen, de 1990 a 2015	42
Mapa 3 – Divisão do Iêmen entre 1967 e 1990.....	43
Mapa 4 – Principais rotas de escoamento de petróleo.....	44
Mapa 5 – Densidade populacional do Iêmen	46
Mapa 6 – Topografia da Península Árábica	47
Mapa 7 – Distribuição geográfica das tribos iemenitas	48
Mapa 8 – Países atingidos pelas manifestações da Primavera Árabe em 2011.....	66
Mapa 9 – Proposta de divisão federalista do Iêmen.....	80
Mapa 10 – Expansão territorial dos Houthis (janeiro de 2014 a março de 2015).....	83
Mapa 11 – Participantes da Coalizão para a Operação Tempestade Decisiva	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano de alguns países selecionados.....	45
Tabela 2 – Presidentes do Iêmen do Norte entre 1967-1978	51
Tabela 3 – Principais grupos que compunham o Movimento do Sul (04/2010)	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AQAP	Al Qaeda na Península Árabe
CTC	Combating Terrorism Center
GCC	Gulf Cooperation Council
GPC	General People's Congress
FLOSYP	Frente para Libertação da Ocupação do Iêmen do Sul
LDCa	Conselhos de Desenvolvimento Local
MECO	Military Economic Corporation
NDC	National Dialogue Conference
NFL	Frente de Libertação Nacional
OCHA	Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
ONU	Organização das Nações Unidas
YSP (PSI)	Partido Socialista do Iêmen

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PRIMAVERA ÁRABE E GUERRA CIVIL NO IÊMEN: ESTADO DA ARTE.....	17
2.1 Uma catástrofe (quase) esquecida	17
2.2 Os Estudos sobre o Iêmen	20
2.2.1 Eixo Doméstico	21
2.2.2 Eixo Internacional.....	33
2.3 Proposta de análise.....	39
3 IÊMEN: QUESTÕES HISTÓRICAS E SOCIOLÓGICAS.....	41
3.1 Os líderes locais: quem são e como funcionam?	46
3.2 Os anos de Ali Abdullah Saleh (1978-2012)	50
3.2.1 As Forças Armadas e o General Ali Mohsen Al-Ahmar.....	53
3.2.2 As regras do jogo e o caso da família Al-Ahmar	55
3.2.3 A unificação: ressentimento no Sul	58
3.2.4 À margem do sistema clientelista: o caso dos Houthis	61
3.3 O começo do fim: sinais de desgaste e ruptura.....	62
4 DA PRIMAVERA ÁRABE À INTERVENÇÃO MILITAR.....	65
4.1 A Primavera Árabe desembarca no Iêmen.....	66
4.2 O Iêmen pós-Saleh	75
4.2.1 A Aliança Houthis-Saleh.....	82
4.3 Operação Tempestade Decisiva (março de 2015)	84
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS.....	92

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação visa analisar os processos que levaram à saída do então presidente do Iêmen, Ali Abdullah Saleh, no final de 2011, após as manifestações conhecidas como Primavera Árabe terem atingido o país no início daquele ano. Também busca analisar os processos que possibilitaram a intervenção militar estrangeira, *Operação Tempestade Decisiva*, liderada pela Arábia Saudita a partir de março de 2015.

Nossa hipótese é de que ambos os processos foram fomentados por competições entre elites. No caso da saída de Saleh, houve o esgotamento de um modelo de política clientelista¹ desenvolvido ao longo de mais de três décadas, causando insatisfação em alguns atores que procuravam um melhor posicionamento dentro da rede de poder do país. Certos atores procuraram se articular com atores externos como uma maneira de desequilibrar as forças a seu favor e de buscar um melhor posicionamento dentro da rede. Já no caso da intervenção estrangeira, veremos como ela foi o ápice da articulação entre certas elites internacionais e elites domésticas, as quais procuravam ascender ainda mais na política doméstica, sendo o uso da força seu último recurso para assegurar seus frágeis ganhos.

Os dois marcos temporais escolhidos – a Primavera Árabe e a Intervenção Militar – não foram escolhidos ao acaso. O primeiro corresponde ao início do fim do governo de Ali Abdullah Saleh, que governou o país a partir de 1978 – inicialmente somente sua porção Norte e, com a unificação no início dos anos 1990, todo o território. Ou seja, trata-se de um momento de ruptura com o modelo de estabilidade (embora frágil, como veremos ao longo do trabalho) encontrado no país ao longo de mais de três décadas.

O segundo marco corresponde à cristalização da interferência estrangeira no processo. Além disso, tem referência direta com o aprofundamento da crise humanitária presente no país em decorrência da deflagração da Guerra Civil entre forças leais ao governo provisório de Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi e variados grupos de oposição.

¹ O termo utilizado na bibliografia analisada é, em inglês ou francês, “patronage”. Não conseguindo uma tradução exata do sentido do termo, visto que “patrocínio” não fornece o sentido pretendido, optamos pelo uso da palavra “clientelismo”, mas expondo a definição dada, por exemplo, por April Longley Alley (2010, p. 387), para não o confundir com o emprego geralmente utilizado para explicar dinâmicas sociais próprias do Brasil.

Para podermos ter uma dimensão da piora da situação do país no ano posterior ao início da intervenção estrangeira, segundo dados divulgados no início de 2019 pelo Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), entre o ano imediatamente anterior ao início da intervenção (2014) até a publicação do relatório (2019), houve um aumento de 63,9% do número de pessoas que precisam de ajuda humanitária urgente. No momento da publicação do relatório, dos 30,5 milhões de habitantes do país, 24,1 milhões precisavam de ajuda humanitária urgente.

A escolha do caso se justifica inicialmente pela própria questão humanitária, considerada como a pior crise humanitária em curso atualmente no mundo pela Organização das Nações Unidas (ONU). Além disso, em que pese a situação alarmante em que o país se encontra e que está longe de uma solução duradoura, o Iêmen recebe pouca atenção midiática e mesmo por parte da academia em relação a outros países da região, como a Síria, por exemplo.

Para além da questão humanitária, o Iêmen também merece atenção pois, a partir do estudo da sua guerra civil, é possível encontrar pistas importantes de dinâmicas regionais e globais. É o caso da disputa regional entre Arábia Saudita e Irã que vem se intensificando nos últimos anos e que podemos encontrar acentuados reflexos na crise iemenita. Dessa forma, a partir da compreensão do caso do Iêmen, também podemos elucidar alguns aspectos desta importante disputa regional.

Para analisar o caso iemenita, portanto, a dissertação está dividida em três partes, além desta introdução e das considerações finais. O Capítulo 2 é dedicado à revisão bibliográfica sobre o que tem sido publicado sobre a crise, sobretudo nos anos compreendidos nos nossos marcos históricos pré-definidos (2011-2015). Para isso, separamos alguns dos principais autores que têm contribuído com o debate, sejam eles jornalistas investigativos ou acadêmicos das mais diversas áreas de conhecimento. Para sistematizar as produções do período, organizamos as obras em dois principais eixos: Eixo Doméstico e Eixo Internacional. Consideramos esta divisão válida, pois podemos perceber que alguns temas são mais comumente discutidos por meio de uma análise sobre os atores domésticos, enquanto outros priorizam análises de conjuntura regional ou internacional. Em ambos os casos, às vezes o outro eixo pode se fazer presente, mas ele aparece de maneira tangencial.

Para a discussão do Eixo Doméstico, nós separamos a literatura encontrada em quatro sub-eixos, sendo eles: (i) o conflito no Norte do país, entre as forças a favor

do governo de Hadi opondo apoiadores remanescentes dos aliados de Ali Abdullah Saleh e os Houthis; (ii) o conflito no Sul que responde a uma lógica bastante própria e diferente da do norte, que remonta aos ressentimentos pós-unificação no início dos anos 1990 e posterior guerra civil em 1994; (iii) as dinâmicas decorrentes de grupos jihadistas em maior ou menor escala ligados à Al Qaeda na Península Arábica (AQAP), mas aqui focados principalmente na origem desses grupos e como se relacionam com a posterior guerra civil; e (iv) questões que chamaremos de político-sociológicas, que passam pela discussão de conceitos como “tribos” e “clientelismo”, que acabam por nortear nossa futura análise e que está, como veremos, em maior ou menor grau presente nos tópicos anteriores.

Já no Eixo Internacional, optamos por organizar a literatura seguindo três sub-eixos, sendo eles: (i) textos que focam nas disputas regionais entre os países de maneira mais sistêmica; (ii) obras nas quais o enfoque maior é dado às possíveis ligações entre os Houthis e o governo iraniano; e (iii) a intervenção militar liderada pela Arábia Saudita no Iêmen desde março de 2015.

O objetivo do Capítulo 2 é mostrar a situação do estudo sobre o Iêmen atualmente, trazendo informações sobre onde esse estudo está sendo feito e a partir de quais abordagens. Como veremos, muitas vezes a literatura mostra-se mais convergente do que divergente, carecendo de muitos tópicos de tensão. Mesmo assim, acreditamos que a escolha de organização a partir dos Eixos Domésticos e Internacionais aponta para uma possível lacuna que será trabalhada ao longo do nosso trabalho, a partir de nossa hipótese de trabalho que procura apontar o impacto de articulações entre atores doméstico e internacionais entre dois momentos importantes (saída do presidente Ali Abdullah Saleh após manifestações da Primavera Árabe de 2011 e o início da intervenção militar liderada pela Arábia Saudita a partir de 2015).

No Capítulo 3, procuramos trazer brevemente aspectos históricos e sociológicos vitais para a análise do país. Devido à já citada baixa produção sobre o Iêmen, avaliamos que se fazia necessário uma espécie de apresentação de alguns dados demográficos, físicos e sociais, bem como a apresentação de quais atores serão importantes para a análise do período proposto e de onde advém a sua relevância no contexto iemenita. Não nos propomos a esgotar a história do país, apenas destacar alguns aspectos que seriam importantes para a análise pretendida.

No Capítulo 4, traçamos uma espécie de linha do tempo contando como a Primavera Árabe atingiu o país e como os fatos foram acontecendo desde a eclosão das manifestações em meados de janeiro de 2011 até o início da intervenção militar liderada pela Arábia Saudita em março de 2015. Além disso, procuramos demonstrar como os atores já apresentados no Capítulo 3 se comportaram frente a crise e, sempre que possível, como se articularam com atores externos.

Por fim, nas Considerações Finais, procuramos fazer uma breve conclusão sobre o que foi tratado no trabalho, além de apontar possíveis linhas de estudo viáveis para futuras pesquisas sobre o tema.

2 PRIMAVERA ÁRABE E GUERRA CIVIL NO IÊMEN: ESTADO DA ARTE

2.1 Uma catástrofe (quase) esquecida

O Iêmen é, historicamente, um dos países mais pobres do Oriente Médio. Mesmo antes da atual guerra civil, ele já enfrentava sérios problemas sociais e era profundamente dependente do mercado externo. Ocupando uma posição secundária dentro de uma região já considerada periférica, e não sendo um grande produtor de petróleo como seus vizinhos (Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Omã), tampouco possuindo nenhuma outra grande riqueza natural, o Iêmen passa muitas vezes despercebido pela grande mídia (THE GUARDIAN..., 2021). Mesmo sofrendo a pior crise humanitária em curso no mundo, com milhões de pessoas morrendo de fome e padecendo de doenças relativamente fáceis de serem tratadas, fala-se pontualmente sobre o país.

A falta de atenção dada à situação iemenita se reflete inclusive na produção acadêmica. Além de impactar de maneira quantitativa as fontes possíveis de trabalho, também traz uma carência qualitativa: em muitos momentos, os poucos textos encontrados parecem se retroalimentar, citando inclusive os mesmos exemplos. É o caso, exemplificativamente, de uma suposta fala do rei Abdul Aziz Ibn Saud, fundador da Arábia Saudita, pedindo aos seus filhos para manterem o Iêmen sempre fraco, pois de lá viria a ruína do reino. Esta história é citada repetidamente, com pequenas variações:

É dito que em seu leito de morte em 1955, o fundador da Arábia Saudita, Rei Abdul Aziz, murmurou 'nunca deixe que o Iêmen se unifique'. (CLARK, 2010, tradução nossa).

'Mantenha o Iêmen fraco', Rei Abdul Azil supostamente aconselhou seus filhos no seu leito de morte em 1953. (STENSLIE, 2013, tradução nossa).

[...] a ordem do falecido rei Abdul Aziz em seu leito de morte aos seus filhos para 'manter o Iêmen fraco' parece ter sido substituída pelo medo da Al-Qaeda na Península Árabe (AQAP) [...]. (HILL; NONNEMAN, 2011, tradução nossa).

Estes três trechos são apenas alguns dos exemplos que poderíamos encontrar sobre o mesmo tópico em obras diferentes, sendo um caso de um suposto fato narrado tantas vezes que acaba por se tornar quase que verdade e sem que seja possível identificar de onde partiu essa afirmação. Note-se que mesmo a data da

morte do rei Abdul Aziz possui variações entre os textos, sendo 1955 para Clark (2010) e 1953 para Stenslie (2013).

Evidentemente, a fala (ou não) do rei Abdul Aziz em seu leito de morte não se constitui, por si só, um fato que nos prova necessariamente alguma coisa, mas sua repetição em tantos textos nos fornece uma ilustração de como é constituída grande parte da bibliografia sobre o país, ou seja, da forma como a maioria dos textos acabam por se retroalimentarem e por partirem dos mesmos exemplos e dados. Se a fala do rei Abdul Aziz pode ser apenas uma alegoria mencionada para corroborar diferentes argumentos², outras análises e interpretações se repetem às vezes sem conseguirmos mesmo traçar a origem e a justificativa daquela afirmação.

Um outro exemplo da repetição encontrada na bibliografia sobre o Iêmen diz respeito a alguns conceitos que às vezes são mencionados como dados, mas sem necessariamente serem acompanhados de uma explicação ao que se referem exatamente. É o caso da “rede clientelista” citada por diversos autores como um fato, mas que só conseguimos encontrar uma explicação do que seria esta rede e como ela operaria na tese de doutorado de April Longley Alley (2008), que exploraremos posteriormente. Dessa forma, a literatura sobre o Iêmen carece de grandes tensões e debates. Podemos dizer que as fontes mais se complementam do que divergem, trazendo por vezes informações novas ou algum dado inédito, mas não existindo no geral debates entre eles.

Outra característica que nos parece interessante salientar é sobre o perfil e o local dos autores que têm estudado o contexto iemenita. Nos chama a atenção como acadêmicos de diversas áreas³ dividem protagonismo com jornalistas⁴. Os jornalistas investigativos fornecem materiais, inclusive livros, ricos em entrevistas e fatos do cotidiano do país que servem de fontes a serem sistematizadas e analisadas. Um exemplo a ser destacado e que será comentado adiante é o livro de Ginny Hill (2017), no qual a autora nos fornece relatos de entrevistas com Ali Mohsen Al-Ahmar, por exemplo, um dos principais nomes das forças armadas desde o início do governo do

² Em Clark (2010, p. 133), o suposto receio por parte do então presidente Ali Abdullah Saleh de ser mesmo assassinado pela Arábia Saudita por ter liderado a unificação do Iêmen em 1990. Em Stenslie (2013, p. 1), a preocupação da Arábia Saudita em relação ao destino do Iêmen, que mesmo mudando ao longo do tempo, permanece sempre presente. Em Hill (2011, p. 5), apesar da mudança de narrativa, a influência externa no Iêmen sempre esteve e continua presente respaldada por discursos securitários.

³ Exemplos: Paul Dresch (Antropologia), April Longley Alley (Sociologia), Laurent Bonnefoy (Ciência Política), entre outros.

⁴ Exemplos: Ginny Hill, Peter Salisbury, Robert Worth, entre outros.

até então presidente Ali Abdullah Saleh, que acaba por romper com o governo e, atualmente, ocupa o cargo de vice-presidente.

Além de julgarmos relevante a área proveniente dos autores que lidam com o tema, também destacamos onde estão sendo produzidos esses estudos. Esta questão é relevante pois, além de nos trazer pistas sobre os interesses e mesmo a visão de mundo dos autores, podemos traçar influências e até mesmo contato direto entre eles. É o caso de April Longley Alley e Peter Salisbury, dois autores que serão destacados no trabalho, sendo que ambos fazem parte do *International Crisis Group*, indicando uma proximidade e um provável contato entre as pesquisas.

Desta forma, procuraremos destacar ao longo do capítulo as semelhanças e divergências entre as análises apresentadas, além de fazer breves apresentações sobre os autores evidenciando suas áreas de estudo, sua nacionalidade e/ou local de formação. Ademais, buscamos uma maneira de sistematizar e organizar as obras. Desta forma, para realizarmos uma espécie de Estado da Arte dos estudos sobre o Iêmen, optamos por organizar as obras e os autores em dois grandes eixos: os que tratam da dimensão doméstica e os que tratam da dimensão internacional. Esta divisão se justifica uma vez que, em maior ou menor grau, observamos um enfoque maior em uma ou outra dimensão dependendo da obra, mesmo que em algumas a outra dimensão apareça de forma tangencial.

Além dos grandes eixos de análises domésticas e internacionais, identificamos alguns sub-eixos básicos. Em alguns casos, percebemos como um mesmo fenômeno pode ser analisado ora sob a lente doméstica, ora pela lente internacional. Um exemplo claro seria o do grupo dos Houthis. Em determinados textos encontramos uma análise quase que puramente doméstica, identificando as origens do grupo, sua expansão e como vem desafiando o governo central. Já em outros, o foco seria na dimensão regional do confronto e da suposta ligação (como observaremos, muitas vezes supervalorizada) entre os Houthis e o governo iraniano, chegando ao extremo de chamá-los de *proxy* iranianos.

Neste capítulo, também discutimos as principais obras que tratam sobre o Iêmen pensando nos eixos domésticos e internacionais, bem como as suas limitações. Em um segundo momento, procuramos apresentar nossa proposta de pesquisa e como conduzimos nosso trabalho nos demais capítulos a partir das reflexões encontradas neste Estado da Arte.

2.2 Os Estudos sobre o Iêmen

Na presente seção, organizamos os estudos sobre a atual crise iemenita levando em consideração o enfoque dado em cada produção, sendo ele mais voltado ao âmbito doméstico ou ao internacional.

Em primeiro lugar, nos chamou a atenção os estudos com um enfoque no âmbito doméstico. Nestes textos, de maneira geral, identificamos uma tendência a analisar os atores domésticos (interessantemente, muitas vezes referidos como elites) e suas movimentações e disputas. É bastante comum uma volta às origens do Estado, com uma recapitulação histórica. Porém, em sua maioria, os textos que focam no âmbito doméstico muitas vezes tratam das influências externas de maneira quase tangencial.

No eixo doméstico, podemos identificar alguns tópicos ou leituras que iremos organizar como sub-eixos, sendo eles: (i) o conflito no Norte do país, entre as forças a favor do governo de Hadi opondo apoiadores remanescentes dos aliados de Ali Abdullah Saleh e os Houthis; (ii) o conflito no Sul que responde a uma lógica bastante própria e diferente da do norte, que remonta aos ressentimentos pós-unificação no início dos anos 1990 e posterior guerra civil em 1994; (iii) as dinâmicas decorrentes de grupos jihadistas em maior ou menor escala ligados à AQAP, mas aqui focados principalmente na origem desses grupos e como se relacionam com a posterior guerra civil; e (iv) as questões que chamaremos de político-sociológicas, que passam pela discussão de conceitos como “tribos” e “clientelismo” que acabam por nortear nossa futura análise e que está em maior ou menor grau presente nos tópicos anteriores.

Em segundo lugar, temos outro tipo de produção que foca em uma análise mais regional ou internacional do conflito. Este tipo parece ser menos numeroso e, ao contrário de alguns textos que tratam quase exclusivamente do âmbito doméstico, não costumam se limitar exclusivamente ao sistema. Muitas vezes, por exemplo, mesmo quando tratamos da influência das disputas regionais entre Arábia Saudita e Irã, observamos um esforço de contextualizar os grupos domésticos envolvidos. Os principais focos encontrados nestes textos são sobre as dinâmicas regionais, como as disputas entre Irã e Arábia Saudita. Neste grande tema, podemos dividi-lo em três enfoques diferentes: (i) textos que focam nas disputas regionais entre os países de maneira mais sistêmica; (ii) obras nas quais o enfoque maior é dado às possíveis

ligações entre os Houthis e o governo iraniano; e (iii) a intervenção militar liderada pela Arábia Saudita no Iêmen desde março de 2015.

Ao longo da pesquisa e da discussão, nos deparamos com obras que misturam os dois eixos – doméstico e internacional – ou que, em momentos diferentes, dão um enfoque em um ou em outro. Por isso, consideramos importante destacar o posicionamento de cada obra a partir destes eixos e, quando possível, separar obras mais extensas, como livros, em capítulos para uma melhor organização.

2.2.1 Eixo Doméstico

Para iniciarmos, optamos por falar sobre o conflito no Norte do país, de forma que convém explicar a divisão entre o que seria o conflito Norte e o Sul. Esta separação se justifica pois, apesar de atualmente constituírem o mesmo país, o que entendemos por Iêmen hoje em dia era dividido em duas repúblicas até a unificação em 1990 e, por conta desse passado histórico, ambos os territórios possuem algumas dinâmicas e atores próprios que serão explorados nesta dissertação em momentos oportunos.

Começamos pelos trabalhos sobre as dinâmicas do Norte do país que correspondem aos que tratam sobretudo do surgimento e da expansão do grupo dos Houthis. Os Houthis constituem um dos principais atores estudados ao longo deste trabalho, uma vez que são os responsáveis pela tomada de grande parte do território norte do Iêmen a partir do início de 2014, chegando a tomar o palácio do governo na capital Sanaa em janeiro de 2015, forçando Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi – então presidente do país – a fugir da cidade com destino a Aden, onde instala governo provisório (YEMEN..., 2015). Além disso, a intervenção militar liderada pela Arábia Saudita em março de 2015, chamada de *Operação Tempestade Decisiva*, visava conter o avanço dos Houthis, bem como restabelecer o controle do espaço aéreo iemenita e, no limite, restabelecer o governo de Hadi na capital. Teve duração de cerca de um mês, terminando em 22 de abril e inaugurando uma próxima fase da intervenção, chamada *Restaurando a Esperança* (RUYS; FERRO, 2016, pp. 64-65). O país segue intervindo militarmente no Iêmen até a presente data.

Em primeiro lugar, destacamos o livro *Regime and Periphery in Northern Yemen: The Huthi Phenomenon* (SALMONI; LOIDOLT; WELLS, 2010). Esta obra foi publicada por RAND Corporation, um *think tank* dos Estados Unidos que, segundo

mencionado na própria obra, foi convidado a estudar os confrontos entre os Houthis e o governo iemenita em seus aspectos socioculturais, políticos e militares, pensando em “analistas de inteligência e militares preocupados com a segurança da Península Arábica, Iêmen e Chifre da África” (SALMONI; LOIDOLT; WELLS, 2010, p. iii, tradução nossa).

Embora tenha sido publicado às vésperas das manifestações que ficaram conhecidas como Primavera Árabe no final de 2010 e início de 2011 (e que constituem o ponto de partida do marco temporal da nossa análise), o livro se destaca por ser bastante completo e fornecer uma espécie de radiografia tanto do grupo em seus variados âmbitos – como sua formação histórica, suas raízes tribais ou religiosas – como também das reações do governo iemenita em relação a ele. Por exemplo, entre 2004 e 2010, o governo central iemenita travou pelo menos seis guerras contra os Houthis, o que é amplamente analisado no capítulo 5 do livro, *From Phases to Rolling Conflict: Time Line, Geography, and Magnitude of Huthi-GoY Fighting* (SALMONI; LOIDOLT; WELLS, 2010, pp. 131-154).

Devido ao caráter declaradamente instrumental da obra voltado ao público militar, em certos momentos o foco torna-se bastante técnico. É o caso do capítulo 7, *The Huthis as Combatants*, no qual chegam a ser discutidas as armas utilizadas pelo grupo (SALMONI; LOIDOLT; WELLS, 2010, p. 197) e até mesmo as táticas empregadas (SALMONI; LOIDOLT; WELLS, 2010, p. 204).

Ginny Hill e Helen Lackner são duas britânicas que se debruçaram, cada uma à sua maneira, ao estudo do Iêmen, ambas publicando livros sobre o assunto em 2017. Helen Lackner, antropóloga formada e atual professora do *London Middle East Institute SOAS*, passou mais de 15 anos no Iêmen e dedica um capítulo de seu livro, *Yemen in Crisis: Autocracy, Neo-Liberalism and the Disintegration of a State* (2017), ao caso dos Houthis. Por outro lado, Ginny Hill é uma experiente jornalista britânica com anos de trabalho em campo no Iêmen, que também dedica um capítulo de seu livro, *Yemen Endures: Civil War, Saudi Adventurism and the Future of Arabia* (2017), ao caso dos Houthis.

Ao comparar ambos os capítulos, nos salta aos olhos muito mais suas semelhanças do que diferenças. Seu maior contraste se dá no que tange ao estilo de escrita, mais do que em seu conteúdo ou interpretações. Enquanto o capítulo 5 de Lackner (2017, pp. 180-204), *The Huthi Movement: From Nowhere To Centre-Stage*, foca mais sua atenção em como certos atores formam e agem em espaços

institucionalizados (como fóruns, associações, partidos, etc), o capítulo 7 de Hill (2017, pp. 175-202), *Black Box: Houthi-Led Insurgency in the Northern Province Of Saada*, foca muito na experiência pessoal da autora na região, que se coloca em primeira pessoa e detalha encontros que teve com pessoas comuns ou que fazem parte de alguma forma da política do país (como Yahya Houthi, o meio irmão de Abdulmalik, líder dos Houthis).

Outra diferença que pode ser apontada quando comparamos os dois capítulos é em relação ao período temporal compreendido. Lackner (2017) possui uma narrativa linear, tentando dar conta de explicar desde a gênese do grupo dos Houthis e seu avanço no território, além de fazer prognósticos dos possíveis cenários envolvendo o grupo. Hill (2017), por outro lado, embora faça breves recuos históricos, acaba priorizando os momentos históricos que ela acompanhou pessoalmente nas vésperas da Primavera Árabe em 2011.

Já do ponto de vista das semelhanças, ambos textos citam fatos ou interpretações bastante próximas. Por exemplo, quando discutem as seis guerras travadas entre 2004 e 2010 entre os Houthis e o governo central de Saleh, as duas autoras dão espaço para rumores que circulavam na época envolvendo Ali Mohsen Al-Ahmar, uma das principais figuras iemenitas por ser o mais importante ator militar do norte do país, e o presidente Ali Abdullah Saleh:

Uma 'piada' que circulava no Iêmen era que as guerras contra os Houthis terminariam quando Ali Mohsen fosse morto e que todo o propósito da guerra para Saleh era se livrar de Ali Mohsen, deixando o campo livre para seu filho mais velho, Ahmed Ali, para sucedê-lo como presidente. (LACKNER, 2017, p. 188, tradução nossa).

A rivalidade entre facções de elite, que sustentaram a guerra desde o início, intensificou-se durante a quinta guerra. 'Saleh estava tentando minar os recursos de Ali Mohsin e aumentar as chances de sucessão de seu filho' (...) Saleh então aproveitou a oportunidade criada pela humilhação militar de Ali Mohsin para rebaixar seus aliados em 'uma série de movimentos cuidadosamente coordenados' que tentavam aumentar a fidelidade a seu filho, Ahmed Ali. (HILL, 2017, p. 190, tradução nossa).

Como podemos ver, é comum em ambos os textos a menção a uma suposta rivalidade latente entre Ali Abdullah Saleh e Ali Mohsen, mesmo com anos de aliança entre eles. Estas evidências de disputas entre alguns dos principais atores do país são de suma importância para nosso trabalho, e serão avaliadas quando explorarmos as competições políticas que ajudam a explicar a saída de Saleh e a decorrente crise.

Lackner (2017) ainda dedica parte de seu capítulo sobre os Houthis para um fato específico que ainda estava inconcluso naquele momento: a aliança entre Ali

Abdullah Saleh e os Houthis, quando o então ex-presidente acaba por se aliar aos seus antigos opositores mesmo depois de terem lutado por anos a fio em lados opostos. A movimentação se inicia por volta de 2014, corresponde ao período de forte expansão territorial do grupo e possui um desfecho violento com o assassinato de Saleh pelo grupo em dezembro de 2017 (ESPINOSA, 2017). Este é um momento emblemático e que desafia certas narrativas sobre os Houthis, pois a aliança possui um caráter pragmático, sendo muito mais formada por motivações negativas (ou seja, por ambos os lados possuírem o governo de Hadi como um inimigo comum) do que por alguma motivação ideológica (LACKNER, 2017, p. 199).

Vale notar que Lackner (2017, p. 204), ao final do capítulo e escrevendo antes da morte de Saleh, parece descrente com o futuro da aliança. Porém, a autora parecia acreditar mais na força do ex-presidente e de seus aliados do que do sucesso do grupo, apesar de reconhecer o aumento da relevância do grupo nos últimos anos.

Sobre a aliança Saleh-Houthis, April Longley Alley escreve um artigo, chamado *Collapse of the Houthis-Saleh alliance and the future of Yemen's war* (2018), bastante elucidativo e que nos permite um olhar mais atencioso e, com o benefício de escrever após o término da aliança, consegue analisá-la de forma mais completa do que feito anteriormente por Lackner (2017). Naquele momento, já estava mais claro o tamanho do desafio que os Houthis haviam se tornado para o sucesso do novo governo de Hadi e para seus aliados, como a Arábia Saudita por meio da intervenção militar. Porém, a despeito do momento diferente que as análises acontecem, elas parecem convergir bastante na medida em que concordam, por exemplo, quanto ao pragmatismo da aliança (ALLEY, 2018, p. 9; LACKNER, 2017, p. 199).

Da mesma forma que a divisão histórica do país resultou em um contexto próprio e na eclosão do movimento dos Houthis ao norte do Iêmen, a porção Sul também possui características que a singularizam. O território abrigou, entre 1967 e 1990, a República Democrática Popular do Iêmen, a maior experiência socialista do Oriente Médio. Em 1990, passa por um processo de unificação com seu vizinho do Norte e, em 1994, por uma guerra civil motivada em parte pelos ressentimentos causados pela unificação.

A análise voltada às dinâmicas do sul se justifica pois o local possui atores diferentes do Norte e interesses específicos. Além disso, a região quase que antecipou as manifestações que eclodiram a partir de 2011 no contexto da Primavera Árabe na

capital Sanaa (ao Norte), uma vez que já era palco de sistemáticos protestos desde meados de 2007.

Mesmo diante de sua relevância, a literatura específica para o contexto do Sul parece ser ainda mais escassa. Um primeiro nome que cabe destacar é de Susanne Dahlgren, antropóloga finlandesa que possui experiência de trabalho de campo no lêmén do Sul desde o final dos anos 1980. Embora seu campo de pesquisa original tenha mais a ver com gênero e cotidiano⁵, com o aumento das tensões na região a partir de 2007, percebemos que Susanne Dahlgren passa a produzir alguns textos que se propõem a analisar os chamados Movimentos do Sul, como em *The Snake with a Thousand Heads: The Southern Cause in Yemen* (2010), *The Southern Movement in Yemen* (2008) – no qual a autora já começa a chamar atenção para os protestos que vinham acontecendo na região desde 2007 e que tomariam novo rumo com a chegada das manifestações inspiradas na Primavera Árabe que começaram na Tunísia e no Egito – e *Popular Revolutions Advances Towards State Building in Southern Yemen* (2017).

As análises de Dahlgren (2008; 2010; 2017) convergem bastante com outros autores que se debruçaram sobre o tema. Por exemplo, parece ser ponto-pacífico o entendimento que parte da resposta para as manifestações repousam em um descontentamento dos sulistas em relação a maneira pela qual foi feito o processo de unificação do país, sentindo-se preteridos em relação ao Norte (região onde Ali Abdullah Saleh já era presidente desde o final dos anos 1970). Quanto a isso, a autora diz:

Enquanto a unificação de 22 de maio de 1990 foi inicialmente bem recebida com entusiasmo por todos no lêmén, os anos que se seguiram destruíram as ilusões no Sul. A alta inflação, a ineficiência na execução das finanças estaduais, a centralização da burocracia estatal e a marginalização acompanhada dos centros administrativos do sul formaram a base da insatisfação (...) Em 1993 ficou claro que a unidade do Estado não estava em terreno sólido e os líderes do Sul se retiraram para Aden. (DAHLGREN, 2008, p. 50, tradução nossa).

Sobre isso, é interessante a análise de Lackner (2017), pois ela chama a atenção para a percepção por parte dos sulistas de que existiria um certo preterimento em relação a eles por parte do governo. Segundo a autora, essa percepção não correspondia à realidade – não por conta de um senso de justiça de Saleh –, e sim pois o povo em todo o território passava pelo mesmo grau de abandono enquanto

⁵ Sobre isso, a autora publicou um livro chamado *Contesting Realities: The Public Sphere and Morality in Southern Yemen (Gender, Culture, and Politics in the Middle East)* (2010).

apenas uma reduzida elite colhia os frutos da sua inserção no governo (LACKNER, 2017, p. 209).

Dessa forma, mesmo Dahlgren e Lackner sendo exemplos de autoras que endossam a explicação desse ressentimento ser parte da causa do início do problema do Sul, as autoras divergem um pouco nos atores que estão analisando: enquanto Dahlgren (2008) se refere mais aos atores políticos que se sentiram preteridos na burocracia estatal, Lackner (2017) acrescenta o povo à equação. Lackner (2017) inclusive menciona o passado socialista como um elemento que contribuiria para a percepção de abandono: com o fim da experiência socialista e seus sistemas de saúde e educação, existe uma piora na qualidade de vida da população e eles atribuem isso à negligência estatal voltada exclusivamente a eles, porém estavam compartilhando as mesmas condições da maioria da população iemenita, seja no Norte ou no Sul. Além disso, como 70% da população tem menos de 25 anos, a imagem que eles possuem sobre o período anterior à unificação também é fruto de uma certa idealização (LACKNER, 2017, p. 209). Apesar disso, Lackner concorda com Dahlgren sobre a percepção das elites (LACKNER, 2017, p. 204).

Outro ponto importante que é citado por praticamente todos os textos sobre o assunto é a heterogeneidade dos chamados Movimentos do Sul. Esses movimentos, cuja origem remonta de certa forma à unificação e posterior guerra civil de 1994, começam a se organizar e ganhar força a partir de 2007. Porém, carecem de coesão por possuírem interesses diferentes e respondem a diversas lideranças. Quanto a isso, os textos apenas se diferem um pouco quanto à proporção de componentes com pretensões separatistas, por exemplo, divergência essa que pode ser motivada por uma diferença de análise ou pelo momento de escrita de cada obra.

Sobre a composição dos Movimentos do Sul, um texto bem interessante é *The Southern Movement in Yemen* (2010), escrito por Nicole Stracke e Mohammed Saif Haidar. Os autores são pesquisadores alocados na região – como no Departamento de Segurança e Terrorismo do Centro de Pesquisa do Golfo em Dubai (Nicole Stracke) e no Centro de Estudos Estratégicos Sheba em Sana (Mohammed Saif Haidar) – e fazem uma sistematização das lideranças do Sul e quais seus interesses prioritários naquele momento. A saber, organizam em três grupos principais: (i) membros dos antigos quadros do Partido Socialista que, em alguma medida, desejam restaurar a República Democrática Popular do Iêmen; (ii) pessoas que se sentem de certa forma lesadas e preteridas, tratadas como “cidadãs de segunda classe” e que, inicialmente,

possuíam demandas prioritariamente sociais e econômicas, mas com o tempo passaram a também se organizar mais politicamente; e (iii) membros que defendem interesses tribais, sobretudo de propriedade da terra, e que também possuem objetivos separatistas (STRACKE; HAIDAR, 2010, p. 26).

Um último ponto que nos parece importante destacar sobre as literaturas voltadas ao Sul diz respeito à resposta do governo às manifestações a partir de 2007. Essas manifestações começaram quando ex-oficiais militares do Sul, forçados à aposentadoria compulsória, exigiram pagamentos de pensões mais elevados (CIVIL..., 2009). O caráter pacífico dos protestos é destacado por todos os autores, porém Stracke e Haidar (2010, pp. 21-22) parecem atenuar um pouco essa leitura, dando mais espaço para analisar as tentativas de conciliação por parte do governo e a criação de algumas iniciativas de captação de investimentos para a região, apesar de não negarem as acusações de abuso da repressão, com por exemplo alegações de bloqueio de celulares para tentar evitar a comunicação dos manifestantes. Outros autores, por outro lado, denunciam medidas bem mais agressivas por parte do governo e suas forças policiais para a repressão dos protestos, incluindo assassinatos e perseguições (HRW, 2009, p. 1).

Como vimos, a literatura sobre o Sul é, de certa forma, bastante coesa e apresenta poucas divergências. Mesmo quando podemos salientar alguma diferença entre as análises, normalmente trata-se de detalhes que não comprometem o argumento central dos autores. Assim como a bibliografia analisada na seção anterior em relação aos Houthis, os textos discutidos aqui possuem como foco as questões internas e as disputas entre atores domésticos, tratando de atores internacionais apenas de maneira tangencial.

Um outro eixo de preocupação e, por consequência, de análises feitas sobre o Iêmen, tem a ver com a presença de grupos considerados como jihadistas em seu território, como o caso da franquia local da Al-Qaeda. A Al Qaeda na Península Arábica (AQAP), como é chamado esse grupo, foi a franquia da Al-Qaeda considerada como responsável pelos atentados no jornal satírico francês *Charlie Hebdo*, em 2015.

Principalmente atuante na porção sul do país, a AQAP é frequentemente citada como um braço letal da Al-Qaeda e fonte de desconfiança por parte dos Estados Unidos e da Europa. Os estudos sobre este grupo passam, primeiramente, sobre o grupo em si: seu surgimento, seu *modus operandi* e suas ações. Das literaturas discutidas nesta seção, entretanto, é a que possui caráter mais internacional. Uma

hipótese para isso pode ser as fontes e os tipos de interesses que motivam os estudos. Por exemplo, alguns textos que discutidos aqui são provenientes de órgãos envolvidos com instituições militares que fornecem informações sobre terrorismo e contraterrorismo.

É o caso, por exemplo, da obra *A False Foundation?: AQAP, Tribes and Ungoverned Spaces in Yemen* (2011), publicada pelo *Combating Terrorism Center* (grupo ligado à Academia Militar dos Estados Unidos) e que, segundo o site oficial do grupo, “educa, aconselha e conduz pesquisas para equipar os líderes atuais e futuros com as ferramentas intelectuais necessárias para compreender os desafios do terrorismo e contraterrorismo” (CTC, 2022, tradução nossa). Nesta obra, uma das mais extensas encontradas exclusivamente sobre o grupo, o autor procura traçar um panorama do surgimento da AQAP, começando pela discussão do início dos movimentos jihadistas islâmicos desde o início dos anos 1990 (KOEHLER-DERRICK, 2011, pp. 22-25), o surgimento da Al-Qaeda no Iêmen (KOEHLER-DERRICK, 2011, pp. 30-35) e a formação da AQAP (KOEHLER-DERRICK, 2011, pp. 36-63).

Sobre o surgimento da AQAP, outro texto que procura explicar a origem do grupo, de maneira resumida e sem grandes divergências em relação ao texto anterior, é *The Emergence of Al Qaeda in the Arabian Peninsula (AQAP) and the Effectiveness of US Counterterrorism Efforts*. O autor parte do surgimento da Al-Qaeda em território saudita, depois passa pela emergência da Al-Qaeda no Iêmen, para somente depois discutir a fusão dos grupos, formando a AQAP (FAULKNER, 2015, pp. 2-5). Da mesma forma que em Koehler-Derrick (2011), o texto de Faulkner (2015) possui um caráter recomendativo. No caso de Faulkner (2015), ele discute a eficácia (ou não) do uso de drones para a contenção do grupo. A recomendação do uso da força contra líderes do movimento pode ser encontrada em Koehler-Derrick (2011), como exposto no trecho abaixo:

As medidas defensivas devem complementar a aplicação direta da força contra a Al-Qaeda nos líderes da Península Arábica. Aumentar a capacidade de Sana'a de controlar o movimento de pessoas e materiais dentro e fora do país representa um meio de baixo risco e custo-benefício para reduzir a probabilidade de terrorismo no exterior. O apoio e o treinamento contínuos para a segurança de aeroportos, fronteiras e portos dificultam a realização de ataques fora do Iêmen. (KOEHLER-DERRICK, 2011, p. 150, tradução nossa e grifo nosso).

Contrapondo os textos mais técnicos e com preocupações mais práticas, temos novamente jornalistas que se ocupam em acompanhar o fenômeno da AQAP, mas visando informar o leitor ocidental sobre o surgimento do jihadismo nessa parte do

mundo. É o caso de Victoria Clark, jornalista de pais britânicos que acabou nascendo quase acidentalmente em Aden em 1961, quando seu pai trabalhava como correspondente da BBC na região. Seu livro *Yemen: Dancing on the Heads of Snakes* (2010) é separado em dois momentos: no primeiro, a autora faz um recuo histórico sobre a origem do Estado iemenita ao longo dos anos; no segundo e mais extenso, explora as origens do jihadismo na região e o surgimento da AQAP.

Embora o objetivo declarado do livro de Victoria Clark ser informar o leitor ocidental sobre as origens do jihadismo no Iêmen, sua obra possui um caráter bastante pessoal, assim como de outros jornalistas, como Ginny Hill (a quem inclusive Victoria Clark menciona em seus agradecimentos). Em Clark (2010), é possível extrair as informações para desenhar o panorama do grupo ao longo do relato pessoal de experiência da autora no país, encontrando e conversando com seu povo. Porém, embora a forma do livro difira dos textos apresentados anteriormente, suas percepções e análises quanto ao surgimento do grupo se aproximam.

Acreditamos que os textos que organizamos a partir do sub-eixo das “questões político-sociológicas” constituem uma parte fundamental dos estudos sobre o Iêmen, pois praticamente toda a literatura, de uma maneira ou de outra, vai tratar de questões no que tange à organização da sociedade iemenita (principalmente seu caráter tribal) e à existência de uma rede clientelista desenvolvida e aprofundada pelo governo de Ali Abdullah Saleh durante seus 33 anos no poder.

Apesar de serem questões quase estruturantes de diversas análises, são poucos os textos que se debruçam verdadeiramente para explicá-las: na maioria das vezes, os termos são mencionados como um dado que não precisa ser discutido. Para entendermos a centralidade desses conceitos, podemos ver como ele perpassa todos os outros temas mencionados até então, em maior ou menor grau.

Na literatura já mencionada que trata da formação dos Houthis e a tensão latente inicialmente com o governo de Saleh – e, após sua saída, com o governo de Hadi – parte da análise oferecida pelos autores passa pelos apoios (ou não) tribais em relação ao grupo, mas também por ressentimentos em relação à (falta de) inserção de alguns atores de relevância na rede clientelista de Saleh (SALMONI; LOIDOLT; WELLS, 2010, pp. 6-7). Já em Lackner (2017, p. 181), discute-se o caráter tribal do grupo que, segundo a autora, seria menos acentuado do que em outros atores da região, porém o apoio de certos líderes tribais se mostra vital para o avanço do grupo, como podemos ver no seguinte trecho:

[...] o movimento não poderia ter se desenvolvido em uma grande força política e militar sem o envolvimento de tribos. Portanto, a relação dos huthis com as tribos locais e a extensão em que as tribos os apoiaram ou se opuseram a eles são relevantes. (LACKNER, 2017, p. 183, tradução nossa).

Já quando tratamos da questão do Sul, o impacto da percepção de certas elites sulistas sobre a qualidade de sua inserção na rede clientelista de Saleh é um assunto primordial e, como vimos, o ressentimento em relação a esse suposto detrimento em relação ao Norte desde a unificação é um dos assuntos-chave dessa literatura. Para ficar em um único exemplo, temos:

Para a desilusão dos sulistas, o sistema autoritário de governo de Partido único foi simplesmente substituído pelo clientelismo que exigia lealdade sem reservas ao governo em troca de benefícios pessoais, como empregos no governo, carros caros ou pedaços de terra; uma prática que eles imaginavam ter se originado no Norte. (DAHLGREN, 2008, p. 50, tradução nossa).

No tocante à questão tribal, como veremos com mais detalhes no Capítulo 4, a dinâmica do Sul é bem diferente da do Norte, principalmente por conta de como se desenvolveu o período colonial em Aden e, posteriormente, pela influência dos anos de regime socialista. Mesmo assim, essa diferença entre as duas partes também será importante nas reflexões existentes na literatura.

Os conceitos de clientelismo e do caráter tribal são menos visíveis na literatura sobre a AQAP, porém também aparecem, mesmo que de maneira mais velada. Acreditamos que o principal tópico de discussão nesse sentido seja as alegações de uso da ameaça securitária do grupo por parte de Saleh como meio de arrecadar fundos estrangeiros e a maneira pela qual esta verba seria utilizada, inclusive para opor grupos internos e desestabilizar possíveis oposições, garantindo a frágil estabilidade do sistema clientelista.

Grande parte da literatura mencionar esses conceitos recorrentemente, mas eles normalmente não são definidos, muito menos trabalhados. Porém, existem alguns autores que fizeram um esforço maior nesse sentido e, por isso, focaremos neles. Contudo, por se tratar de questões discutidas com maior profundidade no Capítulo 4, nos limitaremos aqui em apontar possíveis semelhanças e divergências entre os autores.

Em primeiro lugar, podemos salientar o trabalho de Paul Dresch, antropólogo britânico que conduz pesquisas sobre o Iêmen desde meados da década de 1980. Dresch realizou extenso trabalho de campo no país e, sobretudo em seu livro *Tribes, Government, and History in Yemen* (1990), o autor faz um esforço de explicar a

importância das tribos para a sociedade iemenita. Como o próprio autor nos mostra, a tribo é a principal unidade social no Iêmen e constituem-se em aglomerados que podem variar de tamanho (na década de 1980, estimava-se que cada tribo iemenita abrigava entre 20 a 30 mil membros) e, em geral, é comum que se reúnam em grupos maiores, também chamados de “tribos”, mas que, na prática, são espécies de confederações (DRESCH, 1984, p. 33).

Outra autora que possui uma contribuição interessante no estudo sobre as tribos iemenitas é Elham Manea, uma cientista política e ativista de direitos humanos de dupla nacionalidade (suíça e iemenita). O texto *Yemen, The Tribe and The State* (1996), derivado de uma participação sua em um colóquio na Universidade de Lausanne, apesar de também citar em diversos momentos os textos de Paul Dresch, possui pelo menos duas reflexões que acreditamos serem fundamentais e novas para a discussão que faremos ao longo do trabalho. A primeira refere-se à identidade iemenita que, segundo a autora, é e sempre foi relativamente forte, porém não vem acompanhada de um reconhecimento do governo central, como podemos ver no trecho abaixo:

No entanto, os iemenitas acham difícil, especialmente em áreas tribais e remotas, aceitar o conceito de um Estado Soberano. Para eles, não há conexão entre sua identidade nacional e um Estado que afirma representar essa identidade. Para eles, o Estado é mero sinônimo da elite política que detém o poder no Iêmen em detrimento do país. A desconfiança profundamente enraizada das tribos em relação às intenções e ações do Estado recebeu pouca atenção do governo. (MANEA, 1995, p. 7, tradução nossa).

A segunda, que é em parte uma consequência da primeira, trata-se de como o Estado e as tribos operam em dimensões diferentes. Mesmo que os líderes tribais tenham sido em sua maioria cooptados para a burocracia estatal, eles não representam mais suas tribos nesses espaços e isso não rompe sua influência na tribo e seus vínculos clientelistas (MANEA, 1995, p. 7). Ainda segundo a autora, esse descolamento entre identidade tribal e Estado nacional facilita a interferência de atores estrangeiros, uma vez que estas tribos não se sentem necessariamente pressionadas a serem leais ao governo central iemenita.

Talvez o elemento mais revelador nas relações tribo-estado seja que as tribos nunca hesitaram em aceitar pagamentos paralelos sauditas. Eles tinham uma forte convicção de que eram 'livres' em suas decisões e alianças. Eles podem apoiar o estado iemenita ou podem optar por ter relações íntimas com os sauditas. De qualquer forma, não havia preferências pré-determinadas porque o senso de obrigação política ou fidelidade ao Estado não estava totalmente desenvolvido. (MANEA, 1995, p. 4, tradução nossa).

Apesar da contribuição de Dresch (1984; 1990) e Manea (1995) para a compreensão da relação da sociedade iemenita com as tribos, podemos nos valer mais uma vez do trabalho de Lackner (2017), que no capítulo 7, “*From tribes to Elites*” de seu livro “*Yemen in Crisis: Autocracy, Neo-Liberalism and the Disintegration of a State*”, faz uma análise da inserção destas tribos no mundo neoliberal, sobretudo a partir dos anos 1980.

Para entender a entrada dos líderes tribais na economia e na política iemenita, também se faz necessário discutir melhor o sistema clientelista frequentemente referido nos estudos sobre o Iêmen. Como vimos, este conceito é usado em diversos momentos, mas avaliamos que a melhor análise e explicação sobre seu funcionamento é feita por April Longley Alley (2008), atualmente analista sênior do *International Crisis Group* e que se dedica principalmente ao estudo do Iêmen há mais de uma década, realizando trabalho de campo desde 2004. A autora buscou, durante sua tese de doutorado intitulada *Shifting Light In the Qamariyya: The Reinvention of Patronage Networks in contemporary Yemen*, entender a rede clientelista operante no Iêmen de Saleh. Segundo Alley (2008), a rede clientelista operada por Saleh é regida por quatro princípios básicos, resumidos no trecho abaixo:

[...] quatro princípios orientadores organizam e estruturam o comportamento da elite. Primeiro, o clientelismo é amplamente distribuído (...). Em segundo lugar, as elites devem aceitar alguma forma de inclusão patronal. (...) Terceiro, o clientelismo não é distribuído aleatoriamente. (...) Quarto, em troca de benefícios materiais, os clientes devem fornecer um nível mínimo de apoio político ao presidente e à economia política corrupta que sustenta seu regime (ALLEY, 2008, p. 99, tradução nossa).

Essa sistematização que Alley (2008) fornece do funcionamento da rede clientelista é ainda melhor desenvolvida em seu artigo *The Rules of the Game: Unpacking Patronage Politics in Yemen* (2010), no qual ela destrincha cada um dos princípios anteriormente citados.

Outra contribuição da autora refere-se ao apontamento de alguns atores fundamentais inseridos na rede clientelista de Saleh até aquele momento, mas que já apontavam sinais de ruptura. Um caso que gostaríamos de destacar é o de Hamid Al-Ahmar, que é de suma importância ao longo de nosso trabalho e que a autora já conseguia mapear diversos sinais de desgaste na relação do até então empresário e político, filho de um dos principais aliados históricos de Saleh.

Para além dos casos citados por Alley (2008) de importantes atores que poderiam dar sinais de ruptura com o sistema até então vigente, temos também a

contribuição de Thomas Juneau, professor da Universidade de Ottawa no Canadá, que se concentra no estudo do Oriente Médio, em especial no Irã e no Iêmen. Mesmo que Juneau não cite especificamente Alley em seu texto *Yemen and the Arab Spring: Elite Struggles, State Collapse and Regional Security* (2013), sua análise parece coincidir bastante com a da autora, pelo menos no que tange à importância e ao funcionamento da rede clientelista no país. Escrevendo em um momento mais avançado dos fatos, ou seja, pós-Primavera Árabe, o autor destaca outros atores da política iemenita que já teriam rompido com o governo e estariam corroborando para a instabilidade que se apresentava.

2.2.2 Eixo Internacional

Diferentemente do eixo anterior, neste tópico destacamos a literatura que visa analisar o conflito iemenita pelo prisma internacional, principalmente utilizando abordagens de ordem sistêmica ou regional. Estas obras, embora não necessariamente negligenciem atores domésticos, não os têm como prioritários em suas análises, por vezes até reduzindo-os a papéis secundários ou tirando parte de seu poder de agência, como se fossem simplesmente influenciados por atores estrangeiros.

Além disso, as análises que organizamos nesta seção são ainda mais difíceis de serem classificadas de maneira a encontrar oposições entre as obras. Mesmo os temas tratados podem ser lidos como derivações ou consequências de uma grande discussão central: a disputa regional entre Arábia Saudita e Irã. Derivado deste primeiro grande tópico, teremos outros três subtópicos: (i) a análise regional puramente dita, muitas vezes referida como “Guerra Fria Árabe”; (ii) a (suposta) ligação entre os Houthis e o Irã; e (iii) a intervenção militar liderada pela Arábia Saudita no país desde 2015.

Quando falamos sobre a rivalidade regional entre Arábia Saudita e Irã, chama a atenção como ela é por vezes denominada de “Guerra Fria Árabe”. Acreditamos ser particularmente interessante destacar este fato, pois ele nos remete a outro momento da história do Iêmen no qual, de certa forma, podemos encontrar uma série de coincidências. Durante especialmente os anos 1960, o Iêmen também foi palco de outra “Guerra Fria”, que também foi chamada de “Guerra Fria Árabe”. À época, a rivalidade opunha, de um lado, o Egito de Gamal Abdel Nasser com seu projeto nacionalista e, de outro, a própria Arábia Saudita, mais tradicionalista e liderada pelo

rei Faisal⁶. Salta aos olhos o paralelo com a guerra civil que se desenvolveu, sobretudo na porção norte do país, que opunha grupos republicanos (apoiados pelo Egito) e grupos monarquistas (apoiados pela Arábia Saudita).

O estudo das revoluções no Iêmen na década de 1960 não ser nosso foco nesta dissertação, mas acreditamos que esses paralelos são úteis para a compreensão da atual disputa existente. Porém, focaremos na atual disputa entre Arábia Saudita e Irã. Para isso, selecionamos alguns textos que trabalham com essa ideia para análise.

Em primeiro lugar, ressaltamos como muitos textos citam o Iêmen (quando citam) apenas fazendo parte de uma enumeração de outros casos nos quais, segundo os autores, poderia ser identificada uma disputa regional entre as duas potências regionais. Nesse sentido, esses textos discorrem sobre o histórico das relações entre Arábia Saudita e Irã, sobretudo após a Revolução Iraniana de 1979 (LEVALLOIS; THERME, 2016; TZEMPRIN; JOZIC; LAMBARÉ, 2015), mas não se debruçam particularmente sobre o caso iemenita.

Nessas obras que se propõem a analisar a disputa regional entre Arábia Saudita e Irã, mais uma vez poucas divergências podem ser apontadas. Enquanto Salisbury (2015) afirma que as relações entre os países antes da Revolução Iraniana eram boas e de cooperação, pelo menos no caso iemenita, Levallois e Thermes (2016), por sua vez, defendem que a rivalidade entre os países seria anterior à revolução. Porém até mesmo esta divergência das análises pode ser explicada quando vista de perto, uma vez que Salisbury (2015) se limita ao caso do Iêmen, enquanto Levallois e Thermes (2016, p. 9) analisam de maneira mais ampla e trazem outros exemplos como na independência do Bahrein no início década de 1970.

Já quando partimos para a literatura que faz um esforço maior de discutir como o caso iemenita contemporâneo se insere nesse contexto regional mais amplo, temos, por exemplo, a dissertação de mestrado de Tali Rachel Grumet, da Universidade de Denver, intitulada *New Middle East Cold War: Saudi Arabia and Iran's Rivalry* (2015). Embora não seja o foco da autora, ela dedica algumas páginas para discutir o caso iemenita como sendo um dos seis tópicos de análise dos pontos de crescente rivalidade Arábia Saudita-Irã entre 2003 e 2011. Neste tópico, a autora ressalta como historicamente a Arábia Saudita sempre buscou ter influência, inclusive por possuir

⁶ Para mais informações sobre o período citado, ver Ferres (2014).

uma extensa e porosa fronteira com o vizinho (GRUMET, 2015, p. 102). Grumet (2015) também abre espaço para comentar as alegações de influência por parte do Irã no grupo dos houthis, mas não se aprofunda nem problematiza a extensão desta influência. Paralelamente, relembra o envolvimento militar direto da Arábia Saudita sobretudo na última guerra entre o governo de Saleh e os houthis entre 2009 e 2010, quando, segundo a autora, o país teria se lançado em seu maior envolvimento militar desde a Guerra do Golfo de 1991, com permissão do governo de Sana (GRUMET, 2015, p. 104).

Grumet (2015), entretanto, discute muito pouco os atores domésticos iemenitas nesse contexto mais amplo, visto que utiliza o caso do Iêmen apenas como mais um exemplo para reforçar seus argumentos. O caso do Iêmen propriamente dito é discutido por Peter Salisbury, *Yemen and the Saudi–Iranian ‘Cold War’* (2015). Salisbury (2015), jornalista independente e analista que faz parte do *International Crisis Group*, como especialista no Iêmen, e do *think tank* britânico Chatham House, dedica-se em seu texto a analisar a ascensão dos Houthis e como o Iêmen se encaixa na competição regional mais ampla entre o Irã e a Arábia Saudita. Seu principal argumento é que os principais fatores de tensão e conflito são locais, mas os papéis percebidos (e frequentemente exagerados) de atores externos continuam a afetar os cálculos dos atores iemenitas e de diferentes atores regionais (SALISBURY, 2015, p. 2).

Ao contrário dos outros textos citados, Salisbury realmente faz um esforço de compreender não apenas os houthis, mas analisa também outros atores domésticos que são acusados de também terem relações externas (sempre com o Irã), como parte dos Movimentos do Sul (SALISBURY, 2015, p. 8). Uma reflexão interessante que o autor nos oferece é justamente sobre essas acusações de influência iraniana nestes grupos, que inclusive o autor ilustra muito bem no trecho abaixo:

Autoridades ocidentais e iemenitas há muito acusam o Irã de apoiar os houthis. Um artigo do Financial Times em fevereiro de 2014 citou um oficial iemenita alegando que o Irã e seus representantes libaneses forneceram apoio financeiro e logístico direto, bem como militares, aos houthis, uma visão que, segundo o jornal, foi apoiada pelos EUA. Em janeiro de 2013, o New York Times informou em um briefing dado a um de seus repórteres por funcionários dos EUA, que citou as autoridades iemenitas, que um carregamento de armas apreendido pelas forças de segurança iemenitas na costa sul do país tinha origem no Irã. O artigo afirmou que os funcionários citados acreditavam que o carregamento de 'contrabando' era destinado a insurgentes no Iêmen, embora se recusassem a fornecer detalhes mais completos. (SALISBURY, 2015, pp. 6-7, tradução nossa).

O que Salisbury destaca em relação a essa suposta ligação entre Irã e os Houthis (ou os Movimentos do Sul) é que ela acaba por esconder o envolvimento histórico de outros atores estrangeiros no país, como a própria Arábia Saudita e os Estados Unidos (SALISBURY, 2015, p. 8). Inclusive há fontes entrevistadas pelo próprio autor que relatam terem participado das manifestações da Primavera Árabe e ido para Beirute levados por representantes iranianos durante e depois de 2011. Eles comparam o treinamento que receberam lá com a “capacitação” fornecida a organizações da sociedade civil por ONGs ocidentais e esquemas apoiados pelo governo (SALISBURY, 2015, p. 8).

É interessante notar como muita da produção sobre o assunto gira em torno do envolvimento ou não (ou a extensão deste envolvimento) do Irã com os houthis, mas dificilmente as ações da Arábia Saudita ou dos Estados Unidos são vistas como interferência estrangeira que respondem a interesses próprios destes países. Nesse sentido, entramos nos exemplos de textos que discutem mais especificamente o envolvimento Houthis-Irã para analisarmos como se dá este debate.

Um texto que discute este assunto e, como o próprio título sugere, lança certo ceticismo na extensão da interferência do Irã nos Houthis é *Iran's policy towards the Houthis in Yemen: a limited return on a modest investment*, de Thomas Juneau (2016). No texto, o autor também desafia a narrativa trazida pela própria Arábia Saudita e Estados Unidos para justificar a intervenção militar, e por parte da imprensa, como vimos anteriormente em Salisbury (2015). O autor resume seu argumento abaixo:

O Irã tem interesses limitados no Iêmen, sua presença tem um impacto marginal no equilíbrio de poder doméstico e seu apoio é insignificante em comparação com os recursos que a Arábia Saudita despejou no país. O Iêmen é, simplesmente, uma prioridade muito menor para o Irã do que para a Arábia Saudita. (JUNEAU, 2016, p. 662, tradução nossa).

Outro texto que advoga nessa linha é *The Houthis Are Not Hezbollah* (ALLEY; HILTERMANN, 2017), o qual tenta desmontar o argumento de Donald Trump, ex-presidente dos Estados Unidos, para seu envolvimento na situação iemenita. Os autores dizem que apesar de Trump ter declarado que tinha intenção de aumentar a resposta do Iêmen ao grupo *proxy* iraniano (referindo-se aos houthis), na realidade o grupo não poderia ser considerado como *proxy*.

Até agora, e além da forte retórica pró-Houthi de Teerã, poucas provas concretas surgiram do apoio iraniano aos Houthis. Houve evidências de alguns carregamentos de armas pequenas e, provavelmente, conselhos militares de oficiais do Hezbollah e da Guarda Revolucionária, que podem ter ajudado os houthis a disparar mísseis em território saudita e alvejar navios sauditas no Mar Vermelho. Enquanto isso, o apoio militar e de inteligência

dos EUA e da Grã-Bretanha à coalizão liderada pela Arábia Saudita excede em muitos fatores qualquer quantidade de apoio que os houthis receberam de Teerã. (ALLEY; HILTERMANN, 2017, tradução nossa).

Mais uma vez o argumento do envolvimento dos Estados Unidos (e, dessa vez, inclusive do Reino Unido) é levantado como um contraponto ao discurso de envolvimento do Irã. Se era difícil saber a extensão do envolvimento iraniano, era menos trabalhoso rastrear o volumoso suporte ocidental dado à intervenção saudita.

Um último fato que chama atenção em relação às alegações de interferência iraniana nos Houthis tem relação com a cronologia dos fatos. É interessante notar como isso nem é mesmo uma questão até determinado momento. Por exemplo, em Salmoni, Loidolt e Wells (2010, p. 224), que propõem a analisar o grupo com fins práticos para as forças armadas americanas, essa é uma questão muito tangencial e o termo “*proxy*” diz respeito a uma discussão sobre o entendimento local dos adeptos do grupo de que o governo de Saleh seria um *proxy* dos Estados Unidos, Israel e/ou Arábia Saudita. Na realidade, os próprios autores começam a identificar uma tendência midiática a entender o conflito por meio da interpretação de uma guerra *proxy* xiita, o que parecem refutar:

Dadas as barreiras para obter informações sobre os acontecimentos do dia-a-dia no conflito do regime Huthi, portanto, bem como a crescente tendência da mídia de vê-lo em termos de uma “guerra por procuração” xiita, os analistas precisarão abordar a escrita de dentro e de fora da região com um olhar cada vez mais crítico. (SALMONI; LOIDOLT; WELLS, 2010, p. 337, tradução nossa).

O que nos parece é que as alegações de envolvimento iraniano com o grupo apareceram posteriormente e podem ter acompanhado as justificativas para a intervenção militar saudita, que nosso próximo foco de análise.

Com o crescimento territorial dos houthis e a posterior tomada do palácio presidencial em Sana no início de 2015, uma coalizão militar estrangeira liderada pela Arábia Saudita (mas conduzida por mais de uma dezena de países árabes) é lançada a partir de março de 2015 com o objetivo declarado de conter os houthis e restaurar o governo de Hadi, presidente do país, a capital. A literatura sobre o assunto, em geral, se divide entre textos que procuram entender o fenômeno da intervenção em si e outros de caráter mais técnico, com preocupações jurídicas ou operacionais.

Inicialmente, podemos destacar justamente as abordagens de caráter mais técnico que fogem um pouco do nosso escopo de trabalho. Temos por exemplo textos do campo do Direito Internacional que procuram discutir a legalidade ou não da intervenção militar. De maneira geral, as análises baseiam-se na discussão de dois

pontos principais: (i) a legalidade da intervenção considerando um suposto convite por parte do governo reconhecido de Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi; e (ii) o compromisso com os Direitos Humanos e os limites do uso da força durante a intervenção (*Jus in Bello*).

A discussão dos autores parece convergir em relação ao segundo ponto, pois em sua maioria concordam que existiram excessos por parte da intervenção que poderia colocar em xeque a legalidade da operação (APELE, 2018, p. 41; TZIMAS, 2018, p. 36). No entanto, eles divergem no primeiro ponto por não terem a mesma interpretação sobre a legalidade do governo de Hadi em si.

Um outro tipo de literatura mais técnica que aparece nos estudos sobre a intervenção militar diz respeito ao tipo de técnicas e operações utilizadas e sua eficiência. Para ficar em alguns poucos exemplos desse tipo de obra, vale citar o artigo *The Saudi air war in Yemen: A case for coercive success through battlefield denial*, no qual Shield (2018) sustenta que o uso de força aérea por parte da coalizão da Arábia Saudita pode ser um modelo interessante a ser aplicado em situações de intervenção em guerras civis. Outro exemplo seria a dissertação de mestrado Curtis Hanson (2016), intitulada *Counterinsurgency in Yemen: Assessing operations decisive storm, restoring hope, and golden arrow* e cuja discussão se baseia na eficácia das operações militares sauditas no Iêmen em termos de cumprir seus objetivos declarados.

Para nossos propósitos no presente trabalho, focamos mais em textos que procuram lidar com as motivações dos autores para intervir, bem como nas articulações com atores domésticos que deram condições para a operação.

Alguns autores trabalham com a argumentação de que a decisão de intervir no Iêmen foi movida por duas motivações principais: primeiramente, um desejo de se firmar regionalmente e contrabalancear a pelo menos aparente percepção de crescimento da influência iraniana. Um desses autores é May Darwich (2018), que em seu texto *The Saudi Intervention in Yemen: Struggling for Status* desenvolve esses argumentos. Outro autor que parte desse ponto de partida, mas que se dedica a demonstrar que a decisão partiu de um cálculo errado, é Rhys Robinson (2021).

De outro lado, temos uma segunda linha de motivações para intervir que focam na figura de Mohammad Bin Salman, príncipe herdeiro da Arábia Saudita que, segundo estas interpretações, tem usado a intervenção no Iêmen como uma espécie de vitrine para sua reafirmação interna. Um dos exemplos de autor que trabalha com

essa hipótese é Helen Lackner (2017, pp. 63-64), que afirma que MBS, como é conhecido o príncipe herdeiro, viu erroneamente no Iêmen uma oportunidade para mostrar suas habilidades, superar seus familiares mais velhos e chegar ao trono.

2.3 Proposta de análise

A escolha de um objeto de estudo e a melhor maneira de analisá-lo é sempre dificultosa. Como vimos anteriormente, existem diversos autores e textos procurando dar sentido e contribuir com a análise da situação catastrófica encontrada no Iêmen. Sabemos que todos colaboram com essa missão e tivemos que escolher em qual frente trabalharíamos, tendo em vista também o tempo limitado para nosso trabalho.

Escolhemos nos atentar basicamente às articulações entre atores internos e externos (em especial, provenientes da Arábia Saudita) por julgar que, assim, estaríamos identificando um momento importante em relação ao conflito e que, de uma maneira ou outra, sofre e causa impactos em todas as demais. Além disso, também consegue evidenciar os pontos de contato entre as análises de cunho mais doméstico e as de cunho mais regional e internacional.

Para analisarmos as possíveis conexões entre os atores domésticos e externos, é necessário traçar quais seriam estes atores de maior destaque na sociedade iemenita. Para isso, fizemos uso inicialmente de fontes históricas e sociológicas (DRESH, 1990; 2000; ALLEY, 2008; 2010) a fim de compreendermos o contexto em que estávamos trabalhando. Estas fontes foram de extrema importância para esboçar uma espécie de radiografia da situação política interna do país, entender como o governo de Ali Abdullah Saleh foi estabelecido e quais eram suas principais bases de sustentação.

Além disso, tendo identificado a base de apoio do governo, foi mais fácil compreender pontos de ruptura que já poderiam ser identificados, causando o desgaste e a posterior ruptura do sistema formado. Para isso, as informações trazidas por April Longley Alley (2008) em sua dissertação foram de extrema valia, assim como por Helen Lackner (2017). Também fizemos uso de diversas fontes jornalísticas, tanto de correspondentes estrangeiros que estavam no país nos últimos anos do governo (como Ginny Hill, por exemplo), como também da imprensa diária relatando alguns episódios mais cotidianos, como entrevistas com alguns atores importantes que, embora não possam ser lidas como verdades incontestáveis, nos fornecem pistas

sobre o clima da época. O fruto dessa primeira parte da pesquisa pode ser encontrado no Capítulo 3 desta dissertação.

Para dar seguimento a análise, foi necessário escolher a maneira de apresentar os fatos ocorridos entre nosso período de estudo (início de 2011 até março de 2015) e, portanto, optamos por relatá-los em ordem cronológica para facilitar a compreensão do desenvolvimento dos processos. Para traçar esta linha do tempo, fizemos uso mais uma vez de fontes acadêmicas como artigos e livros sempre que possível, porém também usamos extensivamente matérias de jornais da época para garantirmos abranger o clima do período sem recorrer a anacronismos.

Para construir a linha do tempo, também foi necessário demonstrar como os atores que já haviam sido identificados no capítulo anterior fizeram parte do desenrolar dos fatos e, além disso, procurar detectar suas articulações com atores internacionais para testar nossas hipóteses. Esta articulação era um dos maiores desafios do nosso trabalho, uma vez que dificilmente os atores vão declarar, em público, suas reais conexões. Por isso, muitas vezes fizemos uso de todos os materiais disponíveis (sejam entrevistas, documentos, artigos ou informações biográficas) para apontar possíveis evidências que poderiam apontar para conexões e interesses escusos, traçando potenciais ligações entre atores e acontecimentos.

3 IÊMEN: QUESTÕES HISTÓRICAS E SOCIOLÓGICAS

O Iêmen é um país que ocupa a porção sul da península arábica, compartilhando uma extensa (e porosa) fronteira ao norte com a Arábia Saudita e a leste com Omã. O país também é banhado pelo Golfo do Aden, ao sul, e pelo Mar Vermelho, a oeste. Sua capital é Sanaa, cidade que fica na porção noroeste do atual país.

Mapa 1 – Península Arábica



Fonte: Nations Online (2018)

O traçado da fronteira com a Arábia Saudita foi, desde os primórdios de sua fundação como Estado, no século XIX, motivo de disputa entre os dois países por conta da falta de demarcação prévia e pela possibilidade de descoberta de petróleo e gás na região, tendo sido considerada a fronteira em contestação mais extensa do Oriente Médio. Em 2000, a questão fronteiriça ganhou um novo capítulo com a assinatura do Tratado de Jeddah, entre Iêmen e Arábia Saudita, que significou a oficialização da demarcação entre os países (ANTHONY, 2000, p. 78). Nesse momento, o Iêmen acabou ganhando uma porção de terra que era, até então, bem incerta, devido ao longo período de disputa. Apesar de oficialmente agora fazer parte do país, é importante compreender o impacto causado por essa indefinição fronteiriça ao longo dos anos, conforme é abordado ao longo desta dissertação.

Mapa 2 – Estado do Iêmen, de 1990 a 2015



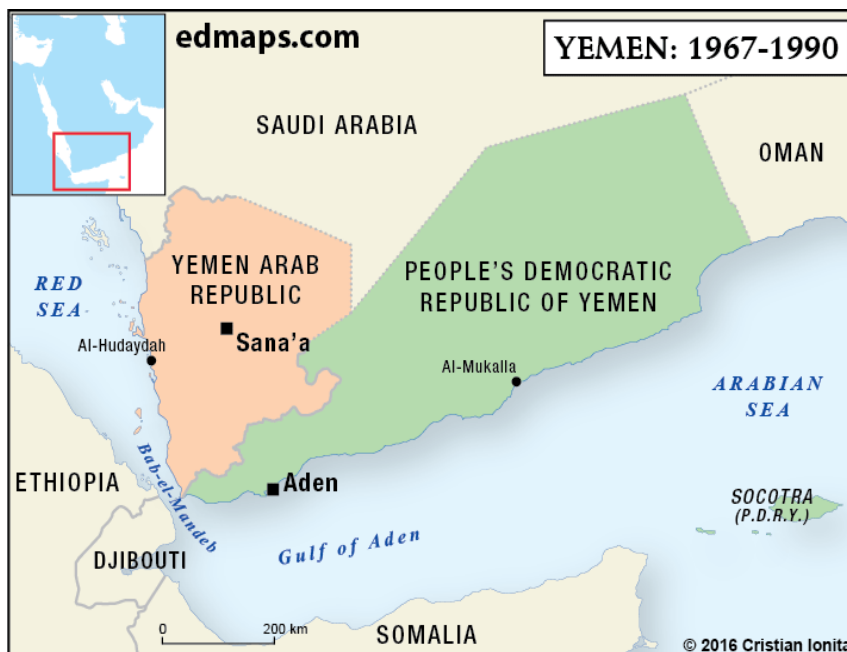
Fonte: Ionita (2016)

No Mapa 2, podemos visualizar o território incorporado pelo Iêmen por meio do Tratado de Jeddah, de 2000. O mapa mostra o território entre 1990 – ano que, como veremos a seguir, o país foi unificado – e 2015, o marco da intervenção estrangeira sobre a qual nos debruçamos nesta pesquisa.

O país, da maneira em que se encontra atualmente, só foi unificado no início dos anos 1990. Até então, o Iêmen fora historicamente dividido em dois países diferentes, o que o fez passar por experiências coloniais bastante diferentes: na porção norte, ligada ao Império Turco-Otomano, enquanto na porção sul, ao Império Britânico). Posteriormente, as duas regiões passaram por experiências políticas diferentes. Embora ambos os países tenham passado por revoluções nos anos 1960 e instaurado repúblicas, o Sul inaugurou uma experiência socialista única no Oriente Médio.

Como podemos ver no Mapa 3, o que convencionou-se chamar “Norte” é na realidade a porção mais noroeste do país, enquanto o “Sul” seria a porção mais oriental, estendendo-se até o extremo sudoeste:

Mapa 3 – Divisão do Iêmen entre 1967 e 1990



Fonte: Ionita (2016)

Embora o Iêmen não seja um grande exportador de petróleo como seus vizinhos, o país ocupa uma posição chave na cadeia deste importante produto, pois controla o estreito de Bab-el-Mandeb. Este estreito faz a ligação entre o mar Vermelho e o Oceano Índico e acaba por fazer parte do carregamento de petróleo e gás natural que parte do Golfo Pérsico para a Europa e Estados Unidos via canal de Suez e oleoduto SUMED no Egito. Estima-se que, em média, passem 4,7 milhões de barris de petróleo por dia pelo estreito, sendo considerado um dos mais importantes do mundo (U.S. ENERGY..., 2017).

A questão do controle de Bab-el-Mandeb torna-se ainda mais relevante quando analisamos outro local de passagem da região. O estreito de Ormuz, entre os Emirados Árabes Unidos e o Irã, é responsável pelo escoamento de um terço do petróleo consumido mundialmente. O acidente geográfico é uma importante arma de barganha do Irã quando ameaçado pelos Estados Unidos com sanções econômicas. Isso porque um eventual fechamento de Ormuz, mesmo que por alguns dias, impactaria não apenas o preço mundial do petróleo, mas traria consequências sensíveis para as importações dos países do Golfo (AL JAZEERA..., 2018). Bab-el-Mandeb torna-se, dessa forma, uma rota alternativa importante para os fluxos comerciais dos países do Golfo, em especial para a Arábia Saudita.

Mapa 4 – Principais rotas de escoamento de petróleo



Fonte: The Economist (2015)

Apesar de participar apenas tangencialmente da principal atividade econômica da região, a exportação de petróleo bruto ainda corresponde a cerca de 70% a 80% da receita estatal (SALISBURY, 2012). Dessa maneira, o Iêmen é bastante sensível às oscilações do mercado externo.

Além de sua vulnerabilidade em relação ao mercado externo por conta da enorme dependência quanto à exportação de petróleo bruto, o Iêmen é fortemente dependente de abastecimento de bens de consumo não-duráveis, como alimentos. O país importa grande parte de sua base alimentícia, importando 90% do trigo e 100% do arroz consumidos (SALISBURY, 2012).

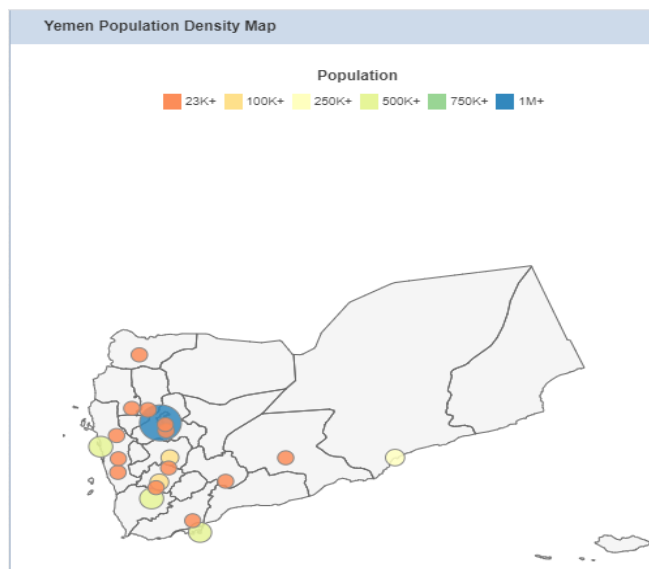
A pobreza do Iêmen fica bastante evidente quando comparamos, por exemplo, seus dados de Índice de Desenvolvimento Humano com outros países da região, como ilustrado na Tabela 1:

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano de alguns países selecionados

Fonte: The World Bank (2021a)

O Iêmen também apresenta alta densidade demográfica, pois abriga cerca de 29 milhões de pessoas (THE WORLD BANK, 2021b) em uma área de pouco mais de 536 km² (BBC, 2019). A título de comparação, a Arábia Saudita possui cerca de 33,7 milhões de pessoas espalhadas em um território quatro vezes maior. A população iemenita está situada de maneira desigual ao longo do território, visto que em sua porção sul há uma grande área mais árida e de difícil cultivo agrícola. Desta forma, a população situa-se principalmente na porção norte, como podemos visualizar abaixo no Mapa 5:

Mapa 5 – Densidade populacional do Iêmen



Fonte: World Population View (2021)

O território iemenita e, por consequência, a sua população, também é historicamente dividido em tribos. Essa divisão social é fundamental para o entendimento da realidade do país e da sua atual guerra civil. Portanto, acreditamos ser necessária uma seção à parte para compreender mais detalhadamente a questão tribal no Iêmen.

3.1 Os líderes locais: quem são e como funcionam?

O Iêmen é, de maneira geral, um país bastante atrelado aos seus líderes locais, chefes de grupos frequentemente chamados de “tribos”. Como desenvolvemos na presente seção, as tribos iemenitas não têm o caráter nômade que é comumente atrelado ao termo. Elas foram, pelo contrário, definidas pelo seu pertencimento territorial e ganharam proeminência inicialmente como agricultoras (DRESCH, 1990, p. 6).

Mesmo sendo tradicionalmente ligados ao cultivo agrícola e, portanto, ao meio rural, esses líderes tribais historicamente fizeram parte da política iemenita de maneira indissociável desta e como foram progressivamente entrando em outras atividades ao longo do tempo, conforme o país foi sendo inserido na lógica neoliberal, especialmente a partir do final dos anos 1980 (DRESCH, 1990, p. 7).

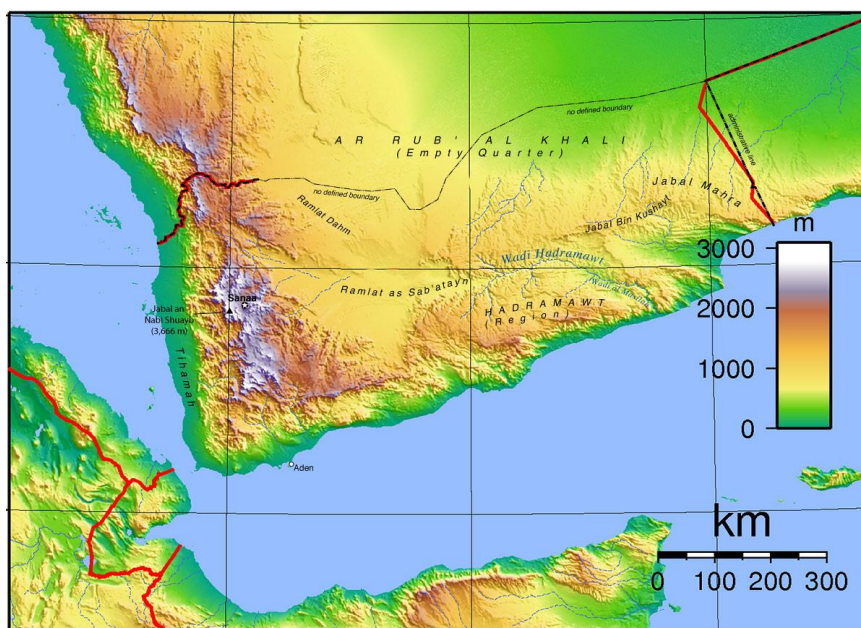
A primeira unidade social do Iêmen, em particular, e da Península Arábica, no geral, é a tribo (MANEA, 1996, p. 1). Desde seu surgimento e, com as devidas adaptações até os dias atuais, seus líderes são atores primordiais na lógica da política

iemenita. Sua proeminência é uma das razões que ajuda a entender uma certa recusa social a líderes centralizadores, principalmente estrangeiros, o que confere ao Iêmen um histórico de relativa autonomia, mesmo levando em consideração seus momentos de intervenção estrangeira⁷ (BONNEFOY, 2017, p. 12).

Vale destacar alguns aspectos gerais do que se constitui como tribos. Elas podem variar de tamanho (na década de 1980, estimava-se que cada tribo iemenita abrigava entre 20 a 30 mil membros) e, em geral, é comum que se reúnam em grupos maiores composto de diversas tribos – espécies de confederações – mas que na literatura também são chamados de “tribos”, o que pode causar confusões. As duas maiores confederações no Iêmen são Hashid (que abrigava cerca de sete tribos) e Bakil (cerca de quatorze tribos) (DRESCH, 1984, p. 33).

É importante, entretanto, ter em mente as particularidades das dinâmicas encontradas nas duas porções do país. Apesar de em ambas o caráter tribal ser proeminente e desempenhar um papel de destaque, na porção norte – conseguimos perceber uma acentuação ainda maior do papel das tribos, inclusive por um fator geográfico fortemente montanhoso que gera um maior isolamento da região. Podemos ver nos Mapas 6 e 7 como a geografia impacta no número de tribos:

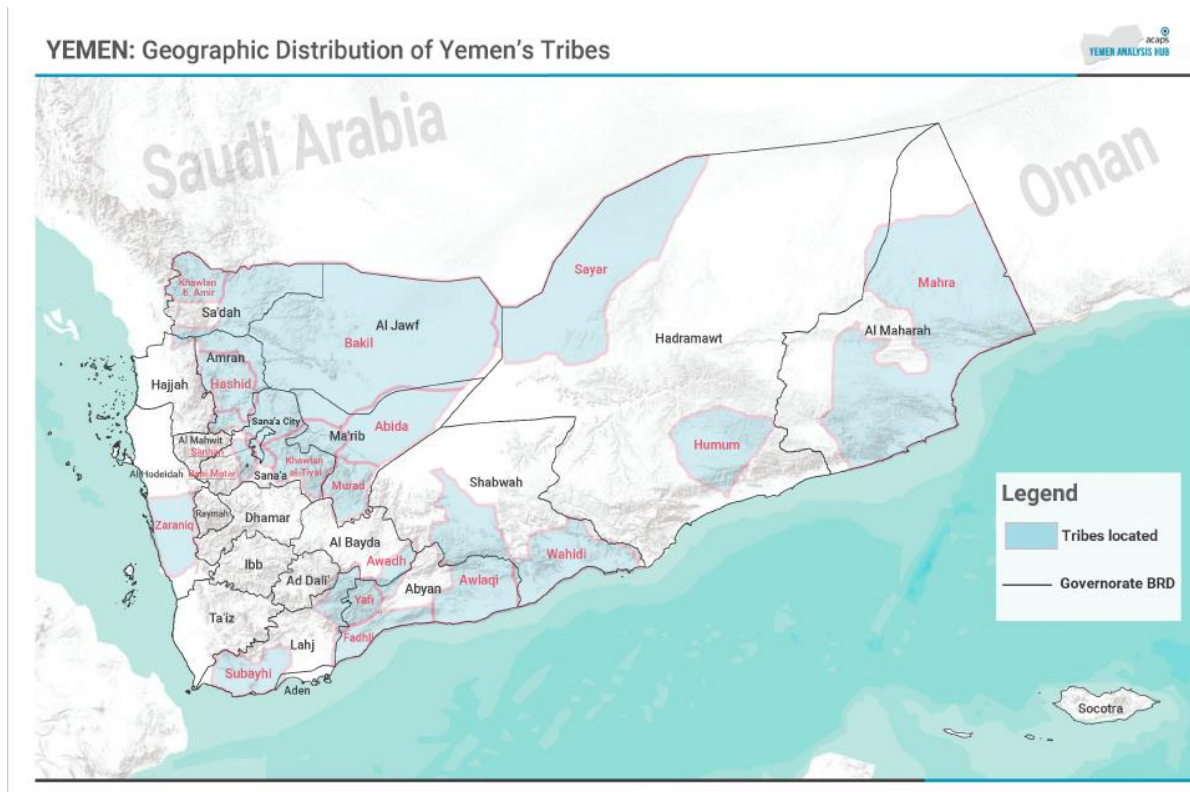
Mapa 6 – Topografia da Península Arábica



Fonte: Nations Online (2019)

⁷ Por exemplo, mesmo na Guerra Civil dos anos 1960, a participação estrangeira aconteceu em articulação com as lideranças locais, como exposto por Jesse Ferres (2013).

Mapa 7 – Distribuição geográfica das tribos iemenitas



Fonte: ACAPS (2020)

No início do século XX, por exemplo, o Iêmen do Norte, dirigido pelo Imã Yahya, era o único país árabe formalmente soberano. Mesmo com controles episódicos por parte do Império Turco-Otomano, o Norte sentiu de maneira muito mais branda – uma vez que manteve seu imanato⁸ quase que independente – os impactos coloniais do que o Sul, que estava sob controle britânico. Uma das razões que podemos atribuir a este fato é sua estrutura geográfica que lhe confere maior isolamento (BONNEFOY, 2017, pp. 44-45).

Os próprios Imãs eram, de certa maneira, líderes locais antes de se autoproclamarem Imãs, no final do século XIX, momento no qual existe a formação de um Iêmen formalmente soberano. Utilizando uma mitologia e alguns termos que referenciam a fé islâmica⁹ – mas contrariando uma tradição anti-estatal –, ocorre uma centralização de poder durante o final do século XIX que confere a roupagem formalmente soberana do Iêmen do Norte (DRESCH, 2000, p. 4). Durante o imanato,

⁸ Imã é um título religioso no Islã e o território governado por seu representante, é conhecido como “imanato”. No Iêmen do Norte, o imanato era a organização social até a eclosão das revoluções dos anos 1960, quando foi proclamada a república no país.

⁹ Particularmente o zaidismo, que é vertente xiita própria do Iêmen e que terá um papel de destaque quando abordarmos o surgimento de um grupo fundamental para o atual contexto, os Houthis.

porém, o imã apenas conseguiu relativa unidade e controle político governando a partir de uma política *carrot and sticks* – ou seja, de incentivos e punições – para controlar os líderes locais (MANEA, 1996, p. 3).

A relação entre lideranças locais e um poder centralizado, porém, sempre aparentou ter uma dinâmica difícil. Em certos momentos da história iemenita, por exemplo durante as revoluções dos anos 1960 – que acabaram por instaurar a república no país e, em sua porção sul, também inaugurar uma experiência socialista – líderes locais concorriam em busca de ampliar seus ganhos, até mesmo procurando alianças externas para desequilibrar a balança de poder¹⁰.

A dinâmica no lêmén do Sul, entretanto, embora também possua raízes tribais, pode ser entendida de como sendo mais branda no que tange à influência tribal na população, primeiro pela já citada maior interferência britânica durante seu período de colonização e, posteriormente, por uma maior concentração de poder central em decorrência de seus anos sob regime socialista (DRESCH, 2000, p. 146; SALMONI; LOIDOLT; WELLS, 2010, p. 19). Porém, convém reafirmar que o país é, em sua totalidade, fortemente tribal (LACKNER, 2017, p. 240).

As mudanças ocorridas no país a partir de 1970 – com alterações de ordem econômica que levaram a mudanças na sociedade – impactaram de maneira substancial as dinâmicas sociais e, conseqüentemente, as relações tribais passaram por alterações significativas. Até aquele momento, a economia iemenita era basicamente de agricultura de subsistência e, portanto, as principais lideranças locais tinham o seu poder baseado na propriedade de terras (LACKNER, 2017, p. 245). Com o importante aumento do preço do petróleo no mercado internacional, motivado pelo Choque do Petróleo de 1973 e organizado pelos países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), muitos iemenitas acabam se mudando para países da região, como por exemplo Arábia Saudita, e as remessas externas passam a ser uma importante fonte nova de rendimentos para o país (LACKER, 2017, p. 244).

A possibilidade de trabalhar no exterior como uma nova atividade, muito mais lucrativa do que até então era possível para o jovem iemenita, acabou por alterar as relações da sociedade. Até aquele momento, a agricultura era basicamente de subsistência. Mas, devido às dificuldades físicas de cultivo do solo e do baixo regime de chuvas na região, a atividade foi sendo cada vez mais enfraquecida e os produtos

¹⁰ Ver Ferre (2013) para um melhor entendimento do papel das forças estrangeiras na Guerra Civil (1962-1970).

agrícolas, como o trigo e o arroz, passaram a ser importados (LACKNER, 2017, p. 245).

Durante as décadas de 1970 e 1980, portanto, diversos membros de tribos passaram paulatinamente de agricultores para comerciantes, porém sem perder prestígio social ou *status* político. O que merece destaque é o surgimento de uma espécie de classe média, com uma alteração na atividade desempenhada por estes atores que foram se convertendo em comerciantes, fomentando o surgimento e fortalecimento de uma burguesia independente (LACKNER, 2017, p. 246).

Portanto, durante o final dos anos 1970 até meados dos anos 1980, as remessas internacionais eram uma fonte de renda que chegava a ultrapassar os rendimentos estatais. Tanto as pessoas ligadas diretamente ao trabalho no exterior quanto suas famílias que recebiam o dinheiro, ou mesmo quem se beneficiava do aumento do poder de consumo local, se tornaram um importante setor privado e bastante independente das decisões do governo de Sanaa (ALLEY, 2010, p. 388). Além disso, em decorrência da disputa fronteiriça travada sobretudo ao norte do país, a Arábia Saudita era intimamente ligada à política tribal da região, inclusive com diversos relatos de pagamentos diretos para as lideranças locais – o que desenvolvemos mais à frente quando analisarmos as principais lideranças da região, como a família Al-Ahmar (ALLEY, 2010, p. 388).

A situação, porém, passa a sofrer novo revés após a forte queda do preço do petróleo em 1986, por conta de ação orquestrada¹¹, sobretudo, pela Arábia Saudita. A partir deste momento, já sob a liderança do presidente Ali Abdullah Saleh, ocorrem algumas alterações sociais e o fortalecimento de um poder mais centralizado.

Para entender estas mudanças e passar a analisar estas novas dinâmicas, explicamos na seção a seguir quem foi Ali Abdullah Saleh, como ele chegou ao poder e como conseguiu governar por mais de três décadas.

3.2 Os anos de Ali Abdullah Saleh (1978-2012)

Quando falamos sobre o governo de Ali Abdullah Saleh, é muito importante salientar que ele, inicialmente, se refere apenas ao lêmén do Norte. Porém, como é

¹¹ Em 1986, após alguns anos de déficit orçamentário por conta da maior extração de petróleo bruto por outros membros da OPEP, o Reino Saudita decidiu retomar sua posição de destaque e aumentou sua produção de maneira a derrubar o preço do barril, o que causou perdas no setor petrolífero dos EUA (LODER, 2014).

exposto ao longo desta seção, Saleh é um dos principais responsáveis pela unificação do Iêmen no início da década de 1990, e passa a ser, a partir de então, presidente do Iêmen em sua totalidade.

No momento em que Saleh chegou ao poder no Iêmen do Norte, o país ainda passava por uma forte instabilidade após a Guerra Civil de 1962 a 1967. Seus últimos quatro antecessores foram depostos ou assassinados (DRESCH, 2000, pp. 124-147). A Tabela 2 ilustra a situação política da época:

Tabela 2 – Presidentes do Iêmen do Norte entre 1967-1978

NOME DO PRESIDENTE	INÍCIO DO MANDATO	TÉRMINO DO MANDATO	MOTIVO DA SAÍDA
Abdul Rahman al-Eryani (1910-1998)	5 de novembro de 1967	13 de junho de 1974	Deposto
Ibrahim al-Hamdi (1943 - 1977)	13 de junho de 1974	11 de outubro de 1977	Assassinado
Ahmad al-Ghashmi (1938 - 1978)	11 de outubro de 1977	24 de junho de 1978	Assassinado

Fonte: Elaboração da autora com base em Dresch (2000)

O estabelecimento da república do Iêmen passou por um processo de longos anos de negociação e inserção das antigas elites realistas, ou seja, que defendiam o imanato (e que tinham saído, em teoria, perdedoras da Guerra Civil) no novo aparato estatal, o que confere uma certa singularidade na fórmula política do país em comparação aos países vizinhos (BONNEFOY, 2017, pp. 54-55). Esse processo é singular, uma vez que os Estados vizinhos do Iêmen na península arábica mantiveram-se monarquias e não passaram por um processo revolucionário como o que ocorreu no Iêmen, o que o forçou a criar mecanismos e negociações entre atores divergentes para garantir algum nível de estabilidade como discutiremos futuramente.

As forças armadas do novo governo estabelecido em Sanaa tiveram que lidar com uma sociedade civil bem estruturada, baseada sobretudo em suas tribos fortemente armadas e que frequentemente possuem laços de solidariedade entre elas, formando confederações poderosas, especialmente as de Hashid e Bakil (BONNEFOY, 2017, p. 54)

É neste contexto de instabilidade e intensa disputa política que Ali Abdullah Saleh é nomeado presidente do Iêmen do Norte em julho de 1978. Até aquele momento, Saleh era um militar de média importância. Seu padrasto havia sido um soldado do imanato, como ele próprio fora durante um breve período, e havia

participado da Guerra Civil operando tanques. Era visto pelos seus pares políticos e/ou pela própria população como um *self-made man* (DRESCH, 2000, p. 148). Para conseguir se manter no poder, Saleh passou a se cercar de aliados nos quais ele poderia confiar. Inicialmente, sua própria família como seu padrasto e seu meio irmão receberam cargos de confiança, por exemplo nas forças armadas (DRESCH, 2000, p. 149).

Mas, o verdadeiro momento de virada e de consolidação aconteceu somente em meados dos anos 1980. Em 1986, o preço internacional do petróleo caiu pela metade, marcando o início do fim da economia iemenita baseada nas remessas internacionais. Quase no mesmo momento, os valores recebidos como ajuda externa caíram de 90% do orçamento nacional para apenas 2%, e as remessas caíram para valores 40% mais baixos do que em seu pico em 1981 (ALLEY, 2010, p. 388).

Durante este período, o governo de Saleh tomou diversas medidas importantes e bem-sucedidas para taxar e regulamentar o setor privado nascido nos anos de *boom* das remessas internacionais. Neste sentido, a ação de regulamentação das licenças de importação foi crucial, uma vez que, tendo em suas mãos a decisão de quem poderia participar do lucrativo negócio das importações, Saleh passa a distribuí-las em troca de seus próprios interesses e como barganha para negociar apoio para seu governo. Desta forma, observamos a entrada de diversos líderes tribais tradicionais no mundo dos negócios, enquanto os comerciantes que vinham prosperando nos últimos anos tiveram seu sucesso condicionado ao seu apoio (ou não) ao governo central (ALLEY, 2010, p. 389).

Paralelo a isso, uma empresa estatal chamada à época de *Military Economic Corporation* (MECO), mas atualmente conhecida como *Yemeni Economic Corporation*, expandiu drasticamente. Criada inicialmente para fornecer bens subsidiados para os soldados, a MECO recebeu, durante seu período lucrativo, acesso a *commodities* e importações das mais diversas áreas, o que produziu um processo de monopólio comparável ao ocorrido na Europa durante os séculos XVII e XVIII (ALLEY, 2010, p. 389).

Outro aspecto que merece destaque é que, em 1984, também foram descobertos petróleo e gás no norte do Iêmen em quantidades comerciais. Mais uma vez, o dinheiro agora entrava no país por via estatal, não mais diretamente para uma burguesia relativamente independente, como acontecia anteriormente com as remessas estrangeiras. Inclusive, pouco tempo após a descoberta, o retorno

financeiro da exploração de petróleo e gás já era comparável ao que fora perdido com as remessas estrangeiras (ALLEY, 2010, p. 390).

Todos esses fatores somados foram vitais para uma verdadeira mudança na política estatal iemenita do período. Se, conforme mencionamos anteriormente, a formação da república foi feita a partir da inclusão e concessões feitas aos líderes tribais tradicionais (BONNEFOY, 2017, p. 54), na década de 1980 o Estado passa a ter uma força econômica bem diferente e um poder de barganha que, anteriormente, não era de maneira alguma comparável.

Portanto, a partir da década de 1980, começa a tomar lugar uma rede clientelista muito mais extensa e poderosa do que já existira antes no Iêmen. Utilizaremos o termo clientelismo, nesse contexto, para designar práticas baseadas em troca de favores, nomeações em cargos públicos ou em empresas estatais, posições nas forças armadas e, até mesmo, pagamento direto de dinheiro para particulares, por parte do governo, para representantes das elites econômicas e políticas do país, em troca de apoio ao governo (ALLEY, 2010, p. 387).

Ali Abdullah Saleh, por meio de sua rede clientelista, consegue se manter no poder por décadas, ao contrário de seus antecessores. A seguir, buscamos entender como isto foi possível, analisando alguns casos emblemáticos de cooptação clientelista. Veremos como uma de suas principais estratégias era distribuir o poder de maneira a não desequilibrar o sensível esquema (por exemplo, contrabalanceando áreas diversas, fornecendo vantagens econômicas para elites tradicionais militares ou posições militares para familiares de importantes homens de negócios) e como este equilíbrio não era fácil nem estático, razão pela qual Saleh frequentemente definia sua situação no poder como se estivesse “dançando na cabeça de cobras”, conforme relatado no jornal americano *The New York Times*, em 2017 (WORTH, 2017).

3.2.1 As Forças Armadas e o General Ali Mohsen Al-Ahmar

Ali Mohsen Al-Ahmar é, frequentemente, referido como o segundo homem mais poderoso do Iêmen ao longo dos anos do governo do Saleh. Entretanto, é uma figura cujas informações são difíceis de serem encontradas, pois Al-Ahmar é caracterizado como uma pessoa bem reservada e que atua muito mais nos bastidores do que aparecendo com frequência na vida pública (JUNEAU, 2013, p. 411).

Porém, Al-Ahmar é um nome incontestavelmente forte desde meados da década de 1960, quando lutou na Guerra Civil do Iêmen do Norte. Pela falta de aparições públicas (pelo menos antes da Primavera Árabe), tornou-se quase uma figura folclórica na mente dos iemenitas e muitos rumores circulam sobre ele. Um destes rumores é de que Ali Abdullah Saleh apenas chegou ao poder, em 1978, com a ajuda de Ali Mohsen Al-Ahmar e fazendo um pacto de compartilhar o poder com este. Ali Mohsen Al-Ahmar assumiria o poder em caso de golpe ou morte de Saleh ou, quando fosse a hora, deveria retirar-se do cargo e deixar Al-Ahmar concorrer (HILL, 2017, p. 77).

Um outro rumor bastante frequente, e que aparece até mesmo em documentos vazados pelo WikiLeaks, é que Ali Mohsen Al-Ahmar seria na verdade um meio-irmão de Saleh. Outros afirmam que ele seria um primo distante. O que se pode saber com verdade é que os dois provêm da mesma tribo de Sanhan - uma das tribos que compõem Hashid (PHILLIPS, 2008, p. 52).

A carreira militar de Al-Ahmar é de grande sucesso, sobretudo desde a chegada de Saleh ao poder. Em 1987, ele foi nomeado comandante da Primeira Divisão do Exército. Sendo também comandante da região Nordeste do país, possui influência em grande parte das forças armadas (JUNEAU, 2013, p. 411).

Sua influência, porém, não se limita apenas às forças armadas. Al-Ahmar também foi um dos fundadores, junto com Saleh, do *General People's Congress* (GPC em sua sigla em inglês). O GPC é um partido político criado em 1982 como parte da estratégia estatal de cooptar as lideranças políticas e econômicas locais para dentro do sistema de clientelismo do governo. Durante os anos de 1970 e 1980, grupos da sociedade civil chamados de Conselhos de Desenvolvimento Local (LDCs em inglês), mantidos financeiramente por meio da economia de remessas do exterior predominantes na época, eram os principais responsáveis pelas políticas locais de desenvolvimento, tais como obras públicas. Para a formação do Comitê Permanente do GPC, as eleições locais dos LDCs serviram como base estruturante de seu quadro e, para sua complementação, os demais membros eram escolhidos diretamente pelo presidente (ALLEY, 2010, p. 390). Desde a sua criação, o GPC se tornou uma importante peça na rede clientelista, uma vez que seus altos cargos de comando servem como moeda de troca. Além disso, a filiação ao partido também era considerada como sinal de lealdade ao governo de Saleh (ALLEY, 2010, p. 391). Para

se ter uma noção da força do GPC, nas eleições para a Câmara dos Representantes, em 2003, 238 das 301 cadeiras foram ocupadas por filiados ao partido.

Já no âmbito econômico, a principal empresa de importação de equipamentos para exploração petrolífera é a *Dhakwan Petroleum and Mineral Services*, que pertence a Ali Mohsen Al-Ahmar. Esta empresa, inclusive, é acusada de ter recebido dinheiro por meio de corrupção (LACKNER, 2017, p. 314). Segundo documentos expostos pela WikiLeaks, Ali Mohsen Al-Ahmar teria se beneficiado de esquemas de contrabando de diesel, armas e até mesmo alimentos (RICE-OXLEY, 2011).

3.2.2 As regras do jogo e o caso da família Al-Ahmar

Tendo conseguido inicialmente o apoio de Ali Mohsen Al-Ahmar, ou seja, de um nome que, em 1978, já era importante nas forças armadas e que foi responsável por conter as tentativas de golpe iniciais contra seu governo, Ali Abdullah Saleh ampliou sua rede clientelista, sobretudo após meados dos anos 1980. Um dos casos mais importantes para compreender tanto sua permanência no poder por tanto tempo como também, como veremos posteriormente, sua queda, se encontra nas alianças com a família Al-Ahmar. Possuindo apenas por coincidência o mesmo sobrenome de Ali Mohsen, os Al-Ahmar são uma família de grande destaque na sociedade iemenita. Usaremos o caso desta família para ilustrar de que forma funcionava a rede de clientelismo operada por Saleh na prática.

Alley (2010) aponta quatro características estruturais para a rede informal de clientelismo existente no Iêmen de Saleh. Primeiramente, o sistema de clientelismo era inclusivo em detrimento de um sistema exclusivo, ou seja, os mais diversos grupos de interesses poderiam, e geralmente eram, incluídos na rede informal de poder. Em segundo lugar, os grupos de interesse deveriam aceitar a inclusão pois, apesar de barganhas serem comuns e esperadas para conseguir um melhor posicionamento, uma recusa colocaria em ameaça o equilíbrio do sistema. Em terceiro lugar, embora de amplamente distribuído, o tipo e o grau de aprofundamento da inserção não eram aleatórios: o governo distribuía cargos, por exemplo, para grupos que tivessem alguma afinidade com a área, tal como militar ou econômica, mas também se preocupava em balancear o poder de cada grupo em prol do equilíbrio do regime. Por último, em troca dos favorecimentos ofertados, os grupos precisavam se manter leais e dar suporte ao governo.

A família Al-Ahmar, por sua vez, é tradicionalmente uma das mais poderosas do país. Seu poder advém por serem os líderes da mais poderosa tribo do Iêmen, a Hashid, cujo poder vem sendo consolidado desde sua intensa participação nas forças republicanas durante a guerra civil dos anos 1960 (KATZ, 2003, p. 41).

Frequentemente é relatado que a família Al-Ahmar recebeu pagamentos diretos da casa Saud¹² em troca de lealdade. Essas acusações, claro, são muito difíceis de serem comprovadas e rastreadas, mas podem ser relevantes para esta pesquisa, uma vez que aparecem em fontes variadas, como em diversos textos acadêmicos (ALLEY, 2010, p. 388; HILL, 2017, p. 66; LACKNER, 2017, p. 88) e em documentos disponibilizados pelo WikiLeaks (WIKILEAKS, 2003).

Em que pese o fato de Hashid ser apenas a segunda maior tribo do país (perdendo para Bakil), seu controle é muito mais centralizado nas mãos de seus líderes, o que lhe confere enorme poder. Para garantir este poder, seus líderes também fazem uso do sistema clientelista - da mesma forma que Saleh, ele próprio um membro da tribo Hashid, fez em todo o território do país (KATZ, 2003, p. 42).

O principal líder da tribo Hashid era o patriarca da família Abdullah al-Ahmar. Abdullah al-Ahmar foi também um nome importante na Guerra Civil da década de 1960, principalmente por seu poder como líder da tribo Hashid. Sob sua influência, membros tribais lutaram contra tropas realistas, derrubaram o imanato e estabeleceram a república no país¹³.

Ao longo de muitas décadas, Abdullah al-Ahmar foi um aliado importante para o governo de Saleh. Contudo, assim como as demais alianças políticas iemenitas, ele não fornecia um apoio incondicional ao então presidente. Em 1990, Abdullah al-Ahmar fundou o Al-Islah, partido de oposição ao *General People's Congress*, fundado por Saleh, mas que, inicialmente, não representava uma ameaça verdadeira à hegemonia do então presidente.

O partido foi criado reunindo a Irmandade Muçulmana, líderes tribais do Norte tradicionalmente ligados à Arábia Saudita e certos homens de negócios conservadores (DRESCH; HAYKEL, 1995, p. 406). Porém, durante muitos anos, o

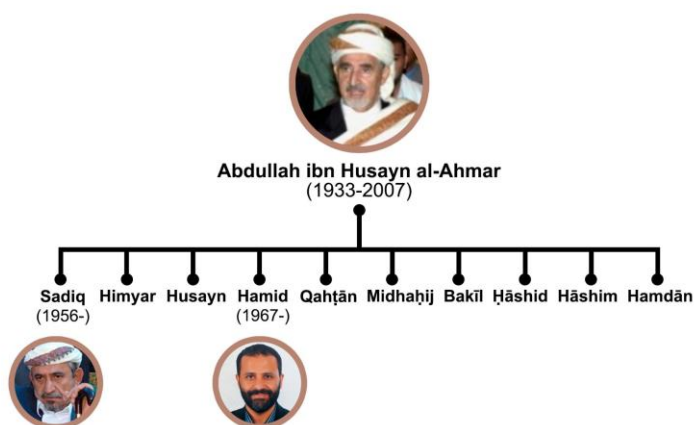
¹² A Casa de Saud é a casa real que se encontra no poder na Arábia Saudita desde a formação deste Estado nos anos 1930.

¹³ Para uma breve biografia do patriarca, pode-se consultar o site oficial da família Al-Ahmar, disponível em: <http://www.alahmar.net/page/%D8%A7%D9%84%D8%B4%D9%8A%D8%AE-%D8%B9%D8%A8%D8%AF-%D8%A7%D9%84%D9%84%D9%87-%D9%81%D9%8A-%D8%B3%D8%B7%D9%88%D8%B1-%D9%86%D8%A8%D8%B0%D9%87-%D8%AA%D8%B9%D8%B1%D9%8A%D9%81%D9%8A%D9%87>. Acesso em 12 jan. 2022.

caráter de oposição que o Al-Islah poderia ter era bastante restrito e foi de certa maneira limitado, e o caráter religioso ou fundamentalista que a mídia ocidental (e, muitas vezes, mesmo árabe, sobretudo no Egito) construiu pela participação da Irmandade Muçulmana foi exagerado.

O Sheik Abdullah foi um importante aliado de Saleh ao longo dos anos. No entanto, com sua morte, em 2007, seus filhos passam a assumir o comando da tribo e dos negócios da família. Destacamos, especialmente, dois dos dez filhos de Al-Ahmar, os quais se tornaram figuras importantes na política iemenita a partir do falecimento do pai: Sadiq e Hamid Al-Ahmar.

Figura 1 – Família Al-Ahmar



Fonte: Elaboração da autora

Sadiq, filho mais velho de Abdullah, tornou-se oficialmente o novo patriarca da família Al-Ahmar e, portanto, o líder da tribo Hashid. Como mencionado anteriormente, a tribo Hashid é, na verdade, uma espécie de confederação de outras tribos menores e abriga cerca de sete tribos que, na década de 1980, continham entre 20 e 30 mil pessoas cada uma (DRESCH, 1984, p. 34). Lembrando que apesar de Hashid perder em tamanho para a tribo de Bakil, ela possui uma coesão superior e, segundo as

tradições iemenitas, seus membros juram lealdade ao seu chefe - o que pode dar uma ideia da extensão do poder de Sadiq.

Já Hamid Al-Ahmar, o quarto filho do Sheik Abdullah, despontou como um importante homem de negócios. Ele controla um grande aglomerado de empresas dos mais diferentes setores, como bancário, telefonia, petróleo, entre outros. Além disso, Hamid Al-Ahmar também lidera o partido Al-Islah e, muitas vezes, é apontado como o líder *de facto* da tribo Hashid (WIKILEAKS, 2009).

Uma das muitas empresas que podem ser associadas ao nome de Hamid Al-Ahmar é a Sabafon. A empresa opera com praticamente o monopólio das linhas de telefone do país. Além disso, um dos sócios de Hamid Al-Ahmar na empresa era também membro da Comissão Parlamentar Especial de Telecomunicações, que decide sobre os contratos de telecomunicações com o governo, também responsável por aprovar ou rejeitar todas as objeções ou apelações sobre tributação. Essa conexão ajuda a explicar os motivos pelos quais as investigações do governo sobre a alegada evasão fiscal da Sabafon, e como ela ganhou seus contratos, foram encerradas sem justificativa (HAMEED..., 2016).

Outros negócios ligados a Hamid Al-Ahmar, segundo informações liberadas via Panamá Papers, seriam, por exemplo, o caso do banco *Sala Islamic Bank*, do qual Hamid teria as ações prioritárias. Uma série de acusações de corrupção e evasão fiscais são feitas em relação a este e outros negócios de Hamid Al-Ahmar (HAMEED..., 2016).

A família Al-Ahmar é praticamente indissociável da estrutura clientelista que opera no Iêmen: ela participa da rede liderada por Saleh e, de certa maneira, a tornou viável. Sem o apoio ao longo dos anos da família, mantido em troca de uma série de vantagens econômicas (como em concessões para os negócios da família) e cargos políticos (diversos filhos de Abdullah ocuparam ao longo dos anos posições no governo), a estrutura não teria se mantido por tantas décadas.

3.2.3 A unificação: ressentimento no Sul

Como vimos, a rede clientelista liderada por Ali Abdullah Saleh era uma estrutura importante, porém válida apenas para o Iêmen do Norte, onde ele governava, desde 1978. Mas, o mesmo não valia para a República Democrática Popular do Iêmen, popularmente chamada de Iêmen do Sul. Na presente seção,

apresentaremos brevemente a situação no Sul durante as décadas de 1970 e 1980 para analisarmos a maneira pela qual o país foi inserido (e se realmente foi inserido) na lógica clientelista do Norte, visto que, com a unificação dos dois países em 1990, Saleh passa a liderar também o Sul.

Muito embora o Sul também tenha seguido os rumos da porção Norte e se mantido uma república, ao contrário de seus vizinhos na península arábica, que se mantêm em regimes monárquicos até hoje, o país foi ainda mais pioneiro, por conta de ter passado por uma revolução de caráter socialista, experiência única na região. Como mencionado anteriormente, o Sul possuía uma tradição política um pouco mais centralizadora do que o Norte, principalmente na região do porto de Aden, que era controlado pelo Império Britânico. Porém, quanto mais crescia a intervenção colonial, mais foram crescendo também movimentos de resistência anticolonial (DRESCH, 2000, p. 57).

Mesmo com as concessões que o Império Britânico foi fazendo ao longo dos anos para tentar frear os movimentos anticoloniais, a luta de independência – inspirada também no que acontecia no Norte do país desde 1962 – se intensificou no final de 1963 (BONNEFOY, 2017, p. 58). Assim como no Norte do país, a luta do Sul possuía dois grupos domésticos diferentes, apesar de ambos lutarem pela libertação do país: A Frente para Libertação da Ocupação do Iêmen do Sul (FLOSY, em sua sigla em inglês), apoiada pelo Egito de Gamal Abdel Nasser, e a Frente de Libertação Nacional (NFL, na sigla em inglês), de inspiração marxista. Após a saída dos britânicos em 1967 ao fim de anos de guerra de libertação, a NFL chega ao poder.

A existência e o crescimento de um movimento marxista no Iêmen podem ser explicados, em partes, pela existência e proeminência do porto de Aden. O porto de Aden chegou a ser o segundo mais movimentado do mundo à época e atraía muitos estrangeiros, como indianos e europeus, que ocupavam cargos administrativos em detrimento dos árabes locais, o que foi causando certo descontentamento local (DRESCH, 2000, p. 59). Desde os anos 1940, porém, o dinamismo econômico em torno do porto foi criando um importante movimento sindical e uma classe urbana proletária bem diferente do restante do país que era, e ainda é, majoritariamente rural (BONNEFOY, 2017, pp. 58-59).

Durante os anos da existência da República Democrática Popular do Iêmen – ou Iêmen do Sul, como normalmente é chamada – os dois países (do Norte e do Sul) possuíam relações ora conflituosas, ora pacíficas. Com a queda da União Soviética,

os dois países acabaram negociando uma unificação em 1990 que, apesar de planejada há alguns anos, pensava-se que seria improvável de se concretizar (BURROWS, 1992, p. 54).

Saleh foi, novamente, uma peça crucial para a unificação do país. O então presidente da República do Iêmen passou a incorporar as lideranças do Sul do país dentro do seu sistema clientelista. Contudo, a sensação no Sul era de que esta incorporação foi feita de maneira desigual, ou seja, acreditavam que os sulistas sempre ocupavam cargos de segunda importância dentro do governo e demais áreas de poder (ALLEY, 2010, p. 390).

O Al-Islah, partido fundado pelo Sheik Abdullah Al-Ahmar, foi criado em 1990 como uma maneira de aproveitar um momento de oportunidade surgido com a unificação do país. Porém, seu papel parece ter sido muito mais de contrabalancear o peso do Partido Socialista do Iêmen na composição do novo governo unificado do que de realmente ser uma oposição de fato ao Congresso Geral do Povo e, por extensão, ao Saleh (SCHWEDLER, 2004, pp. 205-206).

Embora teoricamente os grupos que compunham inicialmente o Al-Islah tivessem afinidades tribais e tendências ideológicas ligadas ao islamismo, essas afinidades não eram suficientes para garantir um grupo coeso. Na verdade, o grupo era muito mais heterogêneo do que esses rótulos podem fazer supor de início. No entanto, o grupo garantia uma certa relevância política por ser fundado principalmente por uma aliança do Sheik Abdullah Al-Ahmar, da tribo Hashid, e do Sheik Naji Abdulaziz al-Sharif, da tribo Bakil, ou seja, as duas lideranças das duas maiores tribos do Iêmen (SCHWEDLER, 2004, p. 212).

O ressentimento em relação à maneira pela qual foi feita a unificação acabou desembocando na Guerra Civil de 1994, na qual, mais uma vez, observamos a importância dos aliados de Saleh (como Ali Mohsen e a família Al-Ahmar) para conseguir apaziguar o problema. Durante a guerra de 1994, o General Ali Mohsen Al-Ahmar foi um dos principais nomes na repressão militar contra os insurgentes separatistas do Sul. Como um dos militares mais poderosos do país e responsável por um contingente bastante expressivo das forças armadas, Ali Mohsen saiu da guerra como um herói que garantiu a unidade territorial (SALISBURY, 2017).

Já no campo político, após a Guerra Civil de 1994 (na qual membros de milícias ligados ao Al-Islah lutaram ativamente), o Al-Islah parece ter perdido forças, mesmo com a sua aparente vitória contra o Partido Socialista do Iêmen. Uma das explicações

mais aceitas para este desdobramento, em alguma medida inesperado, seria que, tendo conseguido neutralizar o poder do PSI, o GPC e Saleh não precisavam mais do Al-Islah como uma espécie de “terceira via supostamente neutra” e o partido poderia ser apenas uma oposição teórica, pois a hegemonia do Norte já estava assegurada (SCHWEDLER, 2004, p. 213)

Veremos posteriormente como a unificação e o sentimento de ressentimento causado por ela e pela Guerra Civil não foram esquecidos e repercutiram futuramente contribuindo para a composição da atual crise no Iêmen.

3.2.4 À margem do sistema clientelista: o caso dos Houthis

Os Houthis são, sem sombra de dúvida, um dos grupos mais poderosos do Iêmen atualmente, além de serem um dos principais atores em destaque na mídia quando se fala sobre a atual situação iemenita. Podemos rastrear suas origens desde o início dos anos 1990, mas o grupo passa a realmente ganhar corpo e antagonizar o governo central principalmente no começo dos anos 2000 e trava uma série de pelo menos seis batalhas com o governo de Saleh desde 2004 (GLENN, 2015).

O movimento leva o nome de Hussein Badreddin al-Houthi, líder morto em 2004 em uma disputa com o governo central. Hussein al-Houthi ganhou muito destaque, sobretudo na região norte do país, ao converter-se em uma figura de grande proeminência religiosa, mas também política e militar. Aproveitando-se da já mencionada baixa governança estatal na região, ele passou a investir em uma série de ações de desenvolvimento regional, em áreas como educação e saúde - o que o acabou lhe conferindo certo destaque e aumentando seus seguidores (SALMONI; LOIDOLT; WELLS, 2010, pp. 6-7).

Apesar de o grupo ser majoritariamente Zaidista, uma vertente do islamismo xiita, é frequentemente acusado de associação com o xiismo iraniano, por sua vez uma vertente do islamismo que se difere do sunismo do qual fazem parte 90% dos muçulmanos. Essa associação, muitas vezes feita de maneira automática e inevitável pela comunhão religiosa, é superestimada se analisarmos realmente as vertentes. O zaidismo em sua prática é mais próximo do sunismo do que do xiismo aos moldes do iraniano (GLENN, 2015).

O que merece atenção em relação aos zaidistas, na verdade, é seu histórico no próprio Iêmen: era a religião dos imãs e a própria justificativa do poder do imanato,

portanto era o grupo que controlava o país até as revoluções da década de 1960 (BONNEFOY, 2017, p. 57). Os zaidistas, assim, passaram da elite dominante para um grupo secundário na política iemenita (apesar de serem 25% da população), até o momento que Hussein al-Houthi começou a investir no desenvolvimento local e ganhar uma série de seguidores (SALMONI; LOIDOLT; WELLS, 2010, p. 7).

Em um primeiro momento, as iniciativas de Hussein al-Houthi não foram vistas com maus olhos pelo governo de Sanaa, mas, à medida que o grupo começa a adquirir mais membros e relevância, Saleh começa a percebê-lo como uma possível ameaça. Em meados de 2000, Saleh passou a diminuir os fundos que eram revertidos para Hussein al-Houthi, o qual reagiu mobilizando seus seguidores contra o governo (GLENN, 2015).

Os eventos do 11 de setembro de 2001, isto é, os ataques ao *World Trade Center*, em Nova York (EUA), também tiveram uma certa influência na escalada do confronto contra o grupo em um contexto local. Após os atentados, o Iêmen passou a ser visto pelos EUA como um aliado importante na “Guerra do Terror”¹⁴ de George W. Bush. A presença de um importante núcleo da Al-Qaeda no país, a Al-Qaeda na Península Arábica (AQAP), acabou gerando uma aproximação do governo americano e de Saleh, que passou a ganhar grossas somas para ser um parceiro local nesta guerra. Os EUA viam com maus olhos o crescimento do grupo, por conta de seu viés religioso. Por sua vez, o grupo liderado por Hussein al-Houthi era bastante crítico da aproximação ainda maior de Saleh com os EUA (SALMONI; LOIDOLT; WELLS, 2010, p. 7).

Neste cenário, as tensões foram se intensificando até Hussein al-Houthi acabar sendo morto por forças do governo central, lideradas por Ali Mohsen Al-Ahmar, em 2004. A partir desse momento, o grupo passa a se organizar, se autodenomina “houthi” e passa a se opor de maneira ainda mais enfática contra o governo central, levando a uma série de pelo menos seis batalhas até um frágil cessar-fogo ser assinado em 2010 (GLENN, 2015).

3.3 O começo do fim: sinais de desgaste e ruptura

¹⁴ Campanha militar inaugurada por George W. Bush após os atentados de 11 de setembro de 2001 com o propósito declarado de combater o terrorismo

Podemos ver um pouco do funcionamento do governo de Ali Abdullah Saleh durante suas mais de três décadas no poder. A forma pela qual ele conseguiu incorporar atores importantes para dentro de seu governo, se aproximar dos líderes locais e concentrar poderes por meio de alianças e trocas de favores.

Porém, também foi possível ver como o sistema de rede clientelista não era um sistema perfeito e estava longe de ser estático. Na verdade, em diversos momentos parecia que ele iria ruir e, por isso, a imagem que Saleh usa de se sentir “dançando na cabeça de cobras” é tão poderosa e consegue ilustrar bem o clima político até então. Pudemos ver como anos de preterimento dentro deste sistema pode fomentar ressentimentos e desembocar em oposições, como no caso dos Houthis ou mesmo em setores do Sul.

No caso dos Houthis, a falta de incorporação a certa região e/ou grupo religioso criou um vácuo de poder que, como vimos, foi sendo suprido regionalmente e angariando seguidores. Essa nova dinâmica passou a gerar desconforto e desequilíbrio na rede de Saleh, culminando nas seis guerras contra o grupo entre 2004-2010.

Já no caso do Sul, após a Guerra Civil de 1994, os grupos separatistas foram duramente reprimidos. Porém, desde meados de 2007, o Sul voltou a ser palco de uma série de manifestações – inicialmente pacíficas – reivindicando, dentre outras coisas, maior autonomia para a região (WORTH, 2010).

Além disso, existe um grande descontentamento com a falta de decisão de Saleh em relação à questão sucessória. Da mesma forma que outros governos longos da região, Saleh começou a fazer um esforço para colocar seu filho como seu possível sucessor, o que desagradava alguns aliados políticos importantes, como Ali Mohsen Al-Ahmar (KASINOF; SHANE, 2011).

Para além de disputas políticas clássicas, como a questão sucessória, podemos observar o desgaste do modelo por conta de uma série de atritos entre Saleh e seus aliados. Após a morte do patriarca da família Al-Ahmar, por exemplo, seu filho Hamid Al-Ahmar passou a ser uma espécie de pedra no sapato do então presidente. Documentos liberados pela WikiLeaks evidenciam que Hamid Al-Ahmar articulou-se nos bastidores para procurar apoio dos EUA para seu partido de oposição, o Al-Islah, declarando Saleh como carta fora do baralho (WIKILEAKS, 2009). Outro documento mostra mais um exemplo de tensão: Hamid é dono da principal empresa de telefonia móvel do país, a Sabafon, e detinha praticamente o monopólio do serviço. Por outro

lado, o governo começou a ampliar os serviços de uma estatal que acabaria por competir com a Sabafon – estatal esta que, aparentemente, o próprio Saleh ou familiares próprios teriam ações (WIKILEAKS, 2005).

Nesse contexto, em janeiro de 2011, um jovem tunisiano chamado Mohamed Bouazizi, incendiou seu próprio corpo em Tunes, capital da Tunísia, dando início a uma onda de manifestações político-sociais no país, que se espalharam por todo o norte da África e Oriente Médio e ficaram conhecidas como Primavera Árabe (GARDNER, 2011). Estas manifestações tiveram desfechos diferentes em cada país, mas, no caso iemenita, atingiram o país em um contexto no qual o governo já se encontrava bastante enfraquecido.

No próximo capítulo, faremos uma espécie de linha do tempo contando como a Primavera Árabe atingiu o país e como os fatos foram acontecendo desde a eclosão das manifestações, em janeiro de 2011, até o início da intervenção militar no Iêmen liderada pela Arábia Saudita, em março de 2015.

4 DA PRIMAVERA ÁRABE À INTERVENÇÃO MILITAR

Nos primeiros momentos dos anos 2010, a visão sobre o Oriente Médio e o Norte da África construída na mídia ocidental tinha muita influência dos eventos do 11 de setembro de 2001 e a posterior Guerra ao Terror, lançada pelo então presidente dos EUA, George W. Bush. Até aquele momento, a existência de governos (muitos deles autoritários) no poder do Oriente Médio, por muitas décadas, parecia uma realidade dada e praticamente imutável.

No final de 2010, entretanto, o mundo assistiu, com certa surpresa, ao surgimento de ondas de manifestações populares em diversos países da região. Naquela ocasião, a percepção da mídia ocidental, aparentemente, era de otimismo em relação à reivindicação democrática, o que fez com que se cunhasse o termo “primavera”. Há diversos artigos da época exaltando a importância das redes sociais para um processo de abertura democrática¹⁵. No mesmo período, também houve grandes manifestações em outros locais do mundo, como o movimento *Occupy Wall Street*, em 2011, que teve início em Nova York (EUA).

Porém, se a reação de um telespectador desavisado poderia ser de surpresa, o contexto interno de cada país da região, e do Iêmen em particular, já parecia bastante instável para quem estava analisando os processos de perto. Muito distante da estabilidade aparente que poderia ser passada em um primeiro momento, quando ouvimos falar sobre as mais de três décadas de Ali Abdullah Saleh na presidência, percebemos como o modelo já apresentava – e apresentou em diversas outras ocasiões ao longo dos anos – sinais de ruptura (ALLEY, 2008). Dez anos depois do início da Primavera Árabe, percebe-se que os desdobramentos foram diversos e muito menos otimistas do que poderiam parecer no calor do momento.

Neste capítulo, procuramos reconstruir o processo histórico da Primavera Árabe no Iêmen, desde o momento das primeiras manifestações em Sanaa, inspiradas em outros protestos da região, até o início da Operação Tempestade Decisiva conduzida por uma coalizão de países e liderada pela Arábia Saudita, em março de 2015, marco importante da interferência estrangeira no país. Com isso, pretendemos compreender como os processos foram se desenvolvendo ao longo do

¹⁵ Para citar um exemplo, ver Zuckerman (2001).

da região (WORTH, 2010b). Na Tabela 3, podemos conferir como o chamado Movimento do Sul era, na realidade, bem heterogêneo:

Tabela 3 – Principais grupos que compunham o Movimento do Sul (04/2010)

Nome do Grupo	Principal Líder	Onde atua
The Higher National Forum for the Independence of the South (الهيئة الوطنية العليا لاستقلال الجنوب)	Brigadeiro (aposentado) Nasser al-Nuba (ناصر النوبة العميد المتقاعد)	Presença nas províncias de Shabwah e Ad Dali' com algumas atividades também em Abyan e Hadramaut
The Higher National Council for the Liberation of the South (السلوطني الاعلى لتحرير الجنوب)	Líder formal: Hasan Ba'aum (حسن باعوم) estava no período no exterior para realização de tratamento médico. Líder ativo: Mohammed Salih Tammah (محمد صالح ط.ماج)	Presença nas províncias de Lahij e Ad Dali' com algumas atividades em Hadramaut e Abyan e tem conexões com o movimento TAJJ baseado em Londres
Movement of the Southern Peaceful Struggle – “Success” (نجاح) - حركة النضال السلمي الجنوبي	Salah al-Shanfara (صلاح الشنفرة) e Nasser al-Khubbaji (ناصر الخ.بيجي)	Ambos líderes são membros do Parlamento do Iêmen e do Partido Socialista do Iêmen. O grupo é principalmente localizado nas províncias de Ad Dali', Lahij e Abyan
Union of the Southern Youth (اتحاد شباب الجنوب)	Fadi Hasan Ba'aum (فادي حسن باعوم) foi condenado por um tribunal do Iêmen a cinco anos de prisão em 29 de março de 2010	A “Union of the Southern Youth” foi inicialmente estabelecido como parte do “Higher National Council for the Liberation of the South” que é chefiado por Hasan Ba'aum, pai de Fadi. Agora a “Union of the Southern Youth” está se expandindo em uma organização independente e é ativa em várias províncias, entre elas Shabwah, Abyan, Lahij, Ad Dali' e Hadramaut e tem laços com o movimento TAJJ com sede em Londres
The National Forum for the Southern Peaceful Struggle (الهيئة الوطنية للنضال السلمي الجنوبي)	Dr. Saleh Yahya Said (صالح يحيى) é professor de sociologia na Universidade de Aden (سعيد الدكتور)	O grupo atua na cidade de Aden (particularmente entre acadêmicos e políticos ativistas) com uma pequena presença em Shabwah. Também tem alguns links com o movimento TAJJ baseado em Londres.
Council for Leading the Peaceful Revolution (مجلس قيادة الثورة السلمية)	Sheikh Tariq al-Fadhli (طارق الفضلي)	Principalmente localizado na província de Abyan e sua capital Zinjibar. Possui uma pequena presença na província de Shabwah. O “Council for Leading the Peaceful Revolution” fundiu no início de 2010 com partes do “The Council of the Peaceful Movement to Liberate the South.”
Council of the Peaceful Movement to Liberate the South (مجلس الحراك السلمي لتحرير الجنوب)	Hasan Ba'aum e Sheikh Tariq al-Fadhli	O Conselho foi estabelecido em janeiro de 2010 para atuar como uma “organização guarda-chuva” para todos os grupos de oposição. Seu objetivo declarado é unir o Movimento do Sul sob um comando. Hasan Ba'aum foi nomeado líder enquanto Sheikh Tariq al-Fadhli foi nomeado representante. No entanto, além de emitir declarações, o Conselho permanecia inativo e sua liderança tinha influência limitada sobre as diferentes facções do movimento.

Fonte: Elaboração da autora com base em Stracke e Haidar (2010)

Na Tabela 3, observamos a quantidade de grupos diferentes que compunham o Movimento do Sul. Cada grupo e suas respectivas lideranças atuavam em um território específico e poderiam ter pautas diferentes ou mesmo conflitantes. Entendemos que esta heterogeneidade é crucial para analisar e compreender os

desdobramentos que aconteceram ao longo do período, e alguns de seus representantes serão citados em momentos oportunos.

Como apontado no Capítulo 3, pelo menos desde 2007, os diversos grupos do Sul estavam se movimentando e se organizando em prol de uma oposição ao governo central. Essa organização, porém, era bem heterogênea: apesar de uma parcela ter caráter separatista, outros participantes duvidavam da viabilidade de um governo do Sul independente (WORTH, 2010b).

O que unia o chamado “movimento do sul” eram alegações de discriminação por parte do governo de Sanaa, inclusive com relatos de expropriação de terra e expulsão de sulistas de seus empregos, privando-os de dinheiro público (WORTH, 2010b). Além disso, denúncias de corrupção do então presidente Ali Abdullah Saleh e de sua família começaram a ser cada vez mais frequentes.

O movimento ganha mais consistência a partir de 2007, quando ex-oficiais militares do Sul, devido à aposentadoria compulsória, exigiram pagamentos de pensões mais elevados (CIVIL..., 2009). Inicialmente, os protestos eram pacíficos (*sit-ins*¹⁶ e marchas) e exigiam apenas uma maior participação na política nacional e a volta de seus postos nas forças armadas. Porém, em 2008, as manifestações foram ganhando cada vez mais intensidade por conta da dura e desproporcional resposta das forças de segurança iemenitas, as quais envolveram assassinatos, detenções arbitrárias, espancamentos, repressões contra a liberdade de assembleia e discurso, prisões de jornalistas, entre outras (HRW, 2009, p. 1).

Além da forte repressão das forças armadas, o governo de Ali Abdullah Saleh parecia estar atuando em outras frentes. Em meados de 2009, o então presidente chegou a se encontrar com o Rei Abdullah, da Arábia Saudita, monarca no poder naquele momento, e pediu o bloqueio de fundos de expatriados iemenitas que eram enviados aos “separatistas” no Sul (YEMEN..., 2009). Como muitos cidadãos iemenitas seguiam trabalhando no país vizinho, um fluxo de remessas internacionais continuava entrando no país e, segundo o governo, esse dinheiro estaria sendo usado, em partes, para financiar a luta separatista no sul do país (YEMEN..., 2009).

Uma das principais figuras que compunham, naquele momento, o Movimento do Sul, era Tariq al-Fadhli. Seu pai, Nasir bin Abdullah al-Fadhli, era um importante sheik, líder da tribo al-Fadhil e possuía longas extensões de terra. Porém, após a

¹⁶ *Sit-ins* são espécies de protestos pacíficos que consistem em sentar-se ou ficar parado ocupando um local, geralmente público, para marcar presença.

revolução no Iêmen do Sul e a saída dos britânicos, suas terras foram tomadas pelas reformas efetuadas pelo partido marxista que chegou ao poder, e Nasir bin Abdullah al-Fadhli foi, junto com a família, morar na Arábia Saudita, onde Tariq al-Fadhli fez seus estudos (FADHIL ALI, 2009).

Em 1987, aos 19 anos, Tariq al-Fadhli foi para o Afeganistão, onde entrou na luta contra a União Soviética, tendo sido supostamente amigo pessoal de Osama Bin Laden (WORTH, 2010a). É apenas nos anos 1990 que, com a queda da União Soviética e a posterior unificação dos dois Iêmens, Tariq al-Fadhli volta para seu país. Durante a Guerra Civil de 1994, Tariq estaria preso por ser suspeito de uma tentativa de assassinato de um oficial socialista, e teria sido supostamente solto no meio da noite com a condição de entrar em contato com seus antigos contatos jihadistas para ajudar na luta contra os socialistas – ajuda esta que ele teria garantido com o apoio de Osama Bin Laden no fornecimento de armas, munições e combatentes (WORTH, 2010a).

A ajuda de al-Fadhli na Guerra Civil de 1994 lhe rendeu uma posição de proximidade com o então presidente Ali Abdullah Saleh, tornando-se uma espécie de confidente e, segundo ele, tendo livre acesso a seu gabinete. Também fez parte do partido político *General People's Congress*, de Saleh, por 15 anos. Em abril de 2009, porém, Tariq al-Fadhli rompeu com o governo e declarou apoio aos grupos separatistas do Movimento do Sul, tornando-se imediatamente um de seus líderes (WORTH, 2010a).

Tariq al-Fadhli inclusive começou a se oferecer como uma espécie de mediador entre os Estados Unidos (país que ele admira e cuja bandeira encontrava-se hasteada na porta de sua casa em meados de 2010) e a AQAP, principal preocupação americana no Iêmen e uma espécie de arma de barganha de Saleh para garantir acordos milionários em nome de conter o grupo (WORTH, 2010b).

Na capital do Iêmen, Sanaa, as primeiras manifestações começaram apenas em janeiro de 2011, inicialmente bem menores do que em outros países da região, como a Tunísia ou o Egito. Nesse momento, Ali Abdullah Saleh declarou que “o Iêmen não é a Tunísia (VARISCO, 2011), e certos especialistas endossavam essa visão. Essa dificuldade de imaginar que o Iêmen poderia passar por uma troca de regime repousa no fato de que, naquele momento, existia uma esperança de uma certa corrente liberal de uma democratização dos países por meio do clamor popular.

No Iêmen, porém, este clamor poderia ser muito mais reduzido do que em outros países que já estavam passando por mudanças, como no caso da Tunísia. Para argumentar nesta linha, Daniel Varisco (2011), professor universitário que conduzia pesquisas de campo no Iêmen desde 1978, publicou um texto na CNN, em janeiro de 2011, pedindo calma nas previsões sobre o futuro do governo no país. Em seus argumentos, o professor destaca, por exemplo, a diferença na composição das sociedades. Segundo Varisco (2011), enquanto a Tunísia possuía dois terços dos seus 10,5 milhões vivendo em áreas urbanas, o Iêmen tinha menos de um terço de seus 23,5 milhões de habitantes urbanos. Ou seja, a pressão popular possível de ser feita nessas manifestações que aconteciam em grandes centros urbanos, era bem menos expressiva.

Além disso, a própria maneira de governar de Ali Abdullah Saleh o diferenciava de seus pares. Ao contrário de Zine El Abidine Ben Ali, na Tunísia, ou de Hosni Mubarak, no Egito, o presidente se mantinha no poder por sua habilidade de fazer alianças políticas e não era conhecido por ter um governo fortemente repressivo ou violento. Para Varisco (2011), a visão negativa que a população iemenita tinha de Saleh talvez fosse mais ligada à falta de eficiência do que por possuir um projeto necessariamente ruim. E esses fatores, somados à habilidade política de Saleh, poderiam resultar em um desfecho diferente do apresentado em outros países, pois as manifestações logo poderiam perder fôlego.

Porém, não foi o que aconteceu. Apesar de o Iêmen não ter tido demonstrações populares tão significativas, as alianças feitas ao longo das décadas já vinham se desgastando. Mesmo as manifestações populares tendo sido menores do que em outras capitais, alguns fatos ganharam destaque: Tawakkul Karman, uma ativista dos Direitos Humanos, associada ao partido Al-Islah, ganhou o Prêmio Nobel da Paz daquele ano, em conjunto com outras duas mulheres (MOUNASSAR, 2011). Ou seja, de alguma forma a comunidade internacional estava atenta ao desenrolar dos fatos no Iêmen em alguma medida.

Além disso, as ações de Saleh foram insuficientes para conter o ânimo de seus opositores, que já eram mais poderosos e articulados do que o presidente deveria supor naquele momento. Voltaremos a esse ponto ao longo do capítulo.

Mas, Saleh insistia em se manter no poder. Assim como nas manifestações do Sul, ele buscou dialogar e ofereceu um pequeno pacote de reformas, em sua maioria pacotes de investimento em infraestrutura, e a garantia de que nem ele, nem seu filho

(um grande tópico de conflito com a oposição), saíam como candidatos na próxima eleição. Contudo, ao que tudo indicava, suas promessas não foram suficientes para garantir seu apoio (GHOBARI; SUDAM, 2011).

Em fevereiro de 2011, as manifestações ganharam cada vez mais força à medida que novos atores passaram a endossar o movimento. Atores que merecem destaque são as duas principais tribos do país, Hashid e Bakil, que nesse momento decidiram declarar apoio aos manifestantes. Sheik Hussein bin Abdullah al-Ahmar, o então patriarca da família Al-Ahmar desde a morte de seu pai e, portanto, líder da tribo Hashid (a mais importante do país), saiu do partido de Saleh, o *General People's Congress*, alegando estar em desacordo com a violência que o governo vinha conduzindo como forma conter as manifestações (MAJOR..., 2011).

A perda do apoio dessas tribos foi bem significativa para o governo de Saleh, sendo que ele próprio era de Sanran, um dos principais clãs que compõem a tribo Hashid, e, portanto, era um grupo do qual ele sempre teve intenso apoio, tanto dos líderes locais, como da própria população. Saleh, por sua vez, respondeu propondo um novo governo de unidade nacional para que se discutissem reformas e ações em conjunto até a próxima eleição, que ele voltou a reiterar que não participaria (JAMJOOM, 2011a). No entanto, a proposta foi mais uma vez rejeitada pela oposição (JAMJOOM, 2011b).

A resposta rápida e unificada da chamada oposição era possível, pois grande parte dos atores políticos iemenitas já estavam organizados por meio do *Joint Meeting Parties*, inaugurado em 2002 por meio de uma aliança para concorrer às eleições (DURAC, 2011, p. 1). A partir de 2005, porém, o *Joint Meeting Parties* passa a agir como um grupo organizado e com um programa próprio, visando lançar um candidato comum, o ex-ministro e membro independente do parlamento, Faysal bin Shamlan, para disputar as eleições contra Saleh (BROWERS, 2007, p. 565).

O *Joint Meeting Parties* é importante pois reúne os dois principais partidos de oposição, além de outros menores. O seu grande trunfo é reunir o partido islâmico, Al-Islah, e o Partido Socialista do Iêmen, partidos que foram colocados um contra o outro por anos por Saleh, ora se aproximando mais de um ou de outro, a fim de manter a oposição dividida. Inclusive, durante a Guerra Civil de 1994, os dois grupos estavam se atacando diretamente (BROWERS, 2007, p. 565).

A importância do Partido Socialista do Iêmen, tendo sido o partido que liderou a porção sul do país durante décadas, é de mais fácil compreensão. O Al-Islah é um

caso tão importante quanto, mas carece de uma explicação mais detalhada. O partido foi criado no início da década de 1990 por Sheik Abdullah Al-Ahmar, o patriarca da família Al-Ahmar que sempre esteve fazendo jogo duplo entre o governo central e a Arábia Saudita (DRESCH; HAYKEL, 1995, p. 406).

Entretanto, com o surgimento da figura de Hamid Al-Ahmar, um dos filhos do patriarca Abdullah, vemos uma mudança na parceria entre a família Al-Ahmar - e, portanto, tanto com a tribo Hashid, quanto com o partido Al-Islah. Como mencionado no Capítulo 3, uma série de pequenas disputas começaram a aparecer entre Al-Ahmar e Saleh, sejam elas políticas ou na área de negócios.

Um documento de 2009, acessível via WikiLeaks e analisado por nós, nos revela uma conversa entre Hamid Al-Ahmar e o embaixador americano no período, Stephen A. Seche. Nesse documento, o embaixador relata as articulações que estavam sendo feitas (em grande parte, por ele mesmo) para isolar Saleh. Também apresenta o partido Al-Islah, liderado por Hamid Al-Ahmar, para o embaixador, como “moderado” e que “lideraria como o Partido do Bem Estar da Turquia” (antigo partido do então Primeiro Ministro Recep Tayyip Erdoğan) e que “ninguém tinha medo do extremismo na Turquia” (WIKILEAKS, 2009, tradução nossa). Além disso, Hamid Al-Ahmar garante que seu partido não interferiria na vida social iemenita – por exemplo, com a obrigatoriedade de uso de hijab pelas mulheres ou com a proibição da venda de bebidas alcoólicas – e ainda se coloca à disposição para alterar qualquer ponto de seu programa que não fosse do agrado dos Estados Unidos, em troca de seu apoio (WIKILEAKS, 2009).

Ainda no mesmo documento, Hamid Al-Ahmar diz que já estava se articulando com Ali Mohsen Al-Ahmar e que poderia conseguir sua assistência. Por último, Hamid Al-Ahmar ainda se diz pronto e capaz de “organizar demonstrações populares a fim de retirar Saleh de seu cargo” (WIKILEAKS, 2009, tradução nossa). Ou seja, quase um ano e meio antes do início das manifestações em Sanaa, durante a Primavera Árabe.

Um dos momentos mais emblemáticos para a posterior saída de Ali Abdullah Saleh do cargo aconteceu em 21 de março de 2011. Após um episódio de intensa violência resultante da repressão às manifestações contrárias ao governo, Ali Mohsen Al-Ahmar vai a público declarar apoio aos manifestantes (HILL, 2017, p. 209). Como vimos anteriormente, Ali Mohsen Al-Ahmar era um dos principais apoiadores de Saleh desde sua chegada ao poder e um nome de enorme destaque nas forças armadas.

Com a sua ruptura com o governo, um importante contingente do exército passa a segui-lo.

Pouco após a declaração de Ali Mohsen Al-Ahmar e de sua saída oficial do governo de Saleh, os antigos aliados se encontram e procuram negociar uma saída conjunta de seus respectivos cargos, deixar o país e transferir o poder para um governo de transição liderado por civis. Entretanto, as negociações parecem ter esbarrado na questão de quem seriam os civis escolhidos para conduzir este governo de transição (COKER; ALMASMARI, 2011).

Apesar dos diferentes fóruns da oposição (seja via *Joint Meeting Parties* ou os partidos políticos que o compõem, seja por meio das principais tribos do país), os nomes que aparecem são, frequentemente, os mesmos. A família Al-Ahmar e Ali Mohsen Al-Ahmar seguem sendo, ao que tudo indica, as principais lideranças e os principais influenciadores da política iemenita, tendo papéis de destaque em diversos campos da sociedade, como nas forças armadas, por meio de sua identidade tribal que suscita lealdade, por meio de seu poderio econômico ou de suas conexões políticas.

A articulação da oposição que vinha sendo construída durante os últimos anos foi minando, pouco a pouco, o apoio que Ali Abdullah Saleh construiu ao longo das décadas em que esteve no poder. Provavelmente, o então presidente acreditava que conseguiria continuar barganhando da maneira que sempre fez. Mas, tendo que lutar em muitas frentes com os Houthis, ao norte, o Movimento do Sul e as manifestações populares, o crescente descontentamento geral, além da própria Al-Qaeda, o presidente acabou sendo, de fato, isolado e teve que aceitar sua saída do cargo, porém o fez da maneira mais vantajosa possível.

Desde o início das manifestações da Primavera Árabe, o Conselho de Cooperação do Golfo se apresentou como um mediador em um possível processo de mudança de governo. Porém, as interlocuções normalmente eram feitas negociando com o *General People's Congress*, excluindo os organismos revolucionários criados, o que gerou bastante descontentamento popular (BONNEFOY, 2017, p. 75-76).

Em junho de 2011, ocorreu mais um episódio crucial: uma forte tensão em Sanaa entre a guarda republicana, liderada por Ahmad Ali, filho de Saleh, e membros da tribo Hashid, sob o comando de Hamid Al-Ahmar e seu irmão Sadiq, como perigo iminente de iniciar um combate direto com possíveis repercussões e represálias em todo o país por parte das forças de governo. No dia 3 de junho, um ataque ao

complexo presidencial na capital, supostamente realizado por membros radicais da tribo Hashid, acaba por deixar o então presidente gravemente ferido, além de ter matado outras onze pessoas (FERIDO..., 2011). Com isso, o presidente é levado à Arábia Saudita para tratamento médico e fica fora do Iêmen por três meses (BONNEFOY, 2017, p. 76).

Naquele momento, as disputas de poder estavam longe de serem claras. Na realidade, os três principais pólos de poder – Saleh, Ali Mohsen Al-Ahmar e Hamid Al-Ahmar – estavam recebendo apoio financeiro por parte da Arábia Saudita que, receosa de perder a relação próxima que sempre teve com Sanaa, evitava apostar suas fichas em determinado ator e acabar passando por um revés diplomático, caso seu aliado escolhido acabasse perdendo a disputa. Inclusive, existem relatos de que o então Rei Abdullah teria chegado a telefonar para o então vice-presidente, Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi, pedindo para que reunisse “todos nossos três centros de investimento justos para selar a paz” (HILL, 2017, p. 239, tradução nossa). Com Saleh recebendo tratamento médico em solo saudita e se encontrando com representantes da família Saud, seus opositores encontravam-se ainda mais inseguros sobre suas alianças com o país vizinho e como seria o desfecho daquela crise.

A dificuldade em se tomar uma decisão sobre o posicionamento do reino saudita na questão iemenita também é reflexo de questões internas. Naquele momento, a saúde do Rei Abdullah já vinha se deteriorando e, apesar de continuar tendo a última palavra em diversos assuntos – sendo o Iêmen um deles –, o monarca já dividia responsabilidades com diversos outros membros da casa Saud, o que dificultava uma resposta assertiva (HILL, 2017, p. 239).

Durante a recuperação de Saleh na Arábia Saudita, os Estados Unidos tentaram criar um governo de fato liderado pelo então vice-presidente, Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi, mas a família de Saleh conseguiu ganhar tempo e negociar seu governo até seu retorno (SCHMITZ, 2014, p. 5). Contudo, assim que Saleh volta ao Iêmen, em setembro de 2011, é impelido a assinar a “Iniciativa do Golfo” e deixar o cargo. Porém, Saleh vai ganhando o máximo de tempo possível. Em 21 de outubro daquele ano, o Conselho de Segurança da ONU pede para que Saleh assine o acordo proposto pela GCC, e ele volta a afirmar que assinaria, mas apenas quando sentisse que o poder passaria para mãos seguras (NOUEIHED; WARREN, 2012, p. 210). O acordo foi assinado apenas em novembro daquele ano, em Riad, na Arábia Saudita (SALEH..., 2011).

Na realidade, Saleh apenas concordou em assinar o acordo quando conseguiu barganhar que, em troca, teria garantia de imunidade que o possibilitaria manter sua rede política, o que o permitiu, mesmo após sua saída, continuar na cena política iemenita (BONNEFOY, 2017, p. 76). Em comparação com a morte de Ben Ali, da Tunísia, Gaddafi, da Líbia, ou Mubarak, do Egito, Saleh garantiu, de longe, a saída mais favorável de qualquer outro líder árabe forçado a renunciar ao poder em 2011 (NOUEIHED; WARREN, 2012, p. 211).

Ali Abdullah Saleh assina o acordo concordando em deixar o posto em prol de um governo transitório de dois anos, que seria oficializado em eleições de fevereiro de 2012, com seu vice, Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi, como único candidato (APÓS..., 2011). Al-Hadi foi eleito em um referendo do qual participaram 6 milhões de eleitores – quase um terço dos eleitores registrados no país – e recebeu 99% dos votos (HILL, 2017, p. 241).

4.2 O Iêmen pós-Saleh

Com Saleh garantindo imunidade jurídica, inclusive por um acordo doméstico respaldado pela GCC e continuando a ser o líder de seu partido, o *General People's Congress*, é passível de questionamento se algo de fato mudou com a saída do ex-presidente do poder.

Naquele momento, é realizada a formação da *National Dialogue Conference* (NDC), com duração estabelecida de dois anos, para ajudar na transição de poder (SCHMITZ, 2014, p. 2). A principal limitação da NDC e, de certa forma, do próprio governo de transição de forma geral, era de ter sido constituída por meio de um pacto entre elites na Iniciativa do Golfo, tanto em suas versões domésticas como por seus apoiadores externos (SCHMITZ, 2014, p. 3). O caráter vertical do pacto afastava as lideranças populares e seus apoiadores, minando a legitimidade do processo.

O governo de transição liderado por Hadi era composto, por um lado, por membros da oposição, e, por outro lado, por membros do *General People's Congress* (SCHMITZ, 2014, p. 3). Composto a NDC estiveram 565 delegados, sendo metade deles do Sul, 20% membros jovens (abaixo de 40 anos) e 30% de mulheres, como uma tentativa de representar as mudanças reivindicadas pela população nas ruas (SCHMITZ, 2014, p. 3).

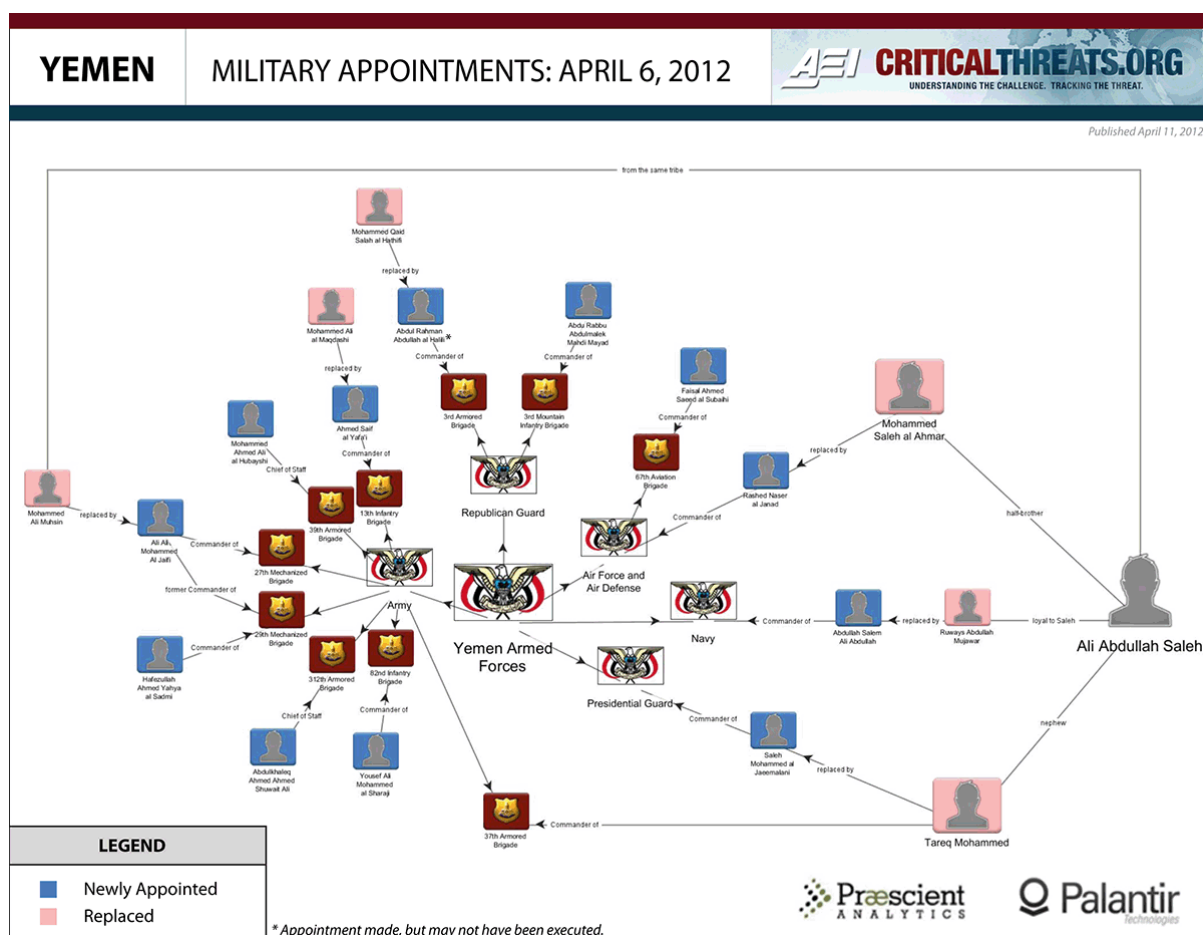
Porém, essas medidas eram muito mais simbólicas do que de fato forneciam algum grau de democratização e representatividade efetiva das pautas latentes. Por exemplo, a cota de 50% dos delegados para membros do Sul não necessariamente continha representantes importantes das várias vertentes do Movimento do Sul (excluindo, claramente, os separatistas, por exemplo) e perdia força e legitimidade já de partida (SCHMITZ, 2014, p. 6).

Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi, agora empossado como novo presidente, foi escolhido com a meta clara de desmilitarizar a capital, segundo os termos do acordo firmado via GCC. Porém, naquele momento, ele tinha controle de menos de 20% dos militares (HILL, 2017, p. 243). Devido ao seu perfil político bastante diferente do de Saleh (ou seja, muitos achavam que ele não possuía nem as habilidades, nem a experiência de seu antecessor), a situação parecia bastante difícil de ser solucionada.

Mesmo assim, Hadi começa uma série de medidas buscando diminuir a influência de Saleh e de seus apoiadores nas forças armadas. Logo em abril de 2011, Hadi fez o primeiro de uma série de movimentos decisivos contra a facção de Saleh, emitindo um decreto substituindo um aliado de Saleh, Mehdi Maqwalah, um nortista, pelo sulista Salem Qatan, como comandante do exército regional do sul. Algumas semanas depois, Hadi “promoveu” o meio-irmão de Saleh, comandante da Força Aérea, Mohammed Saleh al-Ahmar, para uma posição de impotência, enquanto oferecia a Tariq, sobrinho de Saleh, um novo posto na remota província de Hadramaut, no deserto oriental (HILL, 2017, p. 244).

Na Figura 2, podemos observar o esforço de Hadi em tentar minimizar o controle de Saleh nas forças armadas. A manobra, porém, não passou despercebida: o general Mohammed Saleh al-Ahmar, meio-irmão do ex-presidente, recusou-se a renunciar à chefia da Força Aérea e chegou a ameaçar abater qualquer avião que usasse o aeroporto de Sanaa a menos que fosse reincorporado ao cargo. Apoiadores de Saleh, armados, chegaram a manter o aeroporto fechado por um dia (YEMEN’S..., 2012). Essa dificuldade em afastar apoiadores de Saleh das forças armadas pode dar uma ideia da dimensão de seu poder, que funcionava de maneira semelhante em outras áreas, mesmo após ter renunciado à presidência.

Figura 2 – Nomeações do Governo Provisório nas Forças Armadas em abril de 2012



Fonte: Gordon (2012)

Na Figura 2, podemos visualizar a movimentação do governo provisório para a reforma das forças armadas. Diversos nomes de confiança do antigo presidente foram substituídos de maneira repentina, tentando minar a força de Saleh nas forças armadas, o que ainda não foi suficiente para garantir o monopólio das forças para o governo.

Embora sua margem de manobra seja sem dúvida mais restrita, a estrutura clientelista montada ao longo das décadas se manteve quase que intacta após sua saída. Um exemplo é como membros da família de Saleh e pessoas muito próximas não foram retiradas de cargos importantes, inclusive das forças armadas, apesar de ter sido uma reivindicação dos manifestantes desde o começo dos protestos. Seu próprio filho, Ahmed Ali, manteve o comando da Guarda Republicana e controlava a maior parte da capital, inclusive o palácio presidencial (HILL, 2017, p. 242).

Entretanto, o ex-presidente Saleh parecia estar se mantendo pessoalmente longe dos holofotes. Em junho de 2012, não se tinha nem mesmo a confirmação se Saleh havia ou não saído do país, o que se supunha que poderia dificultar ainda mais a evolução do governo transitório estipulado pelo acordo via CCG (EL-SHENAWI, 2012).

Com Saleh distante das manchetes, uma parte considerável das notícias sobre o Iêmen na mídia ocidental recaía sobre dois aspectos que, de certa forma, possuem conexão: a ação da Al-Qaeda na Península Arábica (ou AQAP, em sua sigla em inglês) e a participação dos Estados Unidos na guerra do Iêmen, apesar de sua recusa em admitir publicamente que estavam atuando no país.

A AQAP é o braço local da Al-Qaeda. O grupo reivindicou a autoria de atentados, inclusive na Europa, como o no jornal satírico *Charlie Hebdo*, em 2015, em Paris (SHOICHET; LEVS, 2015). A AQAP, porém, já vinha há anos sendo apontada como um fator de preocupação, sobretudo pelos Estados Unidos e pela Arábia Saudita.

O governo do Iêmen, sob o comando de Saleh, recebeu grossas somas para supostamente conter o grupo. Porém, existem acusações (em sua maioria, posteriores à saída do então presidente) de que Saleh tinha laços com lideranças da AQAP e que jogava um jogo duplo entre receber dinheiro americano e ser conivente com as ações do grupo (KIMBALL, 2012). Com a saída de Saleh do cargo e com a disputa que se seguiu, a AQAP parece ter aproveitado o vácuo de poder para se expandir e realizar diversos ataques.

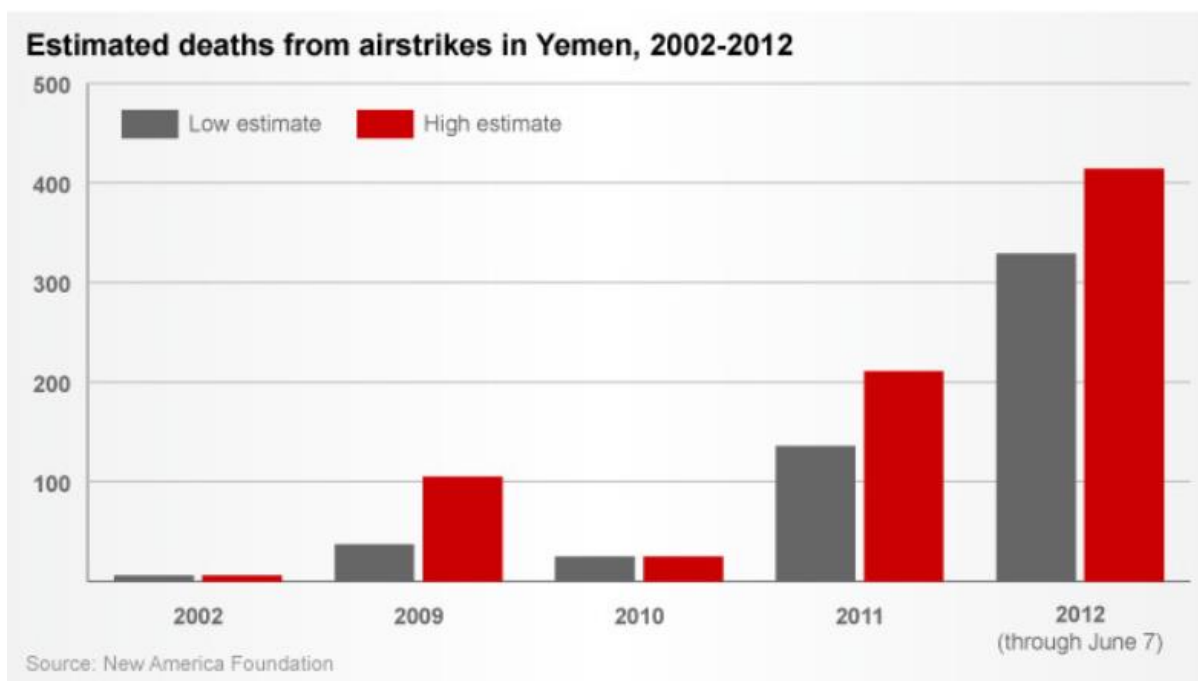
Já a participação dos EUA aparece em duas vertentes: a primeira, a “oficial”, se dá nas manifestações de apoio à saída de Saleh, em um primeiro momento, e no processo de transição via CCG, posteriormente. A segunda ação, muito mais encoberta, se dá em sua campanha de assassinatos utilizando drones armados.

A ação americana com os drones no Iêmen parece ter vindo a público principalmente a partir de março de 2012, com a publicação de uma matéria investigativa do *The Bureau of Investigative Journalism*, que aponta um aumento da campanha dos drones logo após o início das manifestações da Primavera Árabe e sendo, em sua grande maioria, autorizada pelo então presidente dos EUA, Barack Obama, pessoalmente (WOODS; SLATER, 2012).¹⁷

¹⁷ Sobre a atuação do presidente Barack Obama no uso de drones armados, ver McCrisken (2013).

Conforme exposto no Gráfico 1, podemos observar um aumento nas mortes resultantes da crescente campanha aérea americana no Iêmen:

Gráfico 1 – Número estimado de mortes por ataques aéreos no Iêmen (2002-2012)



Fonte: Bergen e Rowland (2012)

Os ataques aconteceram não apenas com a ciência do governo provisório do Iêmen, como também com seu total apoio. Em setembro de 2012, o presidente Hadi chegou a elogiar a campanha americana em uma visita aos Estados Unidos (SHANE, 2012). As ações coordenadas entre as forças armadas iemenitas e os Estados Unidos, sobretudo por meio de drones, levaram a importantes avanços militares contra a AQAP ao sul do país (ESPINOSA, 2012). Porém, sem conseguir consolidar a influência *de facto* do governo provisório em todo o território, os ganhos são apenas temporários.

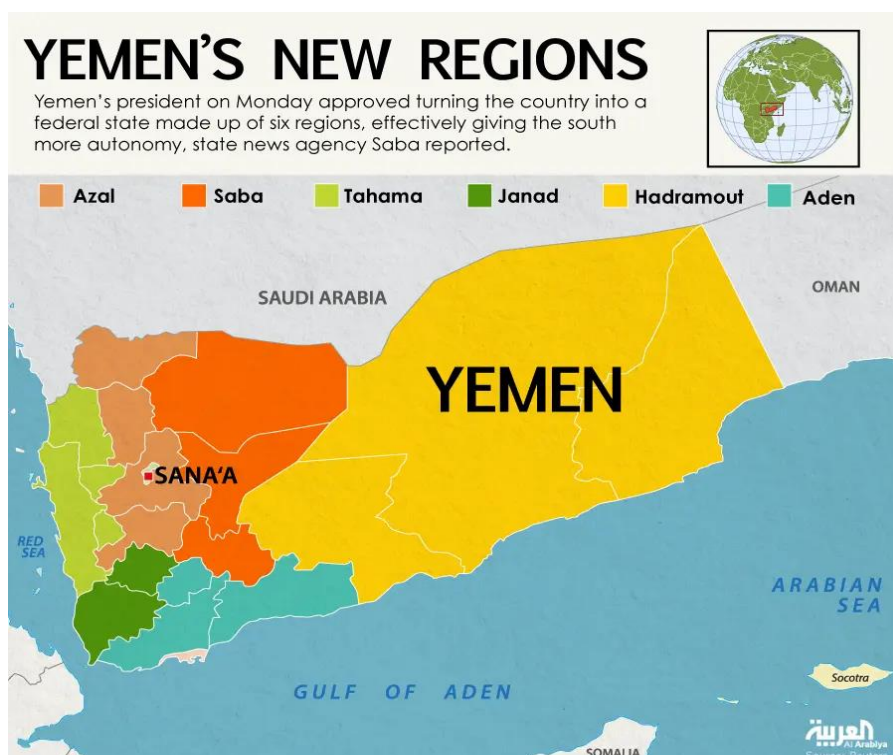
Se a via aérea dependia em grande parte da inteligência dos EUA e com apenas parte das forças armadas sobre domínio de Hadi, parte da luta contra a AQAP passou a ser feita por milícias tribais, sobretudo no Sul do país. O modelo, de certa forma parecido com o que pode ser visto no Iraque, gerava uma dificuldade a mais no cenário iemenita, visto que rapidamente essas milícias poderiam mostrar outros interesses – separatistas, por exemplo (COOMBS, 2012).

Ao longo de 2013, a situação no Iêmen não teve grandes alterações. As disputas continuavam acontecendo por todo o país, principalmente no Sul, com o Movimento do Sul, e ao Norte, com os Houthis. Além disso, a dificuldade de conter a AQAP era visível, ainda mais com o governo de transição tendo, apesar de seus esforços de reforma das forças armadas, baixo controle das forças de segurança e dependendo muito mais de seus parceiros estrangeiros, como os Estados Unidos.

Os dois anos previstos tanto para o governo provisório de Hadi quanto para as conferências do *National Dialogue* estavam para terminar, e cada vez mais ficava claro que, ao formar NDC, os atores envolvidos, sobretudo os estrangeiros, criaram a sua própria estrutura clientelista, escolhendo quem teria voz na discussão, ocultando a estrutura clientelista nativa que estava em curso há muitas décadas e onde nenhum ator doméstico (como o presidente Hadi) tinha o monopólio suficiente para garantir o cumprimento das medidas discutidas por meio das conferências (HILL, 2017, p. 261).

Para tentar resolver essa questão, Hadi convoca um comitê de 16 membros (entre nortistas e sulistas) para debater (HILL, 2017, p. 262). Uma das soluções discutidas – e que, ao final do processo em fevereiro de 2014, foi apontada como o resultado da NDC – foi a criação de um modelo federalista no país, dividindo-o em seis regiões diferentes:

Mapa 9 – Proposta de divisão federalista do Iêmen



Fonte: Yemen... (2014)

A proposta de dividir o Sul, entre a região de Aden e Hadramout, desagradava vários sulistas, mas a principal objeção veio por parte dos Houthis. Considerando o território que o grupo ocupava no momento, os Houthis seriam atuantes na suposta nova região de Azal. Esta nova configuração, porém, os impedia acesso ao Mar Vermelho, o que era reivindicado pelo grupo, e limitaria seu acesso a recursos a leste e parte do seu acesso à fronteira com a Arábia Saudita (HILL, 2017, p. 264).

Até setembro de 2014, a resolução pela NDC era considerada nos meios diplomáticos como um grande sucesso, mesmo com sua solução pouco ortodoxa, e já era visto como um possível modelo a ser aplicado em outros contextos. A situação, porém, voltou a piorar bastante, sobretudo a partir de setembro, com grandes avanços militares dos Houthis (HILL, 2017, p. 266).

Em que pese o aparente sucesso inicial da proposta da NDC de criar um modelo federativo no Iêmen, nem todos estavam satisfeitos com a solução criada por seus técnicos. Fora do luxuoso hotel onde aconteciam os encontros na capital Sanaa, a realidade era bastante diferente.

Os Houthis, por exemplo, foram um dos grupos de oposição que não se retiraram das mobilizações mesmo após o anúncio da saída de Saleh e durante as negociações da NDC. O grupo que, como vimos, já tinha travado pelo menos seis guerras contra o governo e cujo líder, que leva o nome do grupo, fora morto pelas forças de Saleh, não confiava no processo de transição e se opunha à participação de Ali Mohsen – que, como grande chefe das forças armadas, tinha liderado as campanhas contra os Houthis (ALLEY, 2018, p. 9-10).

Assim, quando Ali Abdullah Saleh decidiu se unir em uma aliança pragmática com os Houthis, muitos podem ter se surpreendido com o fato. O antigo presidente, apesar de ter formalmente deixado o cargo, ainda mantinha uma grande parcela de políticos – sobretudo do *General People's Congress*, partido fundado por ele – e parte das forças armadas. Com isso, a aliança do grupo dos Houthis com as forças ainda leais de Saleh foram fundamentais, inclusive para a tomada da capital Sanaa, em setembro de 2014 (BROWNING, 2017).

Acreditamos que a aliança entre Saleh (e seus parceiros ainda fiéis) e os Houthis é um momento chave para a análise do período, uma vez que rompe com explicações de caráter puramente sectárias. Utilizando exclusivamente a lente religiosa, torna-se quase que impossível explicar a aliança entre Saleh, de uma vertente sunita, com os Houthis, zaiditas e, portanto, mais ligados ao xiismo. Nesta

dissertação, consideramos o histórico de embate entre o governo de Saleh e o grupo e, posteriormente, o colapso da aliança: Saleh acaba sendo morto pelo grupo, no final de 2017, após ter tentado negociar com a Arábia Saudita e outros grupos que davam apoio ao governo de Hadi (ENTENDA..., 2017).

4.2.1 A Aliança Houthis-Saleh

Mesmo tenha ficado mais explícita a partir de 2014, existem rumores de uma certa ligação entre Saleh e o grupo dos Houthis, mesmo quando o então presidente ainda estava no cargo, e teoricamente lutando contra o grupo. Da mesma forma que o acusam de ter feito um jogo duplo, recebendo dinheiro estrangeiro para a luta contra a AQAP enquanto mantinha conexões com certas lideranças, Saleh pode ter utilizado a mesma técnica para contrabalancear forças entre seus aliados.

Como vimos, Saleh estava preparando seu filho, Ahmed Ali, para ser seu sucessor no governo, o que não agradava vários de seus aliados, como o General Ali Mohsen. Durante as campanhas militares contra os Houthis em seu governo, existem acusações de, novamente, Saleh fazer um jogo duplo: enquanto as cansativas batalhas mobilizavam (e esgotavam) as forças militares lideradas por Ali Mohsen, pareciam poupar as brigadas da Guarda Republicana, liderada por seu filho Ahmed Ali. Além disso, foi amplamente divulgado que, sempre que os militares estavam perto de cercar os Houthis, Saleh ordenava que os militares cessassem-fogo e recuassem. Outros iam mais longe e explicitamente acusavam o então presidente de armar o grupo, ao mesmo tempo em que o combatia (ALAKWAA, 2017).

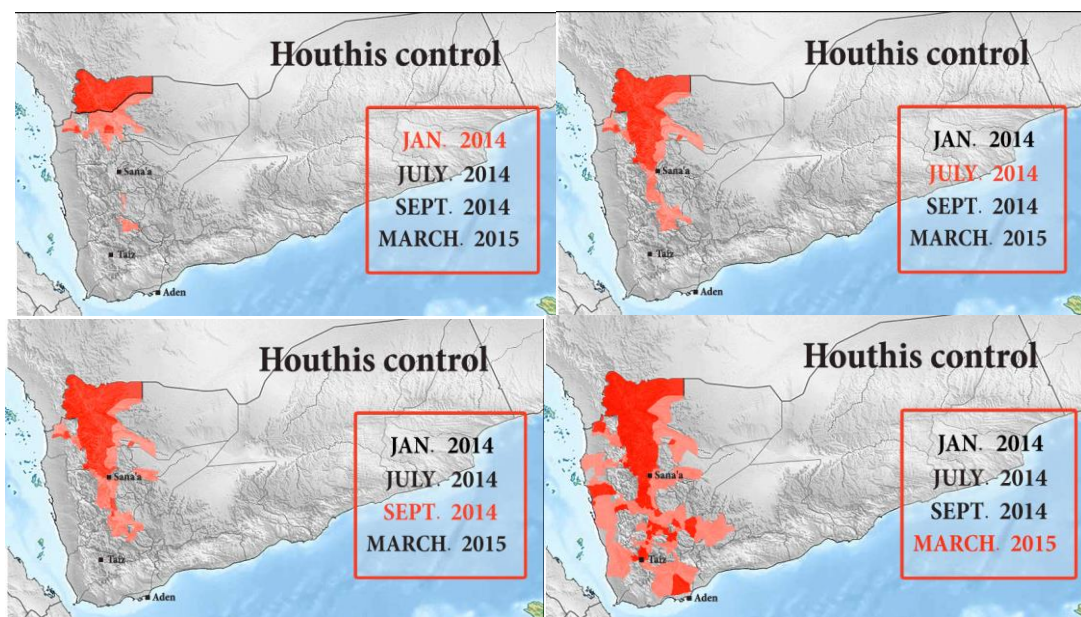
Apesar da dificuldade para se provar as acusações contra Saleh tanto no caso das ligações com a AQAP quanto com os Houthis, essas afirmações chamaram a atenção, pois poderiam dar indícios, mais uma vez, da maneira pela qual o então presidente estava acostumado a fazer política. Saleh mantinha todos, aliados e inimigos, suficientemente próximos para que não fossem uma ameaça, mas constantemente ameaçados – por exemplo, colocando um contra o outro sempre que achava necessário –, para não se fortalecerem contra ele.

Após a sua saída, as alegações de conexão entre Saleh e seus seguidores e os Houthis foram se intensificando. Em 2013, enquanto as elites urbanas e os parceiros internacionais estavam focadas na NDC, os Houthis começaram a alterar o equilíbrio de poder no Norte, primeiro derrotando os combatentes salafistas na região

de Saada, em janeiro de 2014, e depois derrotando uma aliança entre salafistas, o partido al-Islah, Ali Mohsen Al-Ahmar e combatentes ligados à família al-Ahmar, em Amran e outras províncias do norte, antes de entrarem na capital, em setembro de 2014. Nessas batalhas, membros descontentes do GPC e líderes tribais, muitos dos quais, motivados pela frustração de longa data com a família al-Ahmar ou por divergências em relação ao al-Islah, começaram a cooperar tacitamente com os Houthis, alterando o equilíbrio de forças e, consequentemente, os avanços militares do grupo (ALLEY, 2018, p. 10).

Dessa forma, os avanços militares dos Houthis foram cada vez mais significativos. Após a tomada da sede do governo em Sanaa, em setembro de 2014, (HOW..., 2014), o grupo chega a controlar o porto de Hodeidah, em outubro, ameaçando a passagem pelo estreito de Bab-el-Mandeb (SALISBURY, 2014). Em janeiro de 2015, o grupo toma o palácio presidencial em Sanaa, forçando Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi a fugir da capital com destino a Aden, onde instala governo provisório (YEMEN..., 2015). No Mapa 10, podemos observar o avanço dos Houthis momentos antes da intervenção estrangeira, em março de 2015:

Mapa 10 – Expansão territorial dos Houthis (janeiro de 2014 a março de 2015)



Fonte: Saudi-Backed... (2015)

Uma das principais controvérsias sobre os Houthis é a existência de uma relação do grupo com o governo iraniano e/ou, mais do que isso, o grau desse envolvimento. Essas acusações remontam desde pelo menos o início dos anos 2000,

quando Saleh declarava que o grupo seria mais um *proxy* iraniano na região. Porém, o presidente jamais foi capaz de provar qualquer relação entre o grupo e o Irã, e esta relação era vista até mesmo pelos Estados Unidos como incerta ou improvável, segundo documentos vazados via WikiLeaks, datados de 2009 (JUNEAU, 2016, p. 656).

Para muitos, as acusações de Saleh em relação aos Houthis pareciam ter muito mais relação com o desejo do então presidente de alarmar os governos americanos e da Arábia Saudita, com a finalidade de assegurar as grossas somas que recebia para conter o grupo (GORDON; PARKINSON, 2018; JUNEAU, 2016, p. 652). As relações entre o Irã e grupos zaidistas iemenitas foram mínimas ao longo das décadas. O mais próximo que se pode afirmar de uma relação concreta entre o Irã e os Houthis, é que, Abdul al-Houthi, viria a se tornar o fundador do grupo, chegou a viajar junto a um pequeno grupo de zaidistas para o Irã após a revolução iraniana de 1979, para estudar a fé islâmica (JUNEAU, 2016, p. 655).

Seja para despistar das alegações de envolvimento direto de Saleh com os Houthis (ALAKWAA, 2017), seja para justificar falhas do próprio governo que levaram à captura de armamentos das forças armadas pelo grupo (JUNEAU, 2016, p. 652), as acusações de Saleh careciam de qualquer evidência material até meados de 2009. Naquele momento, começaram a aparecer alguns indícios de uma certa aproximação entre os Houthis e o governo iraniano, embora muito aquém do que justificaria as afirmações feitas desde então (JUNEAU, 2016, p. 656).

A partir de meados de 2014, pode-se dizer que as evidências de contato entre o Irã e os Houthis foram se intensificando, mas mantendo-se em um limiar bastante limitado (JUNEAU, 2016, p. 656). Mais do que a materialização de ajuda iraniana (ou, pelo menos, de provas concretas dessa ajuda), cresce as afirmações por parte do governo provisório de Hadi e da Arábia Saudita conforme o grupo avança em suas conquistas territoriais durante 2014 até seu ápice em 2015, o que será utilizado como justificativa para a intervenção, em março de 2015 (JUNEAU, 2016, 654).

4.3 Operação Tempestade Decisiva (março de 2015)

A Operação *Tempestade Decisiva* foi iniciada em 26 de março de 2015, realizada por um grupo de países árabes de orientação sunita e contou com o apoio logístico dos Estados Unidos e do Reino Unido. Inicialmente, a operação era restrita

a bombardeios aéreos e visava conter o avanço dos Houthis, bem como restabelecer o controle do espaço aéreo iemenita e, no limite, restabelecer o governo de Hadi na capital. Teve duração de cerca de um mês, terminando em 22 de abril e inaugurando uma próxima fase da intervenção, chamada *Restaurando a Esperança* (RUYS; FERRO, 2016, p. 64-65). Até o momento, a coalizão segue atuando no Iêmen.

Na presente seção, procuraremos apresentar como a intervenção militar foi colocada em prática, bem como quais eram os atores, tanto domésticos quanto externos, envolvidos para a sua viabilidade. Acreditamos que este é um momento crucial para a deflagração da atual crise, visto que é a primeira vez, pelo menos desde a Guerra Civil da década de 1960, que o país passa por uma interferência externa dessa magnitude e que acabou por agravar ainda mais a situação iemenita, culminando na pior crise humanitária em curso no mundo.

A conclusão das conferências do *National Dialogue* e a solução federativa que dividiria o território ocupado pelos Houthis acabou dificultando o diálogo com o grupo que, surpreendentemente, estava sendo relativamente prolífico durante as negociações. Porém, após fevereiro de 2014, os Houthis intensificam sua luta e, como vimos, unem-se a Saleh e seus antigos aliados, conseguindo avanços militares significativos.

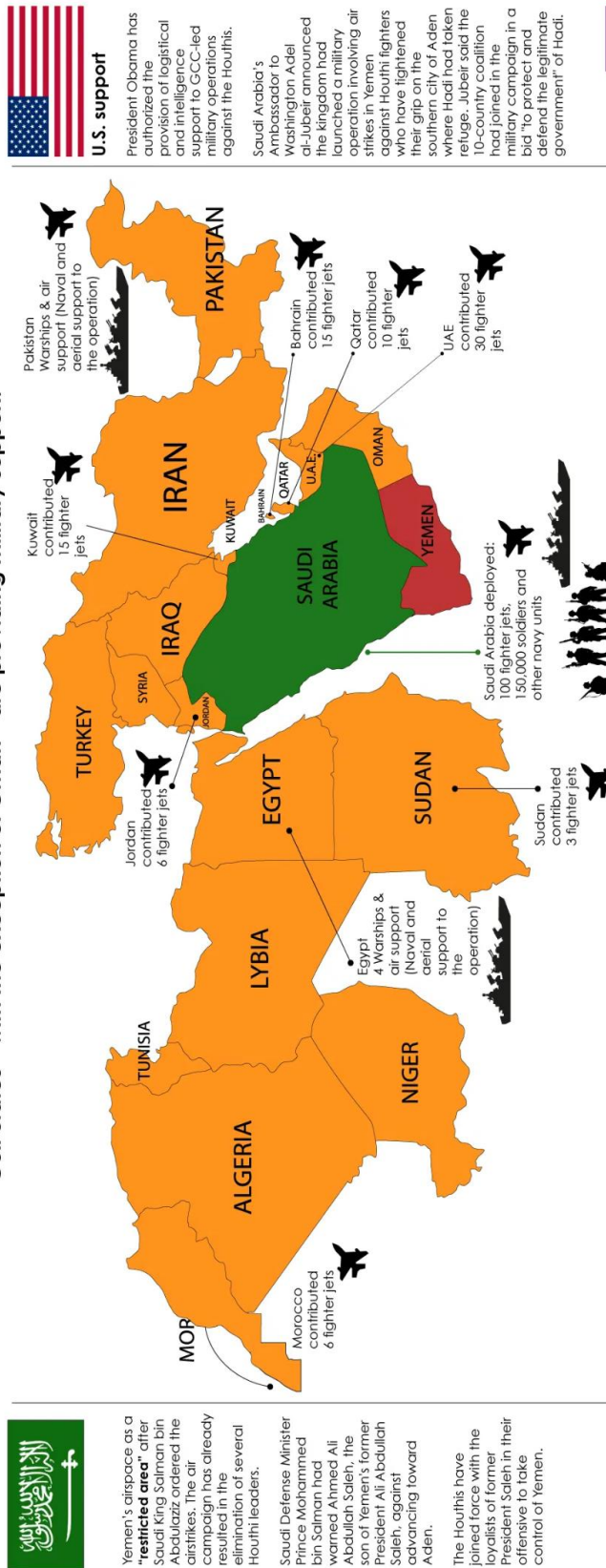
Em 6 de fevereiro de 2014, o grupo libera uma “declaração constitucional”, que dissolvia o parlamento e estabelecia um conselho presidencial de cinco membros e um comitê revolucionário (RUYS; FERRO, 2016, p. 64). Com o avanço do grupo sobre a capital e a tomada do palácio presidencial em janeiro, o então presidente já estava exilado em Aden, que é declarada capital provisória do país (YEMEN..., 2015). Em 24 de março, Hadi publica uma carta aberta para o CCG pedindo por uma intervenção estrangeira e voa para Riad. Dois dias depois, tem início a Operação Tempestade Decisiva (RUYS; FERRO, 2016, p. 65)

A coalizão formada para a intervenção militar era liderada pela Arábia Saudita, mas contava com a participação de outros nove países: os membros do CCG, com exceção de Oman, além do Marrocos, Jordânia, Egito, Sudão e Paquistão. No Mapa 11, podemos conferir a participação de cada um dos países membros da coalizão nesse momento inicial:

Mapa 11 – Participantes da Coalizão para a Operação Tempestade Decisiva

THE 'DECISIVE STORM' COALITION

Saudi Arabia, along with 9 other countries, launched a military operation against the Houthi militia. Gulf States - with the exception of Oman - are providing military support.



Fonte: Al-Shibeeb (2015)

Em termos legais¹⁸, a intervenção militar procurava se justificar por meio de dois argumentos diferentes. Primeiro, no princípio da legítima defesa, por conta de ataques aéreos que a Arábia Saudita teria sofrido por parte dos Houthis, em 2009, além do risco que o grupo oferecia por ser atuante na fronteira porosa entre os dois países. Em sua carta para o CCG, Hadi invocou o artigo 51 da Carta das Nações Unidas, que permite o uso da violência em resposta a uma agressão. Na carta, Hadi ainda alega que os Houthis estariam recebendo ajuda externa do Irã, o que justificaria uma solução de legítima defesa coletiva para garantir a estabilidade regional (RUYS; FERRO, 2016, p. 71).

Em segundo lugar, a própria carta de Hadi e o pedido de intervenção também foram usados para dar respaldo legal à intervenção. O Artigo 2, parágrafo 4 da Carta das Nações Unidas proíbe toda e qualquer força militar transfronteiriça. Porém, se o Estado solicitar que a força seja usada por Estados aliados em seu território, dificilmente se poderia dizer que estas forças vão contra a “integridade territorial ou independência política” desse país (RUYS; FERRO, 2016, p. 79).

Essas justificativas legais, porém, foram criadas apenas *a posteriori* da intervenção de fato. A operação só foi submetida ao Conselho de Segurança da ONU, por exemplo, mais de três semanas após o seu início (RUYS; FERRO, 2016, p. 69). Acreditamos ser fundamental analisar os fatos que nos levam a compreender as motivações dos atores para que a intervenção acontecesse.

Ao contrário do Irã, a Arábia Saudita possuía mais motivações para interferir na política iemenita. Como vimos anteriormente, o Iêmen sempre foi um assunto que ocupou certa relevância na agenda saudita, seja pela extensa fronteira entre os dois países, seja pela quantidade de cidadãos iemenitas que trabalhavam no país vizinho. Conforme relatado, o reino saudita procurou dar apoio a diferentes atores (família Al-Ahmar, Ali Mohsen, o próprio Saleh) durante a crise que se sucedeu após as manifestações da chamada Primavera Árabe. Ele também participou, por meio da CCG, de todas as negociações para a saída de Saleh, bem como endossou as soluções propostas pela NDC. Porém, com o avanço militar dos Houthis, parecia necessário para o reino saudita uma resposta mais assertiva.

A maneira pela qual o processo de intervenção saudita se deu (ou seja, como a decisão de intervenção foi sendo construída para o problema) nos mostra algo que

¹⁸ Para uma discussão legal sobre a intervenção, ver Ruys e Ferro (2016).

Luca Tardelli (2013, p. 76)¹⁹ defende em sua tese de doutorado: a intervenção não pode ser entendida como um fenômeno estritamente doméstico ou externo. Ela foi resultado de uma articulação entre as elites estrangeiras que decidiram intervir e elites domésticas que possibilitaram e deram respaldo a essa intervenção.

A decisão da intervenção não é tomada apenas sobre se deve ou não intervir, mas também sobre quem apoiar e quem combater (TARDELLI, 2013, p. 110). A partir do momento em que a coalizão defende o restabelecimento do governo de Hadi, ela torna-se o braço armado que procura assegurar a continuidade de um processo de escolha de qual elite estaria apta a governar, e que se inicia, pelo menos, desde a formação do próprio governo provisório ou do NDC. Como vimos, a própria construção do governo e do NDC foi feita de forma a selecionar quais elites teriam participação na discussão política do país e quais grupos ficariam, de maneira a agradar parceiros externos e ignorando a realidade material posta na sociedade iemenita e, portanto, minando sua legitimidade (HILL, 2017, p. 261).

Com um processo de transição que não representava de maneira fidedigna as forças postas na disputa, fez-se necessário uma ação militar externa para tentar impor uma solução artificialmente criada para o problema. A coalizão enfrentava teoricamente os Houthis, mas logo encontraria problemas em lidar com outros atores relevantes que estavam postos. Naquele momento, por exemplo, a própria aliança entre Saleh e suas forças leais estavam lutando contra a intervenção externa, o que já representava uma conta que dificilmente fecharia na equação de construção de uma solução realmente duradoura.

Além disso, alguns episódios posteriores a nosso objeto de estudo também podem ser mencionados, a fim de ilustrar os limites do governo de Hadi e, por extensão, da solução via intervenção militar que procurava restabelecer o governo. Um dos principais exemplos é a diferença de posicionamento entre as duas principais lideranças da coalizão, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, no que tange os movimentos separatistas do Sul (McKERNAN, 2020). Os separatistas, que foram excluídos de certa forma das negociações durante o NDC, passaram a se aliar aos Emirados Árabes Unidos, causando uma ruptura interna na coalizão. Aparentemente, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos divergiam sobre quais elites seriam escolhidas para serem apoiadas e quais seriam combatidas.

¹⁹ Embora de a tese de Tardelli não trate especificamente do Iêmen, a proposta metodológica do autor serve como referência e ajuda nas reflexões e conclusões do presente trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como discutimos ao longo desta dissertação, o Iêmen é um país que embora tenha suas singularidades (como ser a única república da Península Arábica ou ter passado pela única experiência socialista do Oriente Médio), pode passar despercebido em muitas análises. Apesar disso, sustentamos que seu estudo é prolífico, uma vez que, por meio do seu caso, podemos analisar uma série de dinâmicas regionais e mundiais, além de jogar luz a processos de articulação entre atores domésticos e internacionais de uma maneira que possa elucidar outros casos.

Com a saída do então presidente Ali Abdullah Saleh em decorrência das manifestações no contexto da Primavera Árabe em 2011, desgastes políticos internos que já vinham se intensificando há alguns anos vieram à tona, rompendo um equilíbrio estático de décadas de negociações e cooptação dos mais diversos atores para dentro de um sensível sistema de clientelismo. A existência de atores em ascensão na sociedade que se encontravam apartados do sistema, como os Houthis, ou que acreditavam poder barganhar melhores posições, como Hamid Al-Ahmar, por exemplo, pode ser um caminho para compreender o desfecho que as manifestações tomaram em Sanaa, em oposição a outros países nos quais a elite dominante parecia estar mais coesa e conseguiu rapidamente conter as manifestações, como na própria Arábia Saudita.

As disputas internas das elites iemenitas acabam fomentando uma dinâmica que se retroalimenta: ao mesmo tempo em que certos atores buscam apoio externo (seja ele financeiro, militar ou político) como meio de desequilibrar as forças a seu favor, os próprios atores estrangeiros também conseguem selecionar quais grupos internos apoiar para atingir seus próprios objetivos. Dessa forma, observamos uma espécie de comunhão de interesses e, a partir desse prisma, turva-se a divisão entre interno e externo, público e privado.

Em que pese a dificuldade empírica de se provar as articulações entre certos atores, julgamos termos conseguido reunir indícios que possam sugerir que estas conexões existam. Um dos casos mais elucidativos nesse sentido é de Hamid Al-Ahmar, filho do ex-patriarca e antigo braço direito de Saleh, que conseguimos traçar ao longo do tempo seu afastamento em relação ao governo mesmo antes das manifestações que levaram à saída do então presidente, ao mesmo tempo que buscava apoio externo para seu próprio projeto político. Nesse sentido, o documento

publicado pela Wikileaks e analisado no presente trabalho, é uma peça fundamental para ilustrar nossas hipóteses pois, por meio dele, sabemos que Hamid realmente planejava meios de depor Saleh, fazia articulações internas para isso (por exemplo, com o General Al-Ahmar) e procurava apoio estrangeiro dos Estados Unidos. Considerando o cenário que se desenhou posteriormente e a movimentação dos atores citados, parece razoável supor que esses esforços tiveram algum papel para o desenrolar dos fatos.

Porém, a própria observação do caso nos mostra que não seria tão simples assim. Ao mesmo tempo que temos alguns atores se articulando em prol de seus próprios interesses, temos outros fazendo o mesmo de outro, ou outros, lados. Enquanto atores já tradicionais da política iemenita procuravam apenas atingir posições melhores dentro do sistema já pré-existente, outros buscavam mudanças ainda mais profundas como os Houthis ou os movimentos separatistas do Sul.

Além de toda a disputa doméstica posta, o Iêmen ainda acaba sendo palco de disputas regionais. Apesar de não ser possível afirmar a extensão do apoio iraniano aos Houthis, por exemplo, é inegável que esta questão desempenha um papel fundamental no conflito, mesmo que fosse unicamente como discurso. A disputa entre Arábia Saudita e Irã é um tema fundamental para entender a região atualmente e o Iêmen é um caso essencial para qualquer um que queira analisar o fenômeno.

Além da disputa regional, podemos discutir de que maneira o conflito iemenita se insere em um contexto global. Por conta da posição periférica que o país ocupa no sistema internacional, percebemos que a interferência dos Estados Unidos, por exemplo, se dá apenas de maneira direta apenas pontualmente. Normalmente, o envolvimento dos Estados Unidos pode ser identificado na medida em que este país segue com sua relação especial com a Arábia Saudita, como com o fornecimento de armas. Uma exceção no caráter indireto é no que tange ao uso de drones armados que, como vimos, aumentou exponencialmente no Iêmen durante a gestão Obama. Mesmo assim, o envolvimento americano no país parece menos comprometido em oposição como do Iraque ou Afeganistão, onde houve interferência direta e uso de tropas americanas.

A solução para o conflito está longe de poder ser visualizada no horizonte. Quando observamos, por exemplo, os esforços do *National Dialogue Conference* (NDC), já percebemos as limitações desse modelo que, no limite, também pode ser entendido como uma forma de selecionar quais atores têm ou não direito de se sentar

na mesa de negociação. Como vimos, ao excluir certos grupos (como os separatistas do Sul), o processo já inicia carecendo de legitimidade para setores da sociedade. Porém, parece impossível também conciliar interesses tão diversos e conflitantes.

Enquanto isso, observamos a crise iemenita que desde a intervenção militar em março de 2015 apenas têm se aprofundado. A crise humanitária que atinge o país tende a continuar, ou mesmo piorar, ainda mais com a chegada da pandemia de coronavírus em um país já devastado e com infraestrutura hospitalar insuficiente. Infelizmente, a situação parece longe de ser solucionada.

REFERÊNCIAS

- ACAPS. **Tribes in Yemen**: An introduction to the tribal system. ACAPS, Aug. 2020. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/20200813_acaps_thematic_report_tribes_in_yemen.pdf. Acesso em 12 jan. 2022.
- AL JAZEERA. Saudi Arabia suspends oil exports through Bab al-Mandeb. **Al Jazeera**, [s.l.], 25 Jul 2018. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2018/07/saudi-arabia-suspends-oil-exports-bab-el-mandeb-180725215417388.html>. Acesso em 12 jan. 2022.
- AL-SHIBEEB, D. Your guide to 'Operation Decisive Storm'. **Al Arabyia News**, [s.l.], 26 Mar. 2015. Disponível em: <https://english.alarabiya.net/perspective/features/2015/03/26/Allies-back-Saudi-led-Decisive-Storm-op-in-Yemen-with-fighter-jets->. Acesso em 12 jan. 2022.
- ALAKWAA, L. The Houthi-Saleh Alliance of Convenience. **International Policy Digest**, [s.l.], 11 May 2017. Disponível em: <https://intpolicydigest.org/houthi-saleh-alliance-convenience/>. Acesso em 12 jan. 2022.
- ALLEY, A. L. **Shifting light in the Qamariyya**: The reinvention of patronage networks in contemporary Yemen. Thesis – Doctor of Philosophy in Government. Georgetown University, Washington D.C., 2008.
- ALLEY, A. L. The rules of the game: Unpacking patronage politics in Yemen. **The Middle East Journal**, v. 64, n. 3, pp. 385-409, 2010.
- ALLEY, A. L. Collapse of the Houthi-Saleh alliance and the future of Yemen's war. *In*: POMEPS STUDIES. **Politics, Governance, and Reconstruction in Yemen**. January 2018.
- ANTHONY, J. D. Saudi Arabian-Yemeni Relations: Implications for US Policy. **Middle East Policy**, v. 7, n. 3, pp. 78-96, 2000.
- APÓS 33 anos, Ali Abdullah Saleh transfere poder ao vice no Iêmen. **G1**, [s.l.], 27 fev. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/revolta-arabe/noticia/2012/02/apos-33-anos-ali-abdullah-saleh-transfere-poder-ao-vice-no-iemen.html>. Acesso em 12 jan. 2022.
- BBC. Yemen country profile. **BBC**, [s.l.], 18 feb. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-14704852>. Acesso em 12 jan. 2022.
- BERGEN, P.; ROWLAND, J. Obama ramps up covert war in Yemen. **CNN**, [s.l.], 12 June 2012. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2012/06/11/opinion/bergen-yemen-drone-war/index.html>. Acesso em 12 jan. 2022.
- BONNEFOY, L. **Le Yémen**: de l'Arabie heureuse à la guerre. Paris: Fayard, 2017.

BROWERS, M. Origins and architects of Yemen's joint meeting parties. **International Journal of Middle East Studies**, v. 39, n. 4, pp. 565-586, 2007.

BROWNING, N. Yemen's Saleh keeps friend and foe guessing after skirmish with Houthi allies. **Reuters**, Dubai, 06 Sep. 2017. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-yemen-security-saleh-analysis-idUSKCN1BH1QU>. Acesso em 12 jan. 2022.

BROWERS, M. Origins and architects of Yemen's joint meeting parties. **International Journal of Middle East Studies**, v. 39, n. 4, pp. 565-586, 2007.

CIVIL war fears as Yemen celebrates unity. **BBC**, [s.l.], 21 May 2009. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/country_profiles/8062225.stm. Acesso em 12 jan. 2022.

COKER, M.; ALMASMARI, H. **The Washington Post**, Abu Dhabi, Sanaa, 2011. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/SB10001424052748703784004576220712562139244>. Acesso em 12 jan. 2022.

COOMBS, C. Echoes of Iraq: Yemen's War Against al-Qaeda Takes a Familiar Turn. **Time**, Sanaa, 10 Aug. 2012. Disponível em: <https://world.time.com/2012/08/10/echoes-of-iraq-yemens-war-against-al-qaeda-takes-a-familiar-turn/>. Acesso em 12 jan. 2022.

CTC – Combating Terrorism Center. Site Institucional. 2022. Disponível em: <https://ctc.usma.edu/>. Acesso em 12 jan. 2021.

DARWICH, M. The Saudi intervention in Yemen: Struggling for status. **Insight Turkey**, v. 20, n. 2, pp. 125-142, 2018.

DRESCH, P. **A history of modern Yemen**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

DRESCH, P. The position of Shaykhs among the Northern Tribes of Yemen. **Man**, New Series, v. 19, n. 1, pp. 31-49, 1984.

DRESCH, P. **Tribes, government, and history in Yemen**. Oxford: Clarendon Press, 1990.

DRESCH, P.; HAYKEL, B. Stereotypes and political styles: Islamists and tribesfolk in Yemen. **International Journal of Middle East Studies**, v. 27, n. 4, pp. 405-431, 1995.

DURAC, V. The joint meeting parties and the politics of opposition in Yemen. **British Journal of Middle Eastern Studies**, v. 38, n. 3, pp. 343-365, 2011.

EIA – U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. Three important oil trade chokepoints are located around the Arabian Peninsula. **EIA**, [s.l.], 4 Aug. 2017.

Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=32352>. Acesso em 12 jan. 2022.

EL-SHENAWI, E. 'The ghost:' Where is Yemen's Saleh? **Al Arabiya News**, [s.l.], 13 June 2012. Disponível em: <https://english.alarabiya.net/articles/2012%2F06%2F13%2F220409>. Acesso em 12 jan. 2022.

ENTENDA a situação do Iêmen desde a queda de Ali Abdullah Saleh. **O Globo**, Sanaa, 04 dez. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/entenda-situacao-do-iemen-desde-queda-de-ali-adullah-saleh-22146846>. Acesso em 12 jan. 2022.

ESPINOSA, A. El Ejército de Yemen expulsa en dos meses a Al Qaeda del sur del país. **El País**, Sanaa, 28 June 2012. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2012/06/28/actualidad/1340867849_394901.html. Acesso em 12 jan. 2022.

ESPINOSA, A. Rebeldes afirmam ter assassinado ex-presidente do Iêmen. **El País**, Dubai, 04 dec. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/04/internacional/1512394145_850877.html. Acesso em 12 jan. 2022.

FADHIL ALI, R. The Jihadis and the Cause of South Yemen: A Profile of Tariq al-Fadhli. **Terrorism Monitor**, v. 7, n. 35, 20 Nov. 2009. Disponível em: <https://jamestown.org/program/the-jihadis-and-the-cause-of-south-yemen-a-profile-of-tariq-al-fadhli/>. Acesso em 12 jan. 2022.

FERIDO, líder do Iêmen diz que foi alvo de 'gangue fora-da-lei'. **BBC**, [s.l.], 03 jun. 2011. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/06/110603_iemen_presidente_pai. Acesso em 12 jan. 2022.

FERRES, J. **Nasser's Gamble**: How Intervention in Yemen Caused the Six-Day War and the Decline of Egyptian Power. Princeton: Princeton University Press, 2013.

GARDNER, F. O homem que 'acendeu' a fagulha da Primavera Árabe. **BBC**, [s.l.], 17 dez. 2011. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111217_bouazizi_primavera_arabe_bg. Acesso em 12 jan. 2022.

GLENN, C. Who are Yemen's Houthis? **Wilson Center**, [s.l.], 29 Apr. 2015. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/article/who-are-yemens-houthis>. Acesso em 12 jan. 2022.

GHOBARI, M.; SUDAM, M. UPDATE 1-Protests erupt in Yemen, president offers reform. **Reuters**, Sanaa/Aden, 20 Jan. 2011. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20110122160117/http://af.reuters.com/article/tunisiaNews/idAFLDE70J2BZ20110120?sp=true>. Acesso em 12 jan. 2022.

GORDON, A.; PARKISON, S. How the Houthis Became “Shi’a”. **Middle East Research and Information Project**, [s.l.], 27 Jan. 2018. Disponível em: <https://merip.org/2018/01/how-the-houthis-became-shia/>. Acesso em 12 jan. 2022.

GORDON, S. Yemen's Military Shake-Up: Weakening Ousted Saleh's Network. **Critical Threats**, [s.l.], 12 Apr. 2012. Disponível em: <https://www.criticalthreats.org/analysis/yemens-military-shake-up-weakening-ousted-salehs-network>. Acesso em 12 jan. 2022.

HAMEED Al Ahmar's Backdoor Companies. **ARIJ**, Sana'a, 13 Nov. 2016. Disponível em: <https://en.arij.net/investigation/hameed-al-ahmars-backdoor-companies/>. Acesso em 12 jan. 2022.

HILL, G. **Yemen endures**: Civil war, Saudi adventurism and the future of Arabia. Oxford: Oxford University Press, 2017.

HILL, G.; NONNEMAN, G. **Yemen, Saudi Arabia and the Gulf states**: Elite politics, street protests and regional diplomacy. London, UK: Chatham House, 2011. Disponível em: https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Middle%20East/0511yemen_gulfbp.pdf. Acesso em 12 jan. 2022.

HOW Yemen's capital Sanaa was seized by Houthi rebels. **BBC**, [s.l.], 27 Sep. 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-29380668>. Acesso em 12 jan. 2022.

HRW – HUMAN RIGHTS WATCH. **In the Name of Unity**: The Yemeni Government's Brutal Response to Southern Movement Protests. NY: Human Rights Watch, Dec. 2009. Disponível em: <https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/southyemen1209web.pdf>. Acesso em 12 jan. 2022.

IONITA, C. Yemen: From the Independence Day to the Houthi Insurgency. **Edmaps**, [s.l.], 2016. Disponível em: https://www.edmaps.com/html/yemen_crisis_in_five_maps.html. Acesso em 12 jan. 2022.

JAMJOOM, M. Yemen opposition rejects call for unity government. **CNN**, [s.l.], 28 Feb. 2011a. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2011/WORLD/meast/02/28/yemen.protests/index.html?hpt=T2>. Acesso em 12 jan. 2022.

JAMJOOM, M. Yemen president calls for new national unity government. **CNN**, [s.l.], 23 Feb. 2011b. Disponível em: <http://http://edition.cnn.com/2011/WORLD/meast/02/23/yemen.protests/?hpt=T2>. Acesso em 09 jun. 2021.

JUNEAU, T. Yemen and the Arab Spring: elite struggles, state collapse and regional security. **Orbis**, v. 57, n. 3, pp. 408-423, 2013.

JUNEAU, T. Iran's policy towards the Houthis in Yemen: a limited return on a modest investment. **International Affairs**, v. 92, n. 3, pp. 647-663, 2016.

KASINOF, L.; SHANE, S. Key Supporters Are Forsaking Yemen Leader. **The New York Times**, [s.l.], 21 Mar. 2011. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2011/03/22/world/middleeast/22yemen.html>. Acesso em 12 jan. 2022.

KATZ, M. N. Breaking the Yemen-Al Qaeda Connection. **Current History**, v. 102, n. 660, January 2003.

KIMBALL, S. Whose Side Is Yemen On? **Foreign Policy**, Sanaa, 29 Aug. 2012. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2012/08/29/whose-side-is-yemen-on/>. Acesso em 12 jan. 2022.

LACKNER, H. **Yemen in Crisis: Autocracy, Neo-Liberalism and the Disintegration of a State**. London: Sacki Books, 2017.

LODER, A. Colapso do petróleo em 1986 relembra perfuradores americanos do risco da guerra de preços. **UOL**, [s.l.], 26 nov. 2014. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2014/11/26/colapso-do-petroleo-em-1986-relembra-perfuradores-americanos-do-risco-da-guerra-de-precos.htm>. Acesso em 12 jan. 2022.

MAJOR Yemen tribes join protesters. **Al Jazeera**, [s.l.], 26 Feb. 2011. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2011/2/26/major-yemen-tribes-join-protesters>. Acesso em 12 jan. 2022.

MANEA, E. M. Yemen, the Tribe and the State. *In: International Colloquium on Islam and Social Change*, University of Lausanne, pp. 10-11. 1996.

MCCRISKEN, T. Obama's drone war. **Survival**, v. 55, n. 2, pp. 97-122, 2013.

McKERNAN, B. Clashing UAE and Saudi interests are keeping the Yemen conflict alive. **The Guardian**, [s.l.], 26 Mar. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2020/mar/26/clashing-uae-and-saudi-interests-are-keeping-the-yemen-conflict-alive>. Acesso em 12 jan. 2022.

MOUNASSAR, H. Tawakkul Karman, figura emblemática da 'revolução árabe' no Iêmen. **Veja**, [s.l.], 07 out. 2011. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/tawakkul-karman-figura-emblematica-da-revolucao-arabe-no-iemen/>. Acesso em 12 jan. 2022.

NATIONS ONLINE. Map of the Arabian Peninsula, Middle East. **Nations Online**, [s.l.], 15 Oct. 2018. Disponível em: <https://www.nationsonline.org/oneworld/map/Arabia-Map.htm>. Acesso em 12 jan. 2022.

NATIONS ONLINE. Topographic Map of Yemen. **Nations Online**, [s.l.], 01 May 2019. Disponível em: <https://www.nationsonline.org/oneworld/map/yemen-topographic-map.htm>. Acesso em 12 jan. 2022.

NOUEIHED, L.; WARREN, A. **The battle for the Arab Spring**: Revolution, counter-revolution and the making of a new era. Cornwall: Yale University Press, 2012.

PHILLIPS, S. **Yemen's democracy experiment in regional perspective**: Patronage and pluralized authoritarianism. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

REVOLUTION spinning in the wind. **The Economist**, Cairo, 14 Jul. 2011. Disponível em: <https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2011/07/14/revolution-spinning-in-the-wind>. Acesso em 12 jan. 2022.

RICE-OXLEY, M. WikiLeaks cable links defecting Yemeni general to smuggling rockets. **The Guardian**, [s.l.], 21 Mar. 2011. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2011/mar/21/wikileaks-cables-yemeni-general-smuggling>. Acesso em 12 jan. 2022.

ROBINSON, R. **Maqbarat Al-Atrak**: Saudi Arabia's Intervention in Yemen. Dissertation – Master of Arts. Dalhousie University, Halifax, Nova Scotia, 2021. Disponível em: <https://dalspace.library.dal.ca/bitstream/handle/10222/80729/RhysRobinson2021.pdf?sequence=1>. Acesso em 12 jan. 2022.

RUYS, T.; FERRO, L. Weathering the storm: Legality and legal implications of the Saudi-led military intervention in Yemen. **International & Comparative Law Quarterly**, v. 65, n. 1, pp. 61-98, 2016.

SALEH assina acordo para sair do poder após 33 anos. **Veja**, [s.l.], 23 nov. 2011. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/saleh-assina-acordo-para-sair-do-poder-apos-33-anos/>. Acesso em 12 jan. 2022.

SALISBURY, P. Houthi expansion threatens Yemen's strategic Bab al-Mandab strait. **Financial Times**, Sanaa, 23 Oct. 2014. Disponível em: <https://www.ft.com/content/444765c0-59dc-11e4-9787-00144feab7de>. Acesso em 09 jun. 2021.

SALISBURY, P. **Yemen and the Saudi-Iranian 'Cold War'**. Research Paper, Middle East and North Africa Programme, Chatham House, the Royal Institute of International Affairs, v. 11, 2015.

SALISBURY, P. Yemen's water woes. **Foreign Policy**, [s.l.], 30 Aug. 2012. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2012/08/30/yemens-water-woes/>. Acesso em 12 jan. 2022.

SALISBURY, P. Yemen's Ali Mohsen al-Ahmar: Last Sanhan Standing. **AGSIW**, [s.l.], 15 Dec. 2017. Disponível em: <https://agsiw.org/yemens-ali-mohsen-al-ahmar-last-sanhan-standing/>. Acesso em 12 jan. 2022.

SALMONI, B. A.; LOIDOLT, B.; WELLS, M. **Regime and periphery in northern Yemen: the Huthi phenomenon**. Rand Corporation, 2010.

SAUDI-BACKED Forces Gain Momentum. **The New York Times**, Sanaa, 26 Mar. 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2015/03/26/world/middleeast/geography-of-chaos-in-yemen-maps.html>. Acesso em 12 jan. 2022.

SCHMITZ, C. Yemen's National Dialogue. **Middle East Institute**, Policy Paper, Feb. 2014. Disponível em: <http://education.mei.edu/files/publications/Schmitz%20Policy%20Paper.pdf>. Acesso em 12 jan. 2022.

SCHWEDLER, J. The Islah Party in Yemen. In: WIKTOROWICZ, Q. (Ed.). **Islamic activism: A social movement theory approach**. Bloomington: Indiana University Press, 2004.

SHANE, S. Yemen's Leader Praises U.S. Drone Strikes. **The New York Times**, Washington, 29 Sep. 2012. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2012/09/29/world/middleeast/yemens-leader-president-hadi-praises-us-drone-strikes.html>. Acesso em 12 jan. 2022.

SHOICHET, C.; LEVS, J. Al Qaeda branch claims Charlie Hebdo attack was years in the making. **CNN**, [s.l.], 21 Jan. 2015. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2015/01/14/europe/charlie-hebdo-france-attacks/index.html>. Acesso em 12 jan. 2022.

SIMÕES, R. O que foi e como terminou a Primavera Árabe? **BBC**, Londres, 20 fev. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55379502>. Acesso em 12 jan. 2022.

STENSLIE, Stig. **Not too strong, not too weak: Saudi Arabia's policy towards Yemen**. Policy Brief. Norwegian Peacebuilding Resource Center, March 2013. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/162439/87736bc4da8b0e482f9492e6e8baacaf.pdf>. Acesso em 12 jan. 2022.

STRACKE, N.; HAIDAR, M. S. **The Southern Movement in Yemen**. Gulf Research Center, Policy Paper, Apr. 2010. Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/120929/The_Southern_Movement_in_Yemen_4796.pdf. Acesso em 12 jan. 2022.

TARDELLI, Luca. **When elites fight: elites and the politics of US military interventions in internal conflicts**. Thesis – Doctor of Philosophy. The London School of Economics and Political Science (LSE), London, 2013.

THE GUARDIAN view on Yemen. **The Guardian**, [s.l.], 30 Dec. 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2021/dec/30/the-guardian-view-on-yemen-the-forgotten-war>. Acesso em 12 jan. 2022.

THE ECONOMIST. Oil on troubled waters. **The Economist**, [s.l.], 09 May 2015. Disponível em: <https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2015/05/09/oil-on-troubled-waters>. Acesso em 12 jan. 2022.

THE WORLD BANK. **Human Capital Index (HCI) (scale 0-1)**. 2021a. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/HD.HCI.OVRL?end=2020&locations=YE-AF-IR-SA-QA-AE-OM&start=2020&view=bar>. Acesso em 12 jan. 2022.

THE WORLD BANK. **Population, total - Yemen, Rep.** 2021b. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?locations=YE>. Acesso em 12 jan. 2022.

VARISCO, D. M. Yemen is not Tunisia or Egypt. **CNN**, [s.l.], 31 Jan. 2011. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2011/OPINION/01/31/varisco.yemen.protests/>. Acesso em 12 jan. 2022.

WIKILEAKS. YEMEN GOVERNMENT SEEKS TO CAPTURE TELCOM MARKET. **Wikileaks**, 02 Feb. 2005. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/05SANAA196_a.html. Acesso em 12 jan. 2022.

WIKILEAKS. YEMEN: HAMID AL-AHMAR SEES SALEH AS WEAK AND ISOLATED, PLANS NEXT STEPS. **Wikileaks**, 31 Aug. 2009. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09SANAA1617_a.html. Acesso em 12 jan. 2022.

WIKILEAKS. YEMEN OFFICIALS: AL-AHMAR AND SALIM SALIH MUHAMMAD. **Wikileaks**, 10 Sep. 2003. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/03SANAA2251_a.html. Acesso em 12 jan. 2022.

WOODS, C.; SLATER, E. Arab spring brings steep rise in US attacks in Yemen. **The Bureau of Investigative Journalism**, [s.l.], 29 Mar. 2012. Disponível em: <https://www.thebureauinvestigates.com/stories/2012-03-29/arab-spring-brings-steep-rise-in-us-attacks-in-yemen>. Acesso em 12 jan. 2022.

WORLD POPULATION VIEW. Yemen Population 2021. **World Population View**, 2021. Disponível em: <https://worldpopulationreview.com/countries/yemen-population>. Acesso em 12 jan. 2022.

WORTH, R. F. Ex-Jihadist, Fadhli, Defies Yemeni Leader, and Labels. **NY Times**, Aden, 26 Feb. 2010a. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2010/02/27/world/middleeast/27tareq.html>. Acesso em 12 jan. 2022.

WORTH, R. F. In Yemen's South, Protests Could Cause More Instability. **NY Times**, Aden, 27 Feb. 2010b. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2010/02/28/world/middleeast/28yemen.html>. Acesso em 12 jan. 2022.

WORTH, Robert F. The Man Who Danced on the Heads of Snakes. **The New York Times**, New York, 07 Dec. 2017. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/2017/12/07/opinion/sunday/yemen-saleh-death-legacy.html>. Acesso em 12 jan. 2022.

YEMEN crisis: President Hadi flees as Houthi rebels advance. **BBC**, [s.l.], 25 Mar. 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-32048604>. Acesso em 12 jan. 2022.

YEMEN to become six-region federation. Al Arabiya News, [s.l.], 10 Feb. 2014. Disponível em: <https://english.alarabiya.net/News/middle-east/2014/02/10/Yemen-to-become-six-region-federation->. Acesso em 12 jan. 2022.

YEMEN wants Saudis to block cash for separatists. **Reuters**, Riyadh, 31 May 2009. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/africaCrisis/idUSLV164791>. Acesso em 12 jan. 2022.

YEMEN'S Sanaa airport re-opens after pro-Saleh protest. **BBC**, [s.l.], 08 Apr. 2012. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-17649525>. Acesso em 12 jan. 2022.

ZUCKERMAN, E. The First Twitter Revolution? **Foreign Policy**, [s.l.], 15 Jan. 2011. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2011/01/15/the-first-twitter-revolution-2/>. Acesso em 12 jan. 2022.